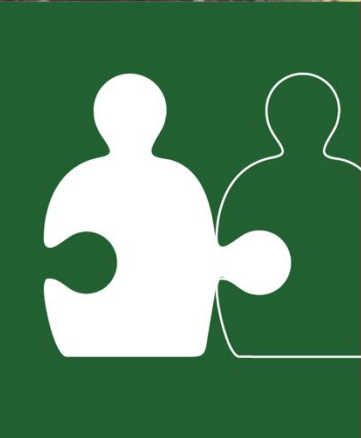


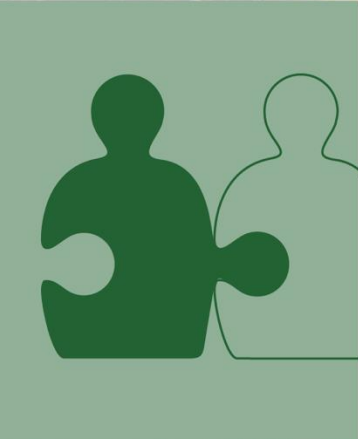


JUNDIAÍ/SP

PESQUISA CENSITÁRIA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA 2023



Resultados da Pesquisa Amostral

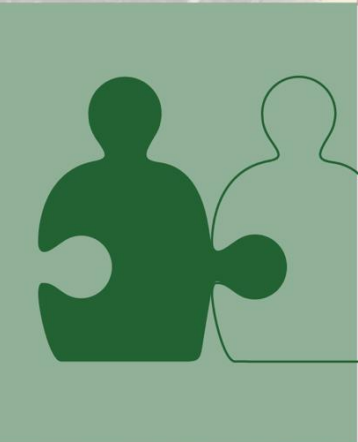


JUNDIAÍ/SP

PESQUISA CENSITÁRIA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA 2023



Resultados da Pesquisa Amostral



JUNDIAÍ/SP

PESQUISA CENSITÁRIA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA 2023



Resultados da Pesquisa Amostral

Idealização:



**Prefeitura
de Jundiaí**

Realização:

painel
Pesquisas e Consultoria

Contratante: Unidade de Gestão de Assistência e Desenvolvimento Social

Executor: Paine! Pesquisas, Consultoria e Publicidade Ltda.

Processo Licitatório: Convite nº 057/2022

UNIDADE DE GESTÃO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - UGADS

Prefeito

Luiz Fernando Arantes Machado

Gestora da UGADS

Maria Brant de Carvalho Falcão

Gestora Adjunta da UGADS

Franciellem Telles Germano

Diretor do Departamento de Proteção Social Especial

Luiz Guilherme Fuschini Camargo

Diretora do Departamento de Vigilância Social

Renata Mangieri

Gerente do Centro de Referência Especializado à População em Situação de Rua

João Guilherme Oliveira Santos

Assessor do Departamento de Proteção Social Especial

Bruno Morales Vechiatto

Orientadora Social do Departamento de Vigilância Social

Natalia de Oliveira Pereira

Coordenadora do Serviço Especializado em Abordagem Social

Edineia Carneiro

EQUIPE TÉCNICA - PAINEL PESQUISAS E CONSULTORIA

Direção Executiva

Ermelinda Maria Uber Januário

Direção de Projetos

Maria Helena Provenzano

Coordenação Geral

João Jeronymo de Aquino Neto

Pesquisadores Sênior

Ana Paula Galdeano Cruz

Luciana Pena Morgado

Supervisão e Mediação de Campo

Joaldo Batista Nery Nogueira

Gerência de Projetos

Margareth Victória Kolb

Estatística – Metodologia Amostral

Fátima Mottin

Tecnologia em Informação e Análise de Dados

William Spiess

Allan Patrick Xavier dos Santos

Emanoel Alves Junior

Design Gráfico

Rafael Uber

Isabela Bortoletto Bozzola

Apoio Logístico

Diana Garbin

Lohane Renata de Castro Pereira

Pesquisadores de Campo

Joaldo Batista Nery Nogueira

Leila Raquel Aparecida dos Santos Pinelli

Sabrina Agnes de Almeida Bernardino

Luciano Duarte Lourenço

Tania Regina Felix

André Pereira de Oliveira

João Carlos Meirelles Coutinho

Marcio Pinelli

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Proporção do sexo biológico no censo.....	19
Tabela 2: Cotas por sexo	24
Tabela 3: Cotas por raça/cor	24
Tabela 4: Situação da pesquisa amostral.....	30
Tabela 5: Região de realização das pesquisas	30
Tabela 6: Instituição de acolhimento	30
Tabela 7: Sexo biológico dos entrevistados.....	32
Tabela 8: Identidade de gênero dos entrevistados	32
Tabela 9: Raça ou cor dos entrevistados	33
Tabela 10: Faixa etária dos entrevistados	34
Tabela 11: Possui alguma deficiência?	34
Tabela 12: Se sim, que tipo de deficiência possui?	34
Tabela 13: Nacionalidade dos entrevistados	35
Tabela 14: Qual país estrangeiro?	35
Tabela 15: Onde nasceu?	35
Tabela 16: Qual outro município de São Paulo?	36
Tabela 17: Qual outro estado brasileiro?	36
Tabela 18: Você frequentou a escola?	37
Tabela 19: Frequentou a escola até que etapa?	37
Tabela 20: Por quais motivos começou a dormir na rua e/ou em acolhimento?	38
Tabela 21: Há quanto tempo está em situação de rua?	39
Tabela 22: Onde dormiu na última semana?	40
Tabela 23: Como é o local em que dorme na rua?	40
Tabela 24: Procurou vaga em alguma instituição de acolhimento?	41
Tabela 25: Como utiliza as instituições de acolhimento?	41
Tabela 26: Você procura essa vaga apenas no inverno?.....	41
Tabela 27: Onde você prefere dormir?	41

Tabela 28: Há quanto tempo está em Jundiaí?	42
Tabela 29: Antes de Jundiaí estava onde?	42
Tabela 30: O que motivou sua vinda para Jundiaí?	43
Tabela 31: Você tem/teve um domicílio (com banheiro, cozinha etc.) para morar?	44
Tabela 32: Esse domicílio fica/ficava em Jundiaí?	44
Tabela 33: Ao sair do domicílio foi direto para a rua?	44
Tabela 34: Se não, para onde foi?	44
Tabela 35: Você já esteve em alguma dessas instituições?	45
Tabela 36: Com quem vive atualmente?	46
Tabela 37: Com quem morava antes de ir para a rua/instituição de acolhimento?	47
Tabela 38: Tem familiares em Jundiaí?	47
Tabela 39: Se sim, quem?.....	47
Tabela 40: Mantém contato com os familiares?	48
Tabela 41: Você tem filhos?	48
Tabela 42: Se sim, quantos filhos?	48
Tabela 43: Você se alimentou hoje?.....	49
Tabela 44: Na última semana, ficou algum dia inteiro sem comer?	49
Tabela 45: Se sim, onde se alimentou?	50
Tabela 46: Onde você costuma conseguir os alimentos que consome?	51
Tabela 47: Onde costuma conseguir água?	51
Tabela 48: Onde você costuma tomar banho?	52
Tabela 49: Onde você costuma fazer suas necessidades?	53
Tabela 50: Onde você consegue roupa para vestir?	54
Tabela 51: Você exercia alguma atividade de trabalho antes de estar em situação de rua?	55
Tabela 52: Possuía registro em carteira?.....	55
Tabela 53: Qual era a atividade de trabalho?	56
Tabela 54: Qual sua ocupação atualmente?	56
Tabela 55: O que faz para ganhar dinheiro?	57

Tabela 56: Quanto você ganha por mês?	58
Tabela 57: Com o que gastou dinheiro nos últimos quinze dias?	59
Tabela 58: Você recebe algum benefício governamental?	59
Tabela 59: Se sim, qual benefício?	59
Tabela 60: Você tem algum problema de saúde?	60
Tabela 61: Quais problemas de saúde?	61
Tabela 62: Quais equipamentos você procura para resolver seus problemas de saúde?	63
Tabela 63: Quando você faz sexo, usa preservativo/camisinha?	63
Tabela 64: Por que não usa preservativo?	64
Tabela 65: Antes de morar na rua você usava alguma dessas substâncias? Você usa atualmente?	66
Tabela 66: Com que frequência você usa essas substâncias?	66
Tabela 67: No período menstrual você usa absorventes?	67
Tabela 68: Você possui algum documento?	68
Tabela 69: Se sim, quais documentos possui?	69
Tabela 70: Você já foi impedido de entrar em algum estabelecimento?	71
Tabela 71: Se sim, em quais estabelecimentos?	72
Tabela 72: Você já sofreu alguma situação de violência?	73
Tabela 73: Quais tipos de violência você sofreu?	73
Tabela 74: Onde ocorreram essas violências?	74
Tabela 75: Quais foram os agentes agressores dessas violências?	75
Tabela 76: Você já sofreu violência psicológica? (Ameaças, insultos, gritos etc.)	75
Tabela 77: Onde sofreu violência psicológica?	76
Tabela 78: Quem foi o autor da violência psicológica?	77
Tabela 79: Você já sofreu violência física?	78
Tabela 80: Onde sofreu violência física?	78
Tabela 81: Quem foi o autor da violência física?	79
Tabela 82: Você já foi vítima de preconceito?	80
Tabela 83: Onde sofreu preconceito?	80

Tabela 84: Quem foi o autor do preconceito?	81
Tabela 85: Você já sofreu violência sexual?	82
Tabela 86: Onde sofreu violência sexual?	82
Tabela 87: Quem foi o autor da violência sexual?	83
Tabela 88: Já roubaram ou furtaram algo de você?	83
Tabela 89: Onde ocorreu o furto ou roubo?.....	84
Tabela 90: Quem foi o autor do roubo ou furto?	84
Tabela 91: Já recolheram seus pertences?	85
Tabela 92: Quem recolheu seus pertences?.....	86
Tabela 93: Violências sofridas, por sexo do entrevistado	87
Tabela 94: Violências sofridas, por faixa etária do entrevistado	88
Tabela 95: Violências sofridas, por raça ou cor	89
Tabela 96: Nos últimos seis meses você foi atendido por algum serviço público?	90
Tabela 97: Se sim, quais serviços?	91
Tabela 98: E qual sua avaliação desse serviço?	92
Tabela 99: Acesso a serviços públicos com documentação	93
Tabela 100: Você participa de algum grupo ou movimento social?	93
Tabela 101: Se sim, qual?	94
Tabela 102: Categorização dos comentários feitos pelos entrevistados	96

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Proporção da raça ou cor no censo.....	19
Gráfico 2: Faixa etária do censo	20
Gráfico 3: Região do censo	20
Gráfico 4: Sexo biológico dos entrevistados	32
Gráfico 5: Identidade de gênero dos entrevistados.....	33
Gráfico 6: Quanto você ganha por mês?	58
Gráfico 7: Quando você faz sexo, usa preservativo/camisinha?	64
Gráfico 8: Com que frequência você usa essas substâncias?	67
Gráfico 9: Você já foi impedido de entrar em algum estabelecimento?	71
Gráfico 10: Você já sofreu alguma situação de violência?	73
Gráfico 11: Você já sofreu violência psicológica? (Ameaças, insultos, gritos etc.)	76
Gráfico 12: Você já sofreu violência física?	78
Gráfico 13: Você já foi vítima de preconceito?	80
Gráfico 14: Você já sofreu violência sexual?	82
Gráfico 15: Já roubaram ou furtaram algo de você?	83
Gráfico 16: Já recolheram seus pertences?	85
Gráfico 17: Nos últimos seis meses você foi atendido por algum serviço público?	90
Gráfico 18: E qual sua avaliação desse serviço?	92
Gráfico 19: Você participa de algum grupo ou movimento social?	93

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	13
2.	INTRODUÇÃO	14
2.1	Dados sobre o município de Jundiaí.....	17
2.1.1	Rede assistencial de Jundiaí	17
2.1.2	Breve histórico da rede assistencial de Jundiaí	17
3.	METODOLOGIA.....	19
3.1.	PLANO AMOSTRAL	19
3.1.1.	Metodologia de Amostragem	22
3.2.	INSTRUMENTAIS.....	24
3.3	TRABALHO DE CAMPO	25
3.4.	ANÁLISE DE DADOS	28
4.	RESULTADOS DA PESQUISA AMOSTRAL.....	30
4.1.	PERFIL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	32
4.2.	CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO	35
4.2.1.	Naturalidade	35
4.2.2.	Escolaridade.....	37
4.3.	RELAÇÃO COM A RUA	38
4.3.1.	Motivos para estar em Situação de Rua	38
4.3.2.	Tempo em que está em Situação de Rua	39
4.3.3.	Locais Onde Dormem	39
4.3.4.	Mobilidade.....	42
4.4.	VÍNCULOS FAMILIARES	46
4.5.	NECESSIDADES BÁSICAS.....	49
4.6.	TRABALHO E RENDA	54
4.7.	SAÚDE.....	60
4.7.1.	Problemas de Saúde	60
4.7.2.	Prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis	63
4.7.3.	Uso de Substâncias Psicoativas	64
4.7.4.	Dignidade Menstrual.....	67

4.8. CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	68
4.8.1. Acesso à Documentação	68
4.8.2. Violação de Direitos	70
4.8.3. Relação Com os Serviços Públicos	90
4.8.4. Participação Social	93
4.9. COMENTÁRIOS E SUGESTÕES	95
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
6. REGISTROS FOTOGRÁFICOS.....	101
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102

1. APRESENTAÇÃO

No presente relatório, a equipe Painel Pesquisas e Consultoria apresentará os dados coletados na etapa amostral realizada na segunda fase da *Pesquisa Censitária sobre População em Situação de Rua no município de Jundiaí*”, que investigou, com profundidade, as trajetórias vividas pelas pessoas em situação de rua de Jundiaí, tanto as pessoas encontradas na rua, quanto aquelas que estão nos serviços de acolhimento, nos territórios definidos de acordo com o sistema de referência desenvolvido pela equipe técnica da Painel Pesquisas, assim como de acordo com as cotas selecionadas, a partir dos dados coletados na primeira etapa da pesquisa. De acordo com a Política Nacional para a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009a), considera-se população em situação de rua: “o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória” (BRASIL, 2009a)

Para a coleta da fase amostral foi elaborado um questionário abordando os seguintes temas: Perfil (sexo, raça/cor, idade, identidade de gênero, escolaridade, local de nascimento, etc.); Relação com a rua; Tempo em situação de rua; Vínculos familiares; Trabalho e renda; Acesso à serviços públicos; Cidadania e Direitos Humanos; Considerações finais e recomendações. Compreender as necessidades e a avaliação da população em situação de rua sobre os serviços ofertados pela Prefeitura de Jundiaí poderá auxiliar os gestores no aperfeiçoamento e/ou criação de equipamentos públicos mais alinhados com as recomendações, nacionais e internacionais, para a preservação dos direitos humanos (ONU, 2020).

2. INTRODUÇÃO

Por se tratar de uma República Constitucionalista Federativa, a base da pirâmide das leis no Brasil é a nossa Constituição Federal (CF) de 1988. Logo, todas as demais leis devem se dar em concordância com a CF, conhecida como Constituição Cidadã. O texto atual da CF foi elaborado em meio ao período de redemocratização, logo após o Regime Militar, o que influenciou diretamente os direitos estabelecidos, que abrangem questões civis, sociais e políticas. Importante ressaltar que a CF (1988) foi uma construção coletiva, no qual, os movimentos populares de base tiveram participação direta na elaboração de suas diretrizes (BRASIL, 1988).

Os direitos em questão podem ser, majoritariamente, observados no artigo 5º do texto constitucional, o qual inclui mais de setenta incisos sobre diferentes direitos humanos. Além dos direitos presentes no artigo 5º, a Constituição Federal de 1988 possui diversos outros artigos sobre os direitos humanos, como os artigos 6º e 9º, que postulam, respectivamente, sobre direitos como educação, saúde, segurança, alimentação, trabalho, moradia, e sobre o direito de greve por parte dos trabalhadores. Sendo assim, é possível perceber que a lei brasileira tem como objetivo garantir direitos fundamentais e humanos para todas as pessoas de toda natureza, sem depender de gênero, de cor, de orientação sexual, de convicção política ou religiosa (BRASIL, 1988).

A implementação da CF favoreceu, em 1993, a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que regulamenta a Assistência Social a partir das diretrizes da CF, sendo mais um passo importante para a garantia dos direitos sociais. Em seu primeiro artigo, a Lei garante que: “A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.” (LOAS, 1993). A LOAS é a principal referência para a construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que organiza o sistema de forma descentralizada e participativa. Com isso, inicia-se um processo de construção e gestão pública da Assistência Social através dos Conselhos deliberativos e paritários nas três esferas de governo e Distrito Federal, assim como as conferências de assistência social, que conferem o controle social a essa política, também nas três esferas de governo (LOAS, 1993). Em 2011, foi aprovada outra a Lei nº 12.435/2011 que ampliou a abrangência da LOAS, incluindo diretrizes para o atendimento da população em situação de rua (BRASIL, 2011).

Outra conquista importante, resultado de muita luta social, foi a sanção da Política Nacional da Assistência Social (PNAS), que contou com a mobilização de várias instituições e atores do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), dentre outros órgãos importantes, na busca por uma assistência que abarcasse cada vez mais nossas demandas sociais. Além da tentativa de promoção da igualdade e equidade, são princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

“I - Respeito à dignidade da pessoa humana; • II - direito à convivência familiar e comunitária; • III - valorização e respeito à vida e à cidadania; • IV - atendimento humanizado e universalizado; e • V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência. VII - incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas; • VIII - respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas; • IX - implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e • X - democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos” (MDS, 2004).

Dentre os grandes avanços promovidos após sanção da Política Nacional da Assistência Social, foi a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, por meio da articulação das três esferas públicas: governo federal, estadual e municipal.

A partir das conquistas legais e sociais mencionadas foi que a população em situação de rua passou a ser notada pelo Estado brasileiro, e em 2005 foi realizado o primeiro encontro para tratar sobre o assunto. Uma das propostas do encontro foi a realização de uma pesquisa sobre o público para subsidiar a elaboração de políticas públicas para a população em situação de rua.

Os resultados da pesquisa lançaram luz às demandas e desafios para o tratamento desse fenômeno social. De acordo com dados da pesquisa, a população em situação de rua, em 2008, contabilizava aproximadamente 31.922 mil pessoas, sendo composta pela maioria de pessoas do sexo masculino (82%), mais da metade dos entrevistados possui entre 25 e 44 anos (53%), em relação à raça/cor predominam pessoas negras (67%) e a maioria dos entrevistados (52,6%) recebe entre R\$20,00 e R\$80,00 semanais. Ainda sobre alguns dados da primeira pesquisa nacional, a maioria do público sabe ler e escrever (74%), sendo composta, em grande parte, por trabalhadores que exercem alguma atividade remunerada (70,9%) (BRASIL, 2009b). Os dados da

pesquisa revelaram uma população que (sobre)vive com baixa renda, sendo a maioria dessa população composta por homens negros em idade economicamente ativa.

A partir das informações coletadas foi possível a criação e ampliação dos serviços ofertados, como foi o caso do Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP), aprovada pela Portaria do MDS de nº 843, de 28 de dezembro de 2010, sendo um espaço muito importante para o acolhimento e o direcionamento de pessoas que precisam de alimentação, de um espaço para tratar da higiene, para guardar pertences, tirar dúvidas sobre documentação, dentre outros serviços (MDS, 2010).

Na medida em que os Estados e Municípios têm realizado ações para a resolução desse fenômeno, observa-se um aumento expressivo dessa população em relação ao aumento população, o que nos leva a inferir de que medidas ainda mais efetivas precisam ser elaboradas para o enfrentamento do problema. De acordo com a nota técnica divulgada recentemente pelo IPEA (2022):

“Estima-se que a população em situação de rua no Brasil cresceu 38% entre 2019 e 2022. Considerando o período de uma década (2012-2022), o crescimento é de 211%. O crescimento da população brasileira na última década, entretanto, é de apenas 11%. Isso considerando as estimativas do IBGE para os anos de 2011 e 2021, respectivamente, já que não existe estimativa populacional para 2022. Seja como for, qualquer eventual diferença nesse valor de 11% a ser observada quando tivermos dados para 2022 não afetará a conclusão principal. O crescimento da população em situação de rua se dá em ordem de magnitude superior ao crescimento vegetativo da população. Além disso, tal crescimento se acelerou nos últimos anos (IPEA, 2022 p. 18)

Como revelado pela pesquisa do IPEA (2022), a população em situação de rua cresce a cada ano em nosso país, indício de que sejam as políticas públicas para o enfrentamento desse fenômeno precisam ser atualizadas. Buscar compreender a realidade deste público tem se tornado fundamental para a elaboração de estratégias eficazes que favoreçam o desenvolvimento econômico e social das cidades, sendo um primeiro e importante passo para a criação ou o aperfeiçoamento de políticas regionais que caminhem *pari passu* com as recomendações nacionais e internacionais para um país mais justo e sustentável (ONU, 1948).

2.1 DADOS SOBRE O MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

De acordo com o IBGE (2021), estima-se que a população de Jundiaí contabiliza 426.935 pessoas em um território de 431.204 Km². Em 2020, o salário médio mensal da população de Jundiaí era de 3.3 salários-mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 45.2%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, Jundiaí tinha 28% da população nessas condições, o que a colocava na posição 537 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 5039 de 5570 dentre as cidades do Brasil. A cidade apresenta 96.6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 81.6% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 69.2% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 102 de 645, 481 de 645 e 16 de 645, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 126 de 5570, 2289 de 5570 e 101 de 5570, respectivamente (IBGE, 2021).

2.1.1 Rede assistencial de Jundiaí

A Rede de Assistência Social em Jundiaí encontra-se organizada em dois departamentos-fim: Departamento de Proteção Social Básica – DPSB e Departamento de Proteção Social Especial – DPSE, no qual os serviços estão instalados nos territórios considerados vulneráveis em dois níveis: Proteção Básica e Proteção Especial. Além desses serviços, em 2014 foi criado o Grupo de Trabalho Intersetorial e Interproteções – GTI-I, cujas funções têm o objetivo de organizar, regular, qualificar, racionalizar e otimizar o fluxo de encaminhamentos da rede externa e interna do Sistema Único de Assistência Social do Município de Jundiaí e de outros órgãos. Esse GT está vinculado diretamente à UGADS e conta com uma equipe de trabalhadores representando os núcleos de ação das áreas de Direito, Psicologia e Serviço Social. Com exceção da república para jovens, Jundiaí se destaca por possuir todos os serviços tipificados.

2.1.2 Breve histórico da rede assistencial de Jundiaí

A rede assistencial de Jundiaí começou a ser desenhada após a década de 1950, período em que o primeiro abrigo foi concebido para pessoas em situação de vulnerabilidade. Posteriormente, em 1998, a Casa Santa Marta que, a princípio era responsável por conceder alimentação para pessoas em situação de rua, passou a ampliar seus serviços de assistência a

esse público passando a administrar a República, destinada para as pessoas que estão saindo da situação de rua, além de prestarem serviço de acolhimento para as pessoas que ainda se encontram nesta situação. Em 2000, o município instituiu o Centro de apoio ao migrante (CAM) que também atendia pessoas em situação de rua e o serviço perdurou até 2009. Atualmente a cidade conta com um abrigo, além da Casa de Passagem e da República, com a perspectiva de que nos próximos meses novo abrigo seja inaugurado para a ampliação de vagas para o público em situação de vulnerabilidade.

Com a criação dos Centros Pop, em 2011, foi inaugurado um Centro Pop na cidade ampliando a rede de assistência, assim como com a criação dos Consultórios na rua, que também passou a compor a rede assistencial local.

Em 2016, a gestão municipal passou a investir nas Organizações da Sociedade Civil (OSC) para gerir os equipamentos assistenciais. Em 2019, com os marcos regulatórios pautados na política nacional, gestores municipais passaram a rever as parcerias em busca de melhores condições para a população.

A cidade de Jundiaí também possui três Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS) para o atendimento da população adulta, com a possibilidade de internação de curto período de até 15 dias. O hospital São Vicente também é um equipamento de saúde importante e referência para o atendimento da população em vulnerabilidade. No total, há 102 vagas em todo o serviço para atendimento da população em situação de rua, sendo que com a implantação de um novo abrigo, haverá ampliação de vagas para melhor acolhimento da população em vulnerabilidade com a perspectiva de encaminhamentos mais efetivos. com isso, os dados aqui apresentados serão um aliado importante para o enfrentamento deste fenômeno. A rede assistência da região também conta com um Serviço Especial de Abordagem Social (SEAS) que funciona 24h e é responsável por realizar busca-ativa das pessoas em situação de rua, oferecendo encaminhamentos à rede socioassistencial, além de prestar atendimento a ocorrências em geral envolvendo os cidadãos.

3. METODOLOGIA

Neste capítulo serão apresentados os métodos utilizados para a elaboração do plano de amostragem, para a elaboração do instrumental, para a execução da coleta e para a análise dos dados da fase amostral.

3.1. PLANO AMOSTRAL

O primeiro passo para que uma pesquisa traga resultados que retratem a população de interesse é garantir que a amostragem seja representativa em relação à população. Neste caso, como base populacional para iniciar o plano amostral utilizou-se dos dados coletados na primeira fase da “*Pesquisa Censitária da população em situação de rua no município de Jundiá*”, realizada nos dias 09 e 10 de fevereiro de 2023.

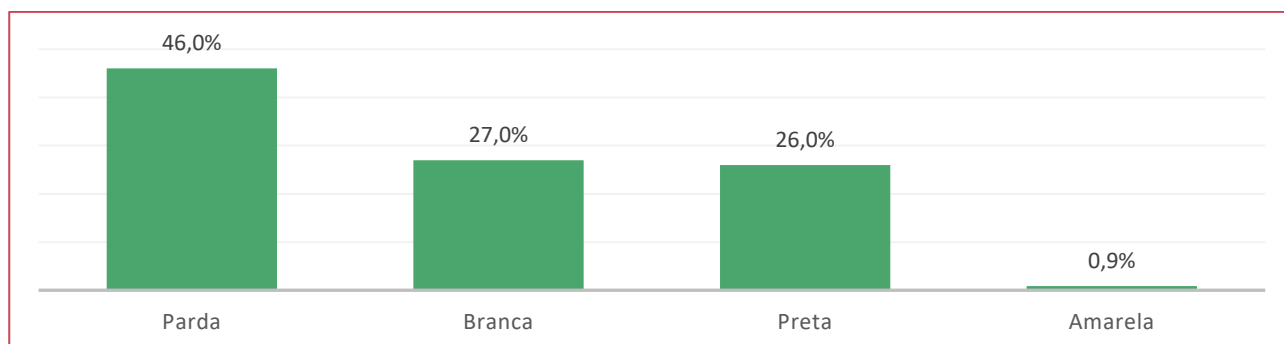
Na etapa censitária foram contabilizadas 246 pessoas em situação de rua, sendo que desses, 75,2% estão na rua e 24,8% em acolhimento. Também se observou muito mais casos do sexo masculino (84,6%) e pessoas não brancas (72,9%). Sobre a faixa etária, a concentração maior é entre os 30 e os 49 anos, contabilizando 70% dos entrevistados.

Tabela 1: Proporção do sexo biológico no censo

Sexo	Quant.	(%)
Masculino	208	84,6%
Feminino	38	15,4%
Respondentes	246	100,0%

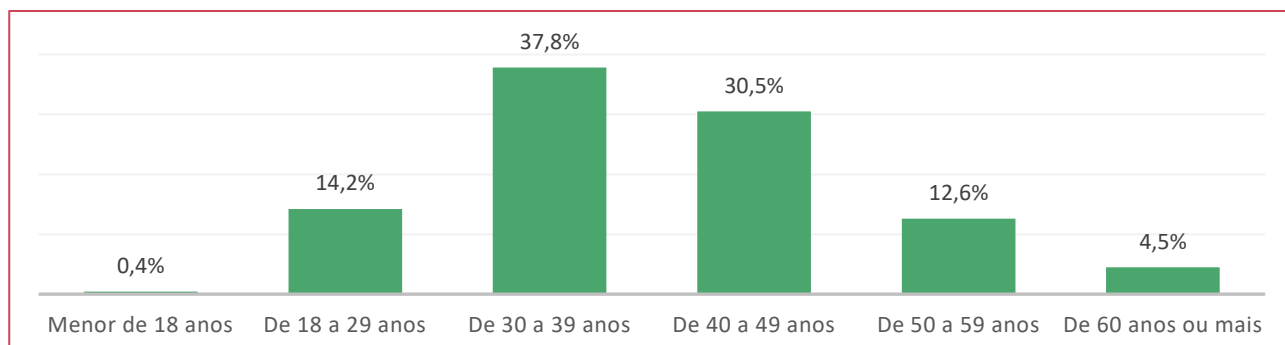
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Gráfico 1: Proporção da raça ou cor no censo



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

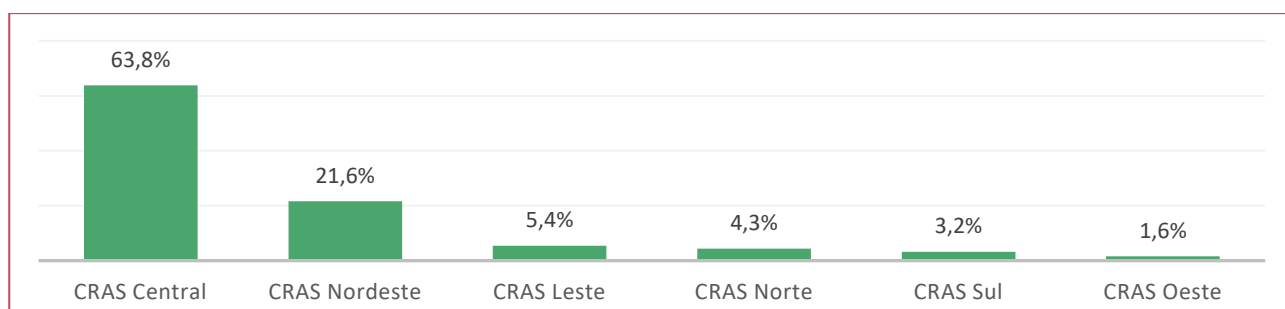
Gráfico 2: Faixa etária do censo



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Sobre o distrito com maior concentração de pessoas em situação de rua, o Censo nos indica que mais de 63,8% dos entrevistados estavam na região de abrangência do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da região Central em Jundiaí, seguido da região de abrangência do CRAS Nordeste, com 21,6% do público circulando nessa área. A concentração de pessoas em situação de rua nas regiões centrais das cidades já foi constatada em outras pesquisas e sondagens como uma tendência, por se tratar de regiões com alta concentração e circulação de capital (BRASIL, 2009b; UGADS e TOMARA!, 2019; QUALITEST, 2019; FIPE, 2015; FESP, 2011).

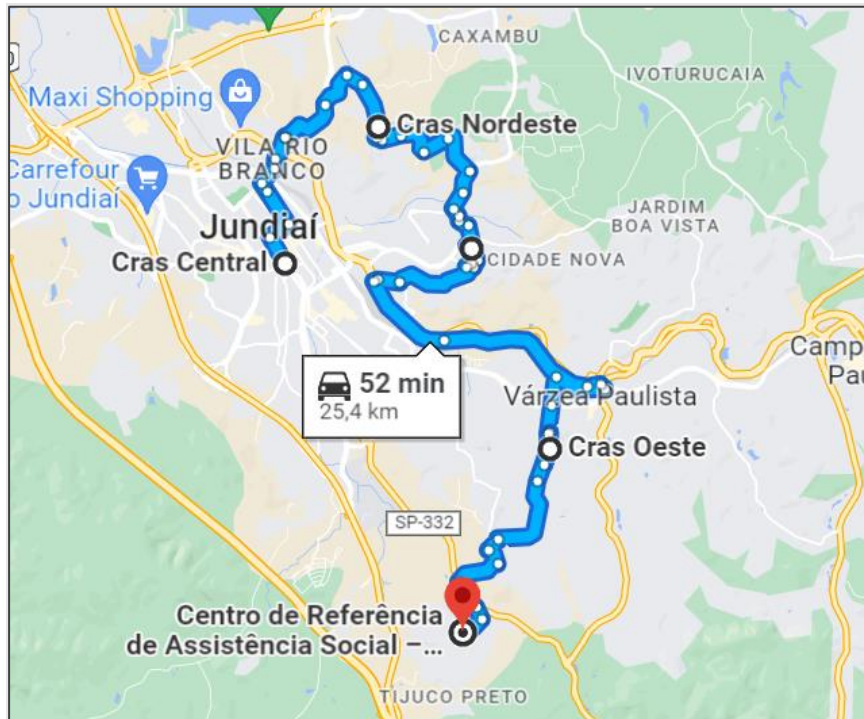
Gráfico 3: Região do censo



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

A proximidade dos CRAS Central e Nordeste não garante uma distância que gere uma continuidade de permanência apenas em uma ou em outra região. Além disso, os CRAS mais distantes, Sul e Oeste tem pouca concentração para possibilitar uma distinção e uma caracterização específica da população encontrada neles.

Figura 1: Distância entre os CRAS Central e Nordeste



Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria; Google Maps, 2023

Além do mais, a divisão das cotas por distritos censitários não se faz pertinente tendo em vista que a maior porcentagem de pessoas em situação de rua entrevistadas estava no Distrito Censitário Centro (CRAS Central) e no Distrito Censitário Nordeste (CRAS Nordeste), regiões muito próximas, o que não garante a continuidade de permanência das pessoas em situação de rua em apenas uma ou outra região. Além disso, os Distritos Censitários mais distantes, Sul (CRAS Sul) e Oeste (CRAS Oeste), apresentaram pouca concentração para possibilitar a caracterização específica da população nesses territórios.

3.1.1. Metodologia de Amostragem

A teoria da amostragem é dividida em dois grupos, as amostragens **probabilísticas** e as amostragens **não-probabilísticas**. Considera-se uma amostragem **probabilística** quando a amostra é obtida de forma aleatória e todos as pessoas da população de interesse tem a mesma chance de pertencer a amostra. Já a amostragem **não-probabilística** é utilizada quando o universo de pesquisa pode mudar, ou quando não se garante que todos os indivíduos da população terão a mesma chance de participar da amostra. Além desta característica, a amostragem não-probabilística tem uma característica de definição da unidade amostral pelo pesquisador, ou seja, o pesquisador defini se aquele indivíduo pertence ou não a população.

Observando as duas teorias fica mais claro entender que a amostragem para a pesquisa da população em situação de rua deve seguir metodologia **não-probabilística**, pois não é possível garantir aleatoriedade na coleta devido a transitoriedade da população – hoje elas estão na rua, amanhã elas podem não estar; ou ainda, as pessoas estão alguns dias na rua, mas no momento da pesquisa não estão. Ou seja, situações que não garantem aleatoriedade e a mesma chance de participação na amostra – será entrevistado quem está na rua no momento da pesquisa.

Definida a teoria a ser seguida, dentro da pesquisa não-probabilística existe o método de **pesquisa por cotas**, que se assemelha muito a pesquisa estratificada na teoria probabilística, diferenciando-se apenas no rigor das proporções, ou seja, pela transitoriedade do público-alvo e pelo alto índice de características de perfil dada por atribuições. É necessário que as cotas não sejam rígidas como são na estratificação, podendo ter variações para fechamento da pesquisa.

Além do mais, as variáveis distrito e faixa etária não serão contempladas como cotas, pelo motivo da população ser extremamente pequena, e quanto maior o número de cotas utilizadas mais tendenciosa fica a coleta, pois a coleta acaba indo atrás de um perfil específico, que pode muitas vezes não representar a situação de rua. Sendo assim, o tamanho das amostras foi calculado pela fórmula, originando um tamanho de 149 unidades amostrais.

$$n = \frac{z^2 * 0,25 * N}{(N - 1) * E^2 + z^2 * 0,25}$$

Sendo:

N o tamanho da população em situação de rua

E o erro amostral definido para a amostra

z é escore da distribuição normal padrão para a confiança definida para a amostra

Nestes casos no qual a população é extremamente pequena, existe, na teoria estatística, a possibilidade de ajustar o tamanho da amostra em relação à população. Ou seja, após o cálculo da amostra, pode-se ainda trabalhar tal amostra para que fique ainda mais coerente ao tamanho da população, possibilitando um campo factível.

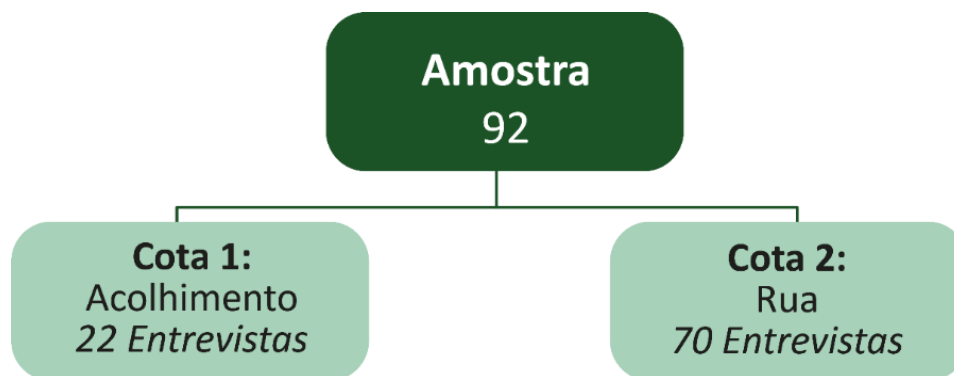
Logo, com uma população de 246, alcançar uma amostra de 149 significaria que a cada 10 pessoas, 6 deveriam ser entrevistados, o que tornaria o campo extremamente difícil, moroso e ainda, com possibilidade de repetição da unidade amostral por pesquisadores distintos.

Assim, na estatística utiliza-se o cálculo da amostra ajustada, dado pela fórmula (Distribuição t de *Student*)¹ que finalizou em uma amostra com 92 unidades.

Quadro 1: Fórmula Distribuição t de *Student*

$n_{ajustado} = n * \frac{1}{1 + (n/N)}$	Sendo: <i>N</i> o tamanho da população em situação de rua <i>n</i> é o tamanho da amostra <i>n_{ajustado}</i> é o tamanho da amostra ajusta
--	---

Figura 2: Cotas da amostra dentro das pesquisas



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

¹ A distribuição t de Student (publicada por um autor que se chamou de Student, pseudônimo de William Sealy Gosset) é uma distribuição de probabilidades muito semelhante à distribuição normal. É uma distribuição também em forma de sino e simétrica em relação à média. A grande diferença é que sua utilização é para os casos em que as amostras são pequenas e o desvio-padrão da população é desconhecido. (PROEDUCACIONAL, 2023).

Sendo que as cotas de sexo e raça ou cor serão aproximadamente as que constam nas tabelas abaixo:

Tabela 2: Cotas por sexo

Sexo	Cotas
Masculino	80
Feminino	12

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Tabela 3: Cotas por raça/cor

Raça ou cor	Cotas
Não-brancos	67
Brancos	25

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

3.2. INSTRUMENTAIS

A pesquisa de campo da Etapa Amostral foi realizada nos dias 03, 04 e 05 de março. O questionário estruturado foi submetido aos gestores da UGADS para contribuições e validação. Posteriormente, a fase de pré-teste consistiu em uma etapa importante para a realização de ajustes pertinentes para a aplicação do questionário em torno de 20 minutos – duração média visando evitar a desistência dos respondentes.

O questionário estruturado (Apêndice 1) foi elaborado para coletar informações sobre o perfil socioeconômico da população em situação de rua, abordando também as causas que os levaram a essa situação e suas principais demandas quanto às políticas públicas.

O instrumental foi organizado em 6 partes: (a) autorização do(a) respondente para a entrevista; (b) controle de cotas (sexo biológico, raça/cor e local de realização da pesquisa); (c) perguntas filtro para identificar se a pessoa se enquadra na categoria “situação de rua”; (d) distrito em que abordagem é realizada e (e) blocos de questões pertinentes às condições de vida da população, subdivididos conforme segue:

- Caracterização do(a) entrevistado;
- Escolaridade;
- Documentação;
- Alternativas de pernoite;
- Motivos para estar na rua;
- Tempo em que está em situação de rua e mobilidade;
- Vínculos familiares;

- Necessidades básicas (insegurança alimentar, banheiro e vestimentas);
- Trabalho e renda;
- Saúde: Problemas de saúde, Deficiências, Identidade de gênero, Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, Uso de álcool e drogas e Dignidade menstrual.;
- Acolhimentos em instituições
- Cidadania e direitos humanos (violência física, moral e institucional: participação em movimentos e coletivos, atendimento aos serviços públicos da rede de proteção social e percepções sobre a qualidade do atendimento.

Foi incluída uma pergunta aberta em que a pessoa foi convidada a registrar suas sugestões quanto às ações que julga importante para melhorar a situação de vida das pessoas em situação de rua no município de Jundiaí.

3.3 TRABALHO DE CAMPO

Neste item contemplamos a dinâmica da execução da etapa amostral em campo, destacando os ajustes operacionais feitos pela coordenação geral, por conta de eventos climáticos e situações pontuais que interferiram no planejamento inicial desenhado por nossa equipe, apresentado no relatório anterior. Vale destacar que todos os ajustes operacionais foram partilhados e alinhados com a assessoria técnica do Departamento de Proteção Social Especial da UGADS antes de tê-los colocados em prática.

Nossa incursão em campo que inicialmente seria realizada em dois dias (3 e 4 de março), precisou ser ampliada por conta das fortes chuvas da metade para o final do segundo dia. Decidimos acrescentar mais um dia (5 de março) para que fosse possível a realização do número de entrevistas previsto na metodologia amostral. A pesquisa ocorreu nos dois primeiros dias das 15h às 22h conforme planejado, já no terceiro e último dia das 14h às 19h, tendo esse horário como término do campo devido a tempestade com granizo que atingiu Jundiaí naquele dia.

Outra intercorrência que se faz necessário destacar foi, segundo informações levantadas em campo, os impactos de uma suposta ação da Guarda Municipal de Jundiaí - GMJ que ocorreu no dia 3 de março pela manhã (mesmo dia em que estava previsto o início da etapa amostral da pesquisa). Segundo diferentes interlocutores: comerciantes, funcionários da estação ferroviária da CPTM e do terminal de ônibus, além das próprias pessoas em situação de rua entrevistadas por nossa equipe, a ação da GMJ fora executada com o intuito de “tirar as pessoas em situação

de rua” de alguns logradouros onde este contingente populacional costuma tradicionalmente permanecer.

O local escolhido para início das pesquisas de campo da etapa amostral foi justamente a praça em frente à estação ferroviária da CPTM, local em que normalmente se concentra um grande número de pessoas em situação de rua, conforme constatado pelas informações que estruturaram nosso quadro de referências, enviadas pela UGADS, e também durante a execução da fase anterior, a etapa censitária.

Este endereço foi escolhido para início do campo, justamente por conta do grande número de pessoas em situação de rua, colaborando, deste modo, para que a assessoria de imprensa da prefeitura pudesse fazer a cobertura do início da execução da pesquisa amostral, ação essa que estava agendada à *priori*.

A ausência do contingente populacional protagonista desta pesquisa foi notada por todos, inclusive pelas pessoas que foram interpeladas por nossa equipe, e por profissionais da própria equipe de pesquisadores de campo que residem e atuam com o segmento populacional das pessoas em situação de rua no município.

Por conta disso, em outros locais por onde nossa equipe transitou seguindo os itinerários definidos em nosso planejamento (Relatório 3), os comentários acerca da suposta ação da Guarda Municipal ressoaram e causaram desconfiança por parte da maioria das pessoas em situação de rua com quem nossa equipe dialogou. Em alguns locais fomos questionados sobre essa ocorrência e em alguns momentos levantou-se a suspeita de que a ação da Guarda foi planejada por conta da execução da pesquisa com o objetivo de interferir nos resultados, tensionando por vezes a relação entre nossa equipe e os atores sociais entrevistados, que disseram ter relações conturbadas com a Guarda Municipal, nos trazendo inclusive relatos de violências sofridas.

Devido a essa intercorrência, e diferente da etapa anterior da pesquisa em que fomos recebidos pelas pessoas em situação de rua de maneira bastante serena e amistosa, o campo se mostrou tenso e refratário na fase amostral, implicando na necessidade de aplicação de técnicas de mediação de conflitos por parte da equipe. Esse fator aumentou nosso tempo de atuação em cada local previsto no planejamento do trabalho de campo, corroborando, para além dos eventos climáticos, na inclusão de mais um dia de incursão em campo.

Todavia, nossa equipe garantiu a realização de um número de entrevistas maior do que o planejamento amostral recomendou. Esse resultado expressivo no número de entrevistas, mesmo com as situações adversas descritas, só foi possível pelo alto nível e excelência, comprometimento e dedicação dos pesquisadores de campo selecionados e contratados para a composição da equipe.

Outro fator determinante para os resultados alcançados foi a contribuição da coordenação geral quanto aos conteúdos relacionados às metodologias e práticas socioeducativas durante o treinamento da equipe de pesquisadores de campo, no sentido de trazer contexto e elementos que sem dúvida colaboraram com as estratégias de mediação de conflitos adotadas pela equipe, para além dos conteúdos que integram as metodologias clássicas e tecnológicas de pesquisas censitárias; juntamente com o acompanhamento integral em loco da coordenação geral durante a execução dos dias de campo. Destacamos mais uma vez que a suposta ação da Guarda Municipal foi relatada por diferentes interlocutores conforme apresentado no início deste tópico. Nosso objetivo, nesse ponto, foi evidenciar as intercorrências ocorridas durante a dinamização da pesquisa em campo.

3.4. ANÁLISE DE DADOS

Para análise dos dados foram utilizadas técnicas de análise descritiva de dados (tabelas simples, tabelas cruzadas, gráficos, percentuais, médias e outras) e, pontualmente, foi utilizado para comparação dos dados entre categorias de resposta o teste Não Paramétrico Qui-Quadrado (**Teste χ^2**), principal teste na estatística de comparar proporções, ou seja, verificar possíveis divergências entre as frequências observadas na amostra e as frequências esperadas com aquele tamanho de amostra. Para aplicar o teste é necessário primeiramente verificar os pressupostos, que são eles:

- Os grupos devem ser independentes e os itens de cada grupo são selecionados aleatoriamente;
- As observações devem ser frequências ou contagens, e cada observação pertence a uma e somente uma categoria;
- A amostra deve ser relativamente grande: pelo menos 5 observações em cada célula, ou nenhuma frequência igual a 0, ou até 20% das células com frequência inferior a 5.

Ao aplicar o teste, o resultado é indicado pela significância da estatística do teste, que é o p-valor, que indica a probabilidade de se observar uma diferença entre as categorias. **Quanto menor o p-valor, maior a probabilidade de se encontrar diferenças estatísticas significantes entre as categorias.**

Assume-se, frequentemente, um p-valor significativo quando este é inferior a 0,05, ou seja, quando o p-valor do teste é inferior a 0,05, assume-se que estatisticamente existe uma grande probabilidade de as frequências observadas nas categorias serem diferentes. Quando o p-valor é maior que 0,05, assume-se que não houve citações suficientes para avaliar diferença entre as estatísticas, **por mais que ao olhar as proporções percebam-se diferenças, estas não foram suficientes para apontar diferenças estatisticamente significantes.** Para facilitar a análise e identificar diferenças ao final de cada tabela, há a coluna “análise” que pode apresentar em cada categoria cruzada ao perfil uma das seguintes respostas:

Quadro 2: Orientações para análise

ANÁLISE	DESCRIÇÃO
*	Apresentado quando não houve citações suficientes dentro de alguma das categorias
Não significativo	Quando a diferença entre os percentuais das categorias não foi estatisticamente significativa, entendendo que o perfil analisado não interfere na ocorrência da categoria
Quando p-valor < 0,05 divide-se <i>$\frac{\text{maior percentual}}{\text{menor percentual}}$</i>	Para verificar o número de vezes que o percentual maior se apresenta em cima do percentual menor

Fonte: Paine! Pesquisas e Consultoria, 2023.

4. RESULTADOS DA PESQUISA AMOSTRAL

Neste capítulo serão apresentadas e discutidas todas as informações coletadas através da pesquisa amostral. Ao todo, foram entrevistadas 109 pessoas em situação de rua. Na etapa amostral todas as pesquisas realizadas foram por abordagem. Das 109 pessoas abordadas, 80 (73,4%) estavam na rua e 29 (26,6%) em acolhimento.

Tabela 4: Situação da pesquisa amostral

Situação	Quant.	(%)
Na Rua	80	73,4%
Em Acolhimento	29	26,6%
Respondentes	109	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Das 80 pesquisas realizadas na rua, a maioria (82,5%) ocorreu na região de abrangência do CRAS Central. Além destas, 8 (10,0%) pesquisas foram realizadas na região Nordeste, 5 (6,3%) na região Oeste e apenas uma na região sul. Quanto às 29 pesquisas realizadas em instituições de acolhimento, 22 (75,9%) se deram no Abrigo e 7 (24,1%) na Casa de Passagem.

Tabela 5: Região de realização das pesquisas

Região	Quant.	(%)
Central	66	82,5%
Nordeste	8	10,0%
Oeste	5	6,3%
Sul	1	1,3%
Respondentes	80	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

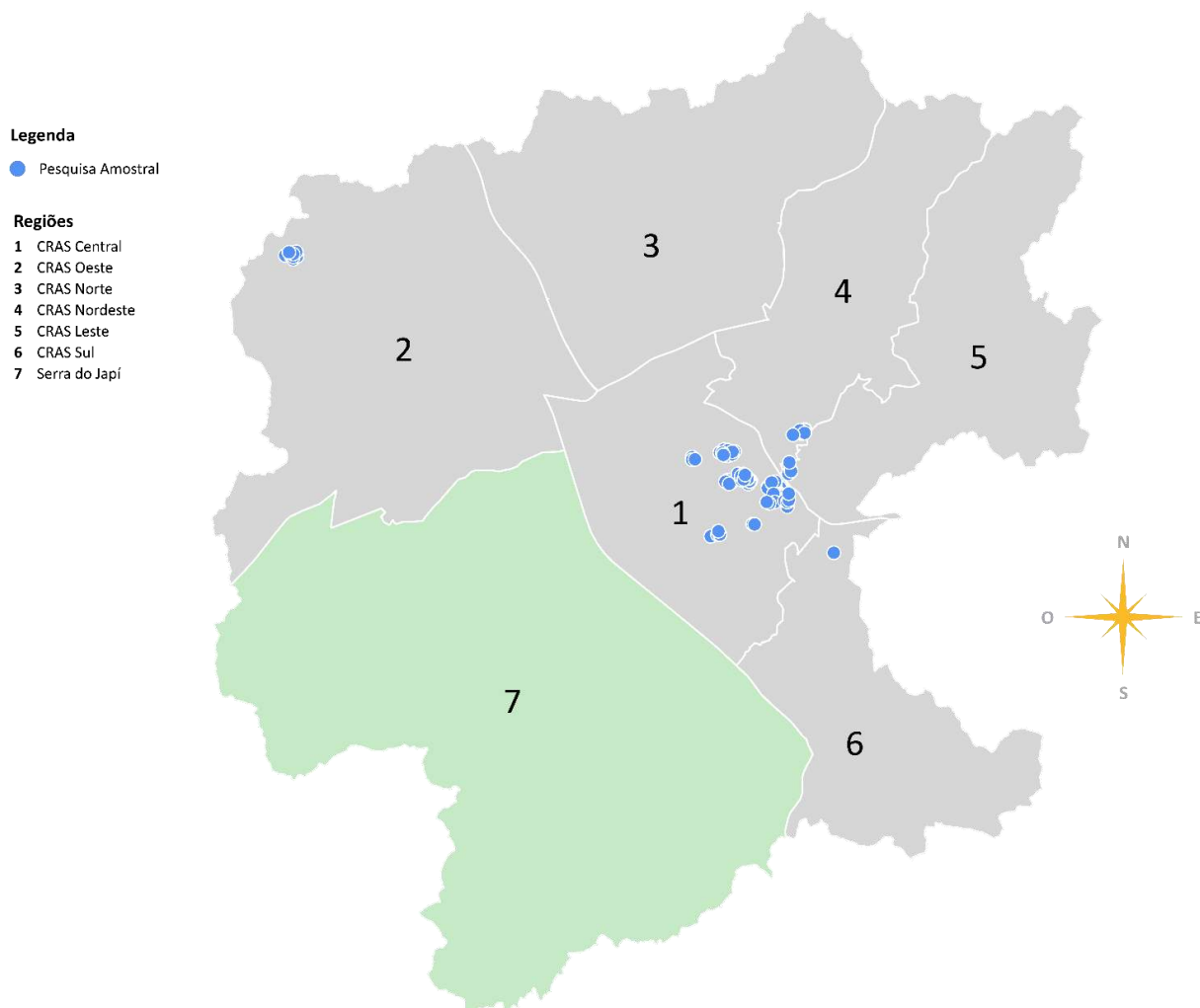
Tabela 6: Instituição de acolhimento

Instituição	Quant.	(%)
Abrigo	22	75,9%
Casa de Passagem	7	24,1%
Respondentes	29	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Abaixo será apresentado um mapa temático contendo a localização geográfica de todas 109 pesquisas realizadas, bem como a divisão territorial utilizada no projeto.

Mapa 1: Localização geográfica das pesquisas amostrais



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

4.1. PERFIL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

No perfil da população entrevistada destaca-se predominância do sexo masculino, que representa 84,4% dos respondentes, sendo 15,6% pessoas do sexo feminino. Essa distribuição se mantém ao olharmos para os dados segmentados por situação da entrevista (Na rua/Em acolhimento), apesar de que, entre os acolhidos, a diferença é 4,4% menor com relação aos entrevistados na rua. Quanto à identidade de gênero, apenas 3 entrevistados relataram não se identificar com seu sexo biológico, sendo um homem transgênero, uma mulher transgênero e uma travesti, os três em acolhimento. Todos os entrevistados na rua se declararam cisgêneros (que se identificam com seu sexo de biológico de nascimento).

Tabela 7: Sexo biológico dos entrevistados

Sexo	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Masculino	68	85,0%	24	82,8%	92	84,4%
Feminino	12	15,0%	5	17,2%	17	15,6%
Respondentes	80	100,0%	29	100,0%	109	100,0%

Fonte: Paine! Pesquisas e Consultoria, 2023.

Gráfico 4: Sexo biológico dos entrevistados

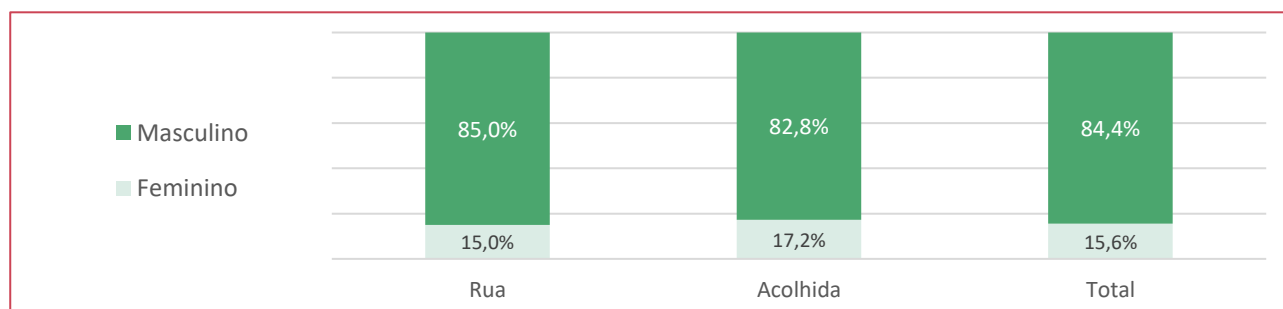
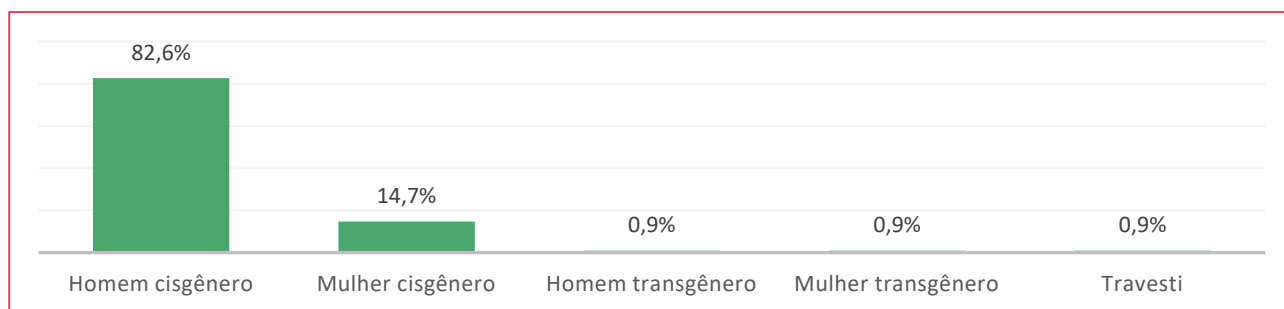


Tabela 8: Identidade de gênero dos entrevistados

Gênero	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Homem cisgênero	68	85,0%	22	75,9%	90	82,6%
Mulher cisgênero	12	15,0%	4	13,8%	16	14,7%
Homem transgênero	-	-	1	3,4%	1	0,9%
Mulher transgênero	-	-	1	3,4%	1	0,9%
Travesti	-	-	1	3,4%	1	0,9%
Respondentes	80	100,0%	29	100,0%	109	100,0%

Fonte: Paine! Pesquisas e Consultoria, 2023

Gráfico 5: Identidade de gênero dos entrevistados



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Com relação à raça/cor, mais da metade dos entrevistados são pardos (54,1%), seguidos de pretos (22,9%) e brancos (22,0%). Apenas um dos entrevistados é indígena. Podemos observar que, enquanto a população parda se divide de maneira uniforme entre rua e acolhimento, a população preta está mais concentrada (proporcionalmente) nas instituições de acolhimento e a população branca mais concentrada na rua. Os indicaram afirmam a maioria da população em situação de rua em Jundiaí ser da raça negra, convergindo com os dados divulgados pelas outras pesquisas utilizadas de referência (BRASIL, 2009b; UGADS e TOMARA!, 2019; QUALITEST, 2019; FIPE, 2015; FESP, 2011). Tudo indica uma atenção para políticas de ações afirmativas para a quebra do ciclo de pobreza que atravessa as condições de vida da população negra desde a abolição, em 1888 (ALMEIDA, 2019).

Tabela 9: Raça ou cor dos entrevistados

Raça ou cor	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Parda	43	53,8%	16	55,2%	59	54,1%
Preta	16	20,0%	9	31,0%	25	22,9%
Branca	21	26,3%	3	10,3%	24	22,0%
Indígena	-	-	1	3,4%	1	0,9%
Respondentes	80	100,0%	29	100,0%	109	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

A estrutura etária da população em situação de rua se distribui com estrutura semelhante à normal, com 64,2% dos entrevistados concentrados na faixa etária de 30 a 49 anos. Nessa etapa não foi identificada nenhuma pessoa com menos de 18 anos em situação de rua.

Tabela 10: Faixa etária dos entrevistados

Faixa etária	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
De 18 a 29 anos	15	18,8%	6	20,7%	21	19,3%
De 30 a 39 anos	31	38,8%	11	37,9%	42	38,5%
De 40 a 49 anos	22	27,5%	6	20,7%	28	25,7%
De 50 a 59 anos	9	11,3%	4	13,8%	13	11,9%
De 60 anos ou mais	3	3,8%	2	6,9%	5	4,6%
Respondentes	80	100,0%	29	100,0%	109	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Por fim, investigamos se os entrevistados possuem algum tipo de deficiência e, caso positivo, qual o tipo. Da amostra de 109 pessoas em situação de rua, 24,8% possuem algum tipo de deficiência, sendo que a diferença percentual entre os que possuem ou não é menor na situação de rua do que entre os que se encontram em acolhimento institucional. Quanto aos tipos de deficiência, destaca-se a deficiência física, presente em mais da metade dos casos (51,9%), seguida de deficiência visual (29,6%) e 14,8% citaram possuir deficiência intelectual.

Tabela 11: Possui alguma deficiência?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Sim	21	26,3%	6	20,7%	27	24,8%
Não	59	73,8%	23	79,3%	82	75,2%
Respondentes	80	100,0%	29	100,0%	109	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Tabela 12: Se sim, que tipo de deficiência possui?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Física	12	57,1%	2	33,3%	14	51,9%
Visual	6	28,6%	2	33,3%	8	29,6%
Intelectual	2	9,5%	2	33,3%	4	14,8%
Auditiva	1	4,8%	-	-	1	3,7%
Respondentes	21	100,0%	6	100,0%	27	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

4.2. CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nesse subcapítulo serão exploradas algumas questões relativas à caracterização dos entrevistados, como: naturalidade, escolaridade e documentação.

4.2.1. Naturalidade

Das pessoas abordadas, 3 dos 109 entrevistados não possuem nacionalidade brasileira, sendo um imigrante africano, um argentino e um peruano.

Tabela 13: Nacionalidade dos entrevistados

Nacionalidade	Quant.	(%)
Brasileiro	106	97,2%
Estrangeiro	3	2,8%
Respondentes	109	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Tabela 14: Qual país estrangeiro?

País	Quant.	(%)
África	1	33,3%
Argentina	1	33,3%
Peru	1	33,3%
Respondentes	109	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Ampliando o escopo é possível perceber que 19,3% da população em situação de rua entrevistada em Jundiaí é natural do município. Do total da amostra, 25 (22,9%) são naturais de São Paulo e 20 (18,3%) provenientes de outros municípios do estado. A maior parte da população abordada nessa categoria, 36,7%, advêm de outros estados brasileiros. Isso pode ser explicado pela proximidade de Jundiaí com a capital do Estado, São Paulo, que está no ranking das cidades brasileiras com a maior circulação e concentração de renda, sendo o rendimento médio em São Paulo o 4º melhor do Estado de São Paulo se comparado com as outras cidades (IBGE, 2020).

Tabela 15: Onde nasceu?

Local	Quant.	(%)
Jundiaí	21	19,3%
São Paulo	25	22,9%
Outro município do estado de São Paulo	20	18,3%
Outro estado brasileiro	40	36,7%
Outro país	3	2,8%
Respondentes	109	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Dentre os entrevistados que são naturais de outros municípios do estado de São Paulo, destacam-se os nascidos em Campo Limpo Paulista, Várzea Paulista, Bragança Paulista, Campinas e Salto.

Tabela 16: Qual outro município de São Paulo?

Município	Quant.	(%)
Campo Limpo Paulista	4	20,0%
Várzea Paulista	3	15,0%
Bragança Paulista	2	10,0%
Campinas	2	10,0%
Salto	2	10,0%
Carapicuíba	1	5,0%
Cerqueira César	1	5,0%
Cruzeiro	1	5,0%
Ituverava	1	5,0%
Osasco	1	5,0%
São José do Barreiro	1	5,0%
Vinhedo	1	5,0%
Respondentes	20	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Já com relação aos nascidos em outros estados brasileiros, destacam-se os naturais da Bahia, Paraná, Pernambuco e Minas Gerais.

Tabela 17: Qual outro estado brasileiro?

Estado	Quant.	(%)
Bahia (BA)	8	20,0%
Paraná (PR)	8	20,0%
Pernambuco (PE)	6	15,0%
Minas Gerais (MG)	5	12,5%
Alagoas (AL)	3	7,5%
Ceará (CE)	3	7,5%
Sergipe (SE)	2	5,0%
Amazonas (AM)	1	2,5%
Distrito Federal (DF)	1	2,5%
Mato Grosso do Sul (MS)	1	2,5%
Rio de Janeiro (RJ)	1	2,5%
Rio Grande do Sul (RS)	1	2,5%
Respondentes	40	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

4.2.2. Escolaridade

A pesquisa perguntou, também, se os respondentes já frequentaram a escola (lembrando que todos os entrevistados são maiores de idade). No último censo divulgado pelo IBGE sobre a taxa de escolarização de crianças e adolescentes, de 06 a 14 anos, o indicador correspondente a Jundiaí é de 98,2% da população alfabetizada (IBGE, 2021). Apenas 8 dos 109 entrevistados (7,3%) afirmaram não ter frequentado a escola e, segmentando os dados por situação do entrevistado (Na rua/Em acolhimento), pode-se perceber que, destes 8, 7 (87,5%) encontram-se na rua e apenas 1 em acolhimento. Em Jundiaí, assim como em outras cidades que realizaram pesquisas para o monitoramento de políticas para pessoas em situação de rua, inclusive para jovens nessas condições, percebe-se maior incidência de pessoas que não frequentam a escola as que estão “na rua”. A Política Nacional para a população em situação de rua prevê a inserção dessas pessoas nos espaços educacionais, com isso um olhar mais atento para esse público pode contemplar as diretrizes previstas na Política (BRASIL, 2009b).

Tabela 18: Você frequentou a escola?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Sim	73	91,2%	28	96,6%	101	92,7%
Não	7	8,8%	1	3,4%	8	7,3%
Respondentes	80	100,0%	29	100,0%	109	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Com relação ao grau de instrução, 29,4% dos entrevistados não completaram o Ensino Fundamental e apenas 24,8% completaram o Ensino Médio, sendo que 4 destes chegaram a cursar o Ensino Superior, mas de maneira incompleta, e 2 concluíram a graduação.

Tabela 19: Frequentou a escola até que etapa?

Resposta	Quant.	(%)
Não frequentou a escola	8	7,3%
Ensino Infantil incompleto	4	3,7%
Ensino Infantil completo	6	5,5%
Ensino Fundamental incompleto	32	29,4%
Ensino Fundamental completo	13	11,9%
Ensino Médio incompleto	19	17,4%
Ensino Médio completo	21	19,3%
Ensino Superior incompleto	4	3,7%
Ensino Superior completo	2	1,8%
Respondentes	109	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

4.3. RELAÇÃO COM A RUA

A pessoa em situação de rua pode estar nesta circunstância por diferentes motivos, como: a perda de vínculos familiares, a perda de um emprego, situações de violência, a perda de algum ente querido, a perda de autoestima, alcoolismo, drogadição, doença mental, entre outros motivos (BULLA, MENDES e PRATES, 2004; COSTA, 2005). O questionário da fase amostral buscou identificar qual a motivação para as pessoas estarem em situação de rua em Jundiaí, a frequência e quais os lugares que essas pessoas costumam pernoitar.

4.3.1. Motivos para estar em Situação de Rua

As motivações informadas pelos entrevistados em Jundiaí convergem com as mencionadas na literatura a respeito e o que foi divulgado em pesquisas anteriores (IPEA, 2022; BRASIL, 2009b; UGADS e TOMARA!, 2019; QUALITEST, 2019; FIPE, 2015; FESP, 2011). O motivo que se destaca tem a ver com conflitos familiares, 47,7%, seguido de dependência de drogas ilícitas, 32,1%, a dependência ao álcool foi a terceira motivação identificada, 21,1%, e a perda de emprego foi o motivo para 18,3% dos entrevistados estarem em situação de rua.

Tabela 20: Por quais motivos começou a dormir na rua e/ou em acolhimento?

Resposta	Quant.	(%)
Conflitos familiares	52	47,7%
Dependência de drogas ilícitas	35	32,1%
Dependência de álcool	23	21,1%
Perda de emprego	20	18,3%
Perda de moradia	11	10,1%
Egresso do sistema prisional	8	7,3%
Migração	5	4,6%
Falecimento dos pais	4	3,7%
Transtorno mental	4	3,7%
Imigração	3	2,8%
Outros problemas de saúde	2	1,8%
Pandemia	2	1,8%
Vontade própria	2	1,8%
Foi assaltado	1	0,9%
Não soube/não quis responder	1	0,9%
Outros problemas de saúde	1	0,9%
Prostituição	1	0,9%
Respondentes	109	*

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo respondente poderia relatar mais de um motivo

4.3.2. Tempo em que está em Situação de Rua

Quando analisado há quanto tempo as pessoas entrevistadas estão em situação de rua fica mais claro o caráter “não-probabilístico” dessa população. Podemos observar que a maior concentração de dados se encontra nos extremos: 21,1% dormem na rua há menos de 6 meses e 23,9% dormem na rua há mais de 10 anos, enquanto os valores médios possuem percentual menor, um comportamento contrário ao que seria esperado em uma distribuição normal.

Tabela 21: Há quanto tempo está em situação de rua?

Resposta	Quant.	(%)
Há menos de 6 meses	23	21,1%
De 6 meses há 1 ano	21	19,3%
De 2 anos a 3 anos (período da pandemia)	12	11,0%
De 3 a 5 anos	14	12,8%
De 5 a 10 anos	13	11,9%
Há mais de 10 anos	26	23,9%
Respondentes	109	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2023

4.3.3. Locais Onde Dormem

Na tabela abaixo constam as informações sobre onde os entrevistados dormiram na última semana. Por se tratar de uma população nômade e rara (THOMPSON, 1990; HIMELEIN, ECKMAN e MURRAY, 2014), é difícil ter a noção exata do local em que o público pernoita todos os dias. Com isso, optou-se pela identificação dos locais em que os entrevistados pernoitaram na última semana. Na maioria dos casos das pessoas em acolhimento (75,9%), o local em que pernoitam é no próprio serviço, entretanto, 31% dos entrevistados tinham pernoitado na rua em algum dia da semana em que a pesquisa foi realizada. Em relação aos entrevistados que costumam pernoitar na rua, 96,3% afirmaram ter dormido na rua naquela semana.

Tabela 22: Onde dormiu na última semana?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Dormiu na rua	77	96,3%	9	31,0%	86	78,9%
Instituição de acolhimento	9	11,3%	22	75,9%	31	28,4%
Pensão/vaga/quarto	7	8,8%	3	10,3%	10	9,2%
Casa de amigos/parentes	6	7,5%	4	13,8%	10	9,2%
Na própria casa	-	-	1	3,4%	1	0,9%
Respondentes	80	*	29	*	109	*

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo entrevistado pode ter dormido em mais de um lugar.

Dos entrevistados que declararam dormir na rua, 52,3% mencionou que dormem nas calçadas, seguido das pessoas que indicaram dormir nas praças, 12,8% e as pessoas que disseram dormir em barracas ou mocó/maloca, contabiliza, 11,6% cada situação.

Tabela 23: Como é o local em que dorme na rua?

Resposta	Quant.	(%)
Calçada	45	52,3%
Praça	11	12,8%
Barraca	10	11,6%
Mocó/maloca	10	11,6%
Embaixo de marquise/garagem	4	4,7%
Terreno baldio	3	3,5%
Viaduto	2	2,3%
Veículo	1	1,2%
Respondentes	86	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2023

Sobre as pessoas em situação de rua e as vagas nos serviços de acolhimento, mais da metade dos entrevistados, 53,5%, disseram que não tinham procurado vaga no período da realização da pesquisa. Dos entrevistados que buscaram algum serviço de acolhimento no período, 22,1% afirmou não ter encontrado vaga e 15,1% afirmou ter conseguido uma vaga em algum serviço oferecido pela Prefeitura de Jundiaí.

Tabela 24: Procurou vaga em alguma instituição de acolhimento?

Resposta	Quant.	(%)
Procurou e conseguiu	13	15,1%
Procurou e não conseguiu	19	22,1%
Não procurou	46	53,5%
Não soube/não quis responder	8	9,3%
Respondentes	86	100,0%

Fonte: Paine! Pesquisas e Consultoria, 2023

Foi perguntado aos entrevistados que utilizam os serviços de acolhimento qual a frequência eles estão nos serviços. A diferença entre as pessoas que se utilizam regularmente do serviço e as pessoas que declararam utilizar inconstantemente é pequena, sendo 51,6% e 45,2%, respectivamente.

Tabela 25: Como utiliza as instituições de acolhimento?

Resposta	Quant.	(%)
Vaga pernoite irregular/inconstante	16	51,6%
Vaga pernoite fixa/regular/constante	14	45,2%
Atendimento dia (convivência, banho, lavar roupas)	1	3,2%
Respondentes	31	100,0%

Fonte: Paine! Pesquisas e Consultoria, 2023

Tabela 26: Você procura essa vaga apenas no inverno?

Resposta	Quant.	(%)
Sim	1	3,3%
Não	19	63,3%
Não soube informar	10	33,3%
Respondentes	30	100,0%

Fonte: Paine! Pesquisas e Consultoria, 2023

Sobre a preferência para pernoitar na rua ou nos serviços de acolhimento observa-se pouca diferença, sendo 50,5% dos entrevistados que mencionaram preferir a rua e 49,5% afirmaram preferir as instituições de acolhimento.

Tabela 27: Onde você prefere dormir?

Resposta	Quant.	(%)
Na rua	55	50,5%
Instituição de acolhimento	54	49,5%
Respondentes	109	100,0%

Fonte: Paine! Pesquisas e Consultoria, 2023

4.3.4. Mobilidade

O tema da mobilidade também foi abordado junto aos entrevistados para a compreensão da trajetória das pessoas em situação de rua em Jundiaí e como essa situação pode estar relacionada, ou não, com as políticas de moradia. De acordo com os indicadores, há uma concentração maior de pessoas que estão em Jundiaí há mais de cinco anos, 33%, seguida de pessoas que estão na cidade até um ano (32,1%), sendo que as pessoas que estão de 1 a 5 anos contabilizam 15,6% dos entrevistados. Antes de estarem em Jundiaí, 35,2% dos entrevistados disseram que estavam em São Paulo, seguido de 17% dos entrevistados advindos de outro estado brasileiro.

Tabela 28: Há quanto tempo está em Jundiaí?

Resposta	Quant.	(%)
3 meses ou menos	26	23,9%
3 meses a 1 ano	9	8,3%
De 1 a 5 anos	17	15,6%
Mais de 5 anos	36	33,0%
Desde o nascimento	21	19,3%
Respondentes	109	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2022

Tabela 29: Antes de Jundiaí estava onde?

Resposta	Quant.	(%)
São Paulo	31	35,2%
Outro estado brasileiro	15	17,0%
Campinas	4	4,5%
Outro país	4	4,5%
Várzea Paulista	4	4,5%
Campo Limpo Paulista	3	3,4%
Francisco Morato	2	2,3%
Itu	2	2,3%
Itupeva	2	2,3%
Jarinu	2	2,3%
São José dos Campos	2	2,3%
Vinhedo	2	2,3%
Bofete	1	1,1%
Bragança Paulista	1	1,1%
Cabreúva	1	1,1%
Cajamar	1	1,1%
Diadema	1	1,1%
Guarujá	1	1,1%
Indaiatuba	1	1,1%
Louveira	1	1,1%
Piracicaba	1	1,1%
Praia Grande	1	1,1%
Ribeirão Preto	1	1,1%
Santo André	1	1,1%
Santos	1	1,1%
Sorocaba	1	1,1%
Taubaté	1	1,1%
Respondentes	88	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2023

Ao serem questionados sobre a vinda para o município de Jundiá, 45,5% disseram que oportunidade de emprego foi a motivação e 10,2% foram para Jundiá em busca de moradia. A vinda para Jundiá relacionada a presença de familiares na cidade foi indicada por 9,1% dos entrevistados.

Tabela 30: O que motivou sua vinda para Jundiá?

Resposta	Quant.	(%)
Oportunidade de emprego	40	45,5%
Moradia	9	10,2%
Veio em função de familiares	8	9,1%
Acolhimento	5	5,7%
Queria conhecer novos lugares	5	5,7%
Imigração	3	3,4%
Não soube/não quis informar	3	3,4%
Trecheiro	3	3,4%
Veio para consumir drogas	3	3,4%
Atendimento médico	2	2,3%
Quebra de vínculos familiares	2	2,3%
Sistema judicial (saidinha)	2	2,3%
Outro	1	1,1%
Projetos da Funai	1	1,1%
Recâmbio	1	1,1%
Respondentes	88	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

A vinda para a cidade de Jundiá por questões envolvendo moradia foi apontada por 10,2% dos entrevistados (tabela acima). Ao aprofundarmos o assunto, observa-se que a maioria dos entrevistados já tiveram um domicílio, tanto os que estão na rua 61,3% (maior incidência), assim como as pessoas em situação de acolhimento, 55,2% dos casos. Como mencionado na Tabela 31, as pessoas que têm um domicílio, mas não podem morar nele contabilizam 10,1% dos casos gerais, sendo que na maioria dos casos, 61%, não possuem domicílio em Jundiá (Tabela 32). Ao investigar sobre o processo de transição para a situação de rua, 73% dos que já tiveram domicílio responderam que saíram dos respectivos domicílios e foram direto para rua (Tabela 33).

Tabela 31: Você tem/teve um domicílio (com banheiro, cozinha etc.) para morar?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Tive, mas não tenho mais	49	61,3%	16	55,2%	65	59,6%
Tenho, mas não quero morar nele	18	22,5%	6	20,7%	24	22,0%
Tenho, mas não posso morar nele	5	6,3%	6	20,7%	11	10,1%
Nunca tive	8	10,0%	1	3,4%	9	8,3%
Respondentes	80	100,0%	29	100,0%	109	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Tabela 32: Esse domicílio fica/ficava em Jundiaí?

Resposta	Quant.	(%)
Sim	39	39,0%
Não	61	61,0%
Respondentes	100	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Tabela 33: Ao sair do domicílio foi direto para a rua?

Resposta	Quant.	(%)
Sim	74	73,0%
Não	24	25,0%
Não informado	2	2,0%
Respondentes	100	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

No caso das pessoas que não foram diretamente para rua quando não tinham mais domicílios, 20% foram para a casa de parentes, 16% foram para a casa de amigos e outros 16% foram diretamente para alguma ocupação.

Tabela 34: Se não, para onde foi?

Resposta	Quant.	(%)
Casa de parentes	5	20,0%
Casa de amigos	4	16,0%
Ocupação	4	16,0%
Casa de companheira(o)	2	8,0%
Local de trabalho	2	8,0%
Local para tratamento de saúde	2	8,0%
Albergue	1	4,0%
Cracolândia	1	4,0%
Funai	1	4,0%
Pensão/hotel	1	4,0%
Prisão	1	4,0%
Respondentes	24	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Ainda sobre a trajetória das pessoas em situação de rua em Jundiaí, buscou-se saber se os entrevistados tinham utilizados os serviços em clínicas de recuperação de dependência de

substâncias psicoativas, instituições psiquiátricas, sistema prisional e ainda, instituição de acolhimento, tanto na fase infanto juvenil, quanto na fase idosa, quando se aplicava (Instituição de Longa Permanência). Na maioria dos casos, os entrevistados mencionaram ter passado ou por clínica de reabilitação ou pelo sistema prisional, sendo 43,1% em cada um dos casos. A relação entre as trajetórias de pessoas em situação de rua atravessadas por passagens em clínicas de dependência e/ou sistema prisional não é uma novidade em nosso país. A maioria dessas pessoas serem pardas ou pretas também não é uma mera coincidência, pois dados socioeconômicos, há muitos anos, nos alertam para um racismo estrutural que marginaliza essa população e os impede de acessar bens e serviços contribuindo para o não desenvolvimento econômico e social do país (ALMEIDA, 2019). Atentar-se para esse público na perspectiva de promoção de ações afirmativas nas políticas de emprego pode romper esse ciclo.

Tabela 35: Você já esteve em alguma dessas instituições?

Resposta	Quant.	(%)
Clínica de recuperação de dependência de drogas ou álcool	47	43,1%
Sistema prisional (Casa de detenção/cadeia/penitenciária)	47	43,1%
Instituição Psiquiátrica (hospital/clínica)	11	10,1%
Fundação Casa	9	8,3%
SAICA/Abrigo/Casa Lar – para crianças e adolescentes	5	4,6%
Instituições de Longa Permanência de Idosos (Asilo, Lar de idosos)	1	0,9%
Respondentes	109	*

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo respondente pode ter passado por mais de uma instituição.

4.4. VÍNCULOS FAMILIARES

Como mencionado acima e de acordo com outros estudos que abordam reflexões sobre as pessoas em situação de rua, um dos motivos que levam as pessoas para essa situação é o rompimento dos vínculos familiares (SIQUEIRA, 2019). Esse foi o motivo mais recorrente nesta pesquisa e pode ser considerado um problema social – estrutural quando analisamos dados socioeconômicos que revelam tamanha desigualdade entre os sujeitos. Com isso, no Brasil, as famílias passam a conviver por longos períodos no mesmo quintal, na mesma casa ou até mesmo em um cômodo, sendo a ausência mínima de conforto e privacidade motivo iminente para os conflitos familiares.

Ao perguntarmos para os entrevistados sobre seus vínculos familiares, no geral, 69,7% responderam viver sozinhos. Destaque para o grupo que está em acolhimento, contabilizando 79,3% dos casos. Nos dois casos, na rua ou em acolhimento, em segundo lugar, os entrevistados disseram conviver com seus companheiros ou companheiras: 15% no caso de pessoas na rua e 13,8% nos casos de pessoas em acolhimento. No caso das pessoas “na rua”, 15% também indicaram conviver com amigos.

Tabela 36: Com quem vive atualmente?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Sozinho	53	66,3%	23	79,3%	76	69,7%
Marido/mulher/companheiro(a)	12	15,0%	4	13,8%	16	14,7%
Amigos	12	15,0%	-	-	12	11,0%
Outras pessoas	1	1,3%	2	6,9%	3	2,8%
Pai/padrasto	1	1,3%	-	-	1	0,9%
Outros membros da família	1	1,3%	-	-	1	0,9%
Respondentes	80	100,0%	29	100,0%	109	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Sobre a vida pregressa dos entrevistados, ao responderem sobre com quem moravam antes da situação de rua, a maioria das pessoas em acolhimento eram sozinhas, 31%, e no caso das pessoas “na rua”, 45% já estavam acompanhadas por seus companheiros ou companheiras.

Tabela 37: Com quem morava antes de ir para a rua/instituição de acolhimento?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Marido/mulher/companheiro(a)	36	45,0%	7	24,1%	43	39,4%
Sozinho	15	18,8%	9	31,0%	24	22,0%
Mãe/madrasta	15	18,8%	6	20,7%	21	19,3%
Outros membros da família	11	13,8%	6	20,7%	17	15,6%
Filho(s)	14	17,5%	2	6,9%	16	14,7%
Pai/padrasto	10	12,5%	5	17,2%	15	13,8%
Amigos	2	2,5%	1	3,4%	3	2,8%
Respondentes	80	*	29	*	109	*

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar mais de uma pessoa.

Como os dados revelaram anteriormente, algumas pessoas em situação de rua em Jundiaí vieram para a cidade por conta de familiares residentes no município e, no geral, os dados indicam que 39,4% dos entrevistados têm familiares nas cidades, sendo pequena a diferença entre os grupos. Sobre quem são os parentes, a maioria dos entrevistados mencionaram a mãe ou madrasta, 27,9%, o pai ou padrasto, 25,6%, ou filhos, 23,3%.

Tabela 38: Tem familiares em Jundiaí?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Sim	31	38,8%	12	41,4%	43	39,4%
Não	49	61,3%	17	58,6%	66	60,6%
Respondentes	80	100,0%	29	100,0%	109	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Tabela 39: Se sim, quem?

Resposta	Quant.	(%)
Mãe/madrasta	12	27,9%
Pai/padrasto	11	25,6%
Filho(s)	10	23,3%
Companheiro(a)	9	20,9%
Irmão(a)	8	18,6%
Primo(a)	3	7,0%
Tio(a)	2	4,7%
Sobrinho(a)	1	2,3%
Respondentes	43	*

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar mais de uma pessoa.

Dados relacionados a frequência com que o público mantém contato com seus familiares indicam que o contato se dá, nos dois casos, todo mês.

Tabela 40: Mantém contato com os familiares?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Sim, toda semana	13	16,3%	7	24,1%	20	18,3%
Sim, todo mês	9	11,3%	3	10,3%	12	11,0%
Sim, ao menos uma vez por ano	13	16,3%	5	17,2%	18	16,5%
Quase nunca	19	23,8%	6	20,7%	25	22,9%
Não mantém contato	26	32,5%	8	27,6%	34	31,2%
Respondentes	80	100,0%	29	100,0%	109	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Ainda sobre os vínculos familiares, a maioria das pessoas “na rua” disseram ter filhos, 70%, e no caso de pessoas em acolhimento há uma inversão, sendo que 62,1% dos entrevistados não têm filhos. No caso das pessoas com filhos, 86,5% dos entrevistados têm até três filhos. Todos responderam que os filhos estão com família que não está em situação de rua

Tabela 41: Você tem filhos?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Sim	56	70,0%	11	37,9%	67	61,5%
Não	24	30,0%	18	62,1%	42	38,5%
Respondentes	80	100,0%	29	100,0%	109	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Tabela 42: Se sim, quantos filhos?

Resposta	Quant.	(%)
1 filho	22	32,8%
2 filhos	23	34,3%
3 filhos	13	19,4%
Mais de 3 filhos	9	13,4%
Respondentes	67	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

4.5. NECESSIDADES BÁSICAS

Para atender as necessidades básicas, as pessoas em situação de rua utilizam-se de inúmeras estratégias contando com a rede socioassistencial e até mesmo com a população. As necessidades básicas são entendidas como: a higiene e espaço adequado para a realização de necessidades fisiológicas, alimentação, vestuário e abrigo (COSTA, 2005). No censo, perguntamos questões relacionadas as pessoas em situação de rua em Jundiá para melhorias nos serviços de modo a atender esses quesitos.

Sobre alimentação, a maioria dos entrevistados declararam ter se alimentado no dia da enquete. Sobre terem ficado algum dia sem alimentação na última semana, nos dois casos, a maioria dos entrevistados disseram que não: 58,7% no geral. Destaque para os respondentes em abrigo, 93,1%, seguido das pessoas “na rua”, 77,5%. Sobre o local em que se alimentaram, 23,6% comeram no Bom Prato, em segundo lugar as pessoas informaram ter se alimentado por meio de doação de algum comércio (restaurante/bar/lanchonete), seguido de doação de transeuntes ou coletivos que fornecem alimentação para esse público, representando 16,9% cada um dos casos.

Tabela 43: Você se alimentou hoje?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Sim	62	77,5%	27	93,1%	89	81,7%
Não	18	22,5%	2	6,9%	20	18,3%
Respondentes	80	100,0%	29	100,0%	109	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2023

Tabela 44: Na última semana, ficou algum dia inteiro sem comer?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Sim	34	42,5%	11	37,9%	45	41,3%
Não	46	57,5%	18	62,1%	64	58,7%
Respondentes	80	100,0%	29	100,0%	109	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2023

Tabela 45: Se sim, onde se alimentou?

Resposta	Quant.	(%)
Restaurante popular (Bom Prato)	21	23,6%
Ganhou a comida de restaurante/lanchonete/bar	16	18,0%
Ganhou de pessoas na rua	15	16,9%
Recebeu de grupos que distribuem comida na rua	15	16,9%
Casa de passagem	8	9,0%
Abrigo	7	7,9%
Fez a própria comida	6	6,7%
Comprou em restaurante/lanchonete/bar	5	5,6%
Serviços da prefeitura (Centro POP)	4	4,5%
CAPS/CAPS AD	3	3,4%
No trabalho	3	3,4%
Coletou/Catou	2	2,2%
Ganhou em feiras/mercados	2	2,2%
Respondentes	89	*

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar mais de uma resposta.

Quando os entrevistados responderam sobre os locais que costumam receber alimentos, doação de transeuntes aparece em primeiro lugar, 41,3%, quando o respondente pertence ao grupo “na rua”, seguido de doações de coletivos, 38,8% e de estabelecimentos, 37,5%. No caso do grupo dos acolhidos, na maioria das vezes, as pessoas se alimentam em equipamentos da Prefeitura, como o Bom Prato, 31% dos casos, ou no Centro Pop, representando 31% dos casos. A compra de alimentos também apresentou percentual relevante nos dois casos, sendo realizada por 24,1% das pessoas em acolhimento e por 17,5% das pessoas “na rua”.

Tabela 46: Onde você costuma conseguir os alimentos que consome?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Ganha de pessoas na rua	33	41,3%	7	24,1%	40	36,7%
Ganha em restaurante/lanchonete/bar	30	37,5%	5	17,2%	35	32,1%
Recebe de grupos que distribuem na rua	31	38,8%	3	10,3%	34	31,2%
Restaurante popular (Bom Prato)	24	30,0%	9	31,0%	33	30,3%
Compra em restaurante/lanchonete/bar	14	17,5%	7	24,1%	21	19,3%
Serviços da prefeitura (Centro POP)	9	11,3%	9	31,0%	18	16,5%
Ganha em feiras/mercados	9	11,3%	4	13,8%	13	11,9%
Coleta/Cata	7	8,8%	2	6,9%	9	8,3%
No acolhimento	-	-	4	13,8%	4	3,7%
Come no trabalho	1	1,3%	1	3,4%	2	1,8%
Pede em casas	2	2,5%	-	-	2	1,8%
Compra com amigos	1	1,3%	-	-	1	0,9%
Casa de Passagem	-	-	1	3,4%	1	0,9%
Respondentes	80	*	29	*	109	*

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar mais de uma resposta.

Sobre o consumo de água, no geral, 60,6% dos entrevistados disseram ter acesso em lojas ou posto de gasolina, 28,4% do total geral informou que tem acesso por meio de igrejas, seguido de 24,8% dos entrevistados que disseram ter acesso à água no serviço de acolhimento.

Tabela 47: Onde costuma conseguir água?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Lojas/Posto de gasolina	52	65,0%	14	48,3%	66	60,6%
Igreja	23	28,8%	8	27,6%	31	28,4%
Instituições de Acolhimento	11	13,8%	16	55,2%	27	24,8%
Estação de trem/ônibus	18	22,5%	2	6,9%	20	18,3%
Residência de desconhecidos	12	15,0%	4	13,8%	16	14,7%
Bica/Mina d'água	11	13,8%	2	6,9%	13	11,9%
Casa de amigos	4	5,0%	1	3,4%	5	4,6%
Centro Pop	2	2,5%	1	3,4%	3	2,8%
Hospital	1	1,3%	1	3,4%	2	1,8%
Torneiras da praça	2	2,5%	-	-	2	1,8%
Trabalho	-	-	1	3,4%	1	0,9%
Pensão	1	1,3%	-	-	1	0,9%
Velório	1	1,3%	-	-	1	0,9%
Respondentes	80	*	29	*	109	*

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar mais de uma resposta.

Referente as necessidades básicas de higiene e fisiológicas, a maioria dos entrevistados, nos dois grupos, mencionaram banhar-se em instituições de acolhimento, sendo 79,3% dos acolhidos e 46,3% dos entrevistados na rua. A segunda opção para as pessoas entrevistadas nas ruas é banhar-se com a água da chuva, seguido de torneiras públicas/ fontes ou algo que o valha, 15% dos casos. No caso dos acolhidos, além de tomarem banho nos abrigos, eles também recorrem às igrejas, 10,3%, banheiros públicos, 10,3% ou torneiras/ fontes, 10,3%.

Tabela 48: Onde você costuma tomar banho?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Instituições de acolhimento	37	46,3%	23	79,3%	60	55,0%
Na rua (chuva)	13	16,3%	2	6,9%	15	13,8%
Torneiras públicas/chafariz/bicas/fontes	12	15,0%	3	10,3%	15	13,8%
Casa de amigos ou conhecidos	8	10,0%	2	6,9%	10	9,2%
Banheiro público / Tendas	6	7,5%	3	10,3%	9	8,3%
Estabelecimentos comerciais	7	8,8%	1	3,4%	8	7,3%
Centro POP	5	6,3%	2	6,9%	7	6,4%
Igreja/Organização social	3	3,8%	3	10,3%	6	5,5%
Parque público	2	2,5%	1	3,4%	3	2,8%
Casa da família	2	2,5%	-	-	2	1,8%
Hotel/pensão	1	1,3%	1	3,4%	2	1,8%
Não tomo banho	2	2,5%	-	-	2	1,8%
Rios e córregos	1	1,3%	1	3,4%	2	1,8%
Estação de metrô	1	1,3%	-	-	1	0,9%
Trabalho	1	1,3%	-	-	1	0,9%
Respondentes	80	*	29	*	109	*

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023
Nota (*): O mesmo respondente poderia citar mais de uma resposta.

Sobre as necessidades fisiológicas, os entrevistados mencionaram que, no geral, buscam estabelecimentos comerciais, 45% dos casos, seguido de instituições de acolhimento, 33,9%. No caso dos acolhidos, a maioria recorre aos abrigos, 75,9%, e no caso dos que estão na rua é relevante a porcentagem de pessoas que realizam suas necessidades nas ruas, 21,3%.

Tabela 49: Onde você costuma fazer suas necessidades?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Estabelecimentos comerciais	39	48,8%	10	34,5%	49	45,0%
Instituições de acolhimento	15	18,8%	22	75,9%	37	33,9%
Banheiro público/ Tendas	14	17,5%	9	31,0%	23	21,1%
Igreja / Organização social	15	18,8%	8	27,6%	23	21,1%
Na rua (calçada, praça)	17	21,3%	-	-	17	15,6%
Saco de lixo	12	15,0%	2	6,9%	14	12,8%
Casa de amigos ou conhecidos	6	7,5%	-	-	6	5,5%
Estação de metrô	3	3,8%	3	10,3%	6	5,5%
Balde	3	3,8%	1	3,4%	4	3,7%
Velório	3	3,8%	-	-	3	2,8%
Casa da família	2	2,5%	-	-	2	1,8%
Hospital	1	1,3%	1	3,4%	2	1,8%
Hotel / pensão	2	2,5%	-	-	2	1,8%
Rodoviária	2	2,5%	-	-	2	1,8%
Mato	1	1,3%	-	-	1	0,9%
No trabalho	-	-	1	3,4%	1	0,9%
Respondentes	80	*	29	*	109	*

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar mais de uma resposta.

As vestimentas são importantes e, muitas vezes, servem de estigma para a identificação de pessoas em situação de rua. Em nosso imaginário, as pessoas em situação de rua são as que, desprovidas de um poder aquisitivo, estão sempre com roupas sujas ou rasgadas. Tal fato afeta a autoestima dos sujeitos, mesmo os que optam por estar nessa situação, podendo perpetuar o ciclo vicioso de estar na rua. Ao perguntarmos sobre onde os entrevistados conseguem suas roupas, nos dois casos, as pessoas mencionaram que recebem doações de outras pessoas: 73,8% no caso das pessoas na rua e 44,8% no caso dos acolhidos. As pessoas entrevistadas na rua disseram ainda que também têm acesso às roupas via Centro Pop, 21,3%, e 12,5% mencionaram comprar suas roupas. No caso dos acolhidos, 44,8% dos entrevistados afirmaram comprar suas roupas, seguido das pessoas que conseguem via instituições de acolhimento.

Tabela 50: Onde você consegue roupa para vestir?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Me dão na rua (Doação de pessoas)	59	73,8%	13	44,8%	72	66,1%
Eu compro	10	12,5%	13	44,8%	23	21,1%
Centro POP	17	21,3%	4	13,8%	21	19,3%
Instituições de acolhimento	5	6,3%	7	24,1%	12	11,0%
Igreja/Organização social	7	8,8%	3	10,3%	10	9,2%
Outros serviços da Prefeitura	3	3,8%	6	20,7%	9	8,3%
Casa de amigos ou conhecidos	5	6,3%	1	3,4%	6	5,5%
Casa da família	1	1,3%	2	6,9%	3	2,8%
Estabelecimentos comerciais	3	3,8%	-	-	3	2,8%
Acha na rua	1	1,3%	1	3,4%	2	1,8%
Só tem as do corpo	2	2,5%	-	-	2	1,8%
Respondentes	80	*	29	*	109	*

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar mais de uma resposta.

4.6. TRABALHO E RENDA

As mudanças na estruturação do trabalho, iniciadas mais profundamente na década de 1970 e intensificadas após a crise de 2008, levaram muitos países a desenvolverem e executarem planos de austeridade, afetando diretamente as relações de trabalho e, conseqüentemente impactam na saúde e segurança dos trabalhadores (PRAUN; ANTUNES, 2020). No Brasil, somado a desregulação global do trabalho, um marco recente passou a reger as relações de trabalho, desde 2017, propondo o desmonte dos direitos trabalhistas: Projeto de Lei da Câmara (PLC) 38/2017. O conteúdo do PLC determinou propostas que podem ser classificadas “em quatro grandes temas: condições de trabalho, organização sindical, negociações coletivas e justiça do trabalho” (DIEESE, 2017). Sobre as negociações coletivas, vê-se uma variedade de modalidades contratuais que, além de fragmentar os coletivos de trabalhadores, dificultando ações sindicais e o cumprimento dos direitos laborais, torna as diretrizes da Consolidação das Leis do trabalho (CLT) obsoletas, com isso as condições de trabalho tendem a se aprofundar em um movimento de precarização afetando a saúde e a segurança dos trabalhadores (VILELA, et al, 2020; DIEESE, 2017). Autores que se dedicam ao tema afirmam que não há indícios futuros de

uma retomada das relações protegidas e o emergente movimento que seguimos é o de uma reestruturação destrutiva (FLORES, 2021).

Estudos indicam que o desemprego pode afetar a saúde, especialmente a mental por se tratar de uma atividade central para os sujeitos, que conseguem através do trabalho uma renda mínima para a sua sobrevivência (SELIGMANN-SILVA, 2011). De acordo com os resultados da pesquisa amostral, no geral, 86,2% dos entrevistados trabalhavam antes de encontrar-se em situação de rua. Em relação os grupos, a diferença entre os entrevistados na rua e os entrevistados em abrigos foi de 0,01%.

Tabela 51: Você exercia alguma atividade de trabalho antes de estar em situação de rua?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Sim	69	86,3%	25	86,2%	94	86,2%
Não	11	13,7%	4	13,8%	15	13,8%
Respondentes	80	100,0%	29	100,0%	109	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Dos entrevistados que disseram trabalhar antes de estarem em situação de rua, 69,5% possuíam sua atividade de trabalho regida pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), indicando um índice relevante de trabalhadores informais. Quando observamos as atividades em que os entrevistados atuavam, os dados indicam que a maioria do público atuava no setor da construção civil, sendo 24,5%, seguido do comércio, 20,2% dos entrevistados e serviço de limpeza foi mencionado em 20,2% das entrevistas.

Tabela 52: Possuía registro em carteira?

Resposta	Quant.	(%)
Sim	66	69,5%
Não	28	29,5%
Respondentes	94	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Tabela 53: Qual era a atividade de trabalho?

Resposta	Quant.	(%)
Atividades da construção civil/pedreiro/pintor	23	24,5%
Comércio formal	19	20,2%
Serviço de limpeza/cozinha/faxina	19	20,2%
Ajudante geral	17	18,1%
Atividades da indústria	15	16,0%
Serviços de transporte	5	5,3%
Flanelinha/limpador de vidros/guarda carro	4	4,3%
Serviço de zeladoria/porteiro/vigia	4	4,3%
Comércio ambulante	3	3,2%
Serviços administrativos	3	3,2%
Artesanato	2	2,1%
Carga e descarga/chapa	2	2,1%
Professor	2	2,1%
Catador de materiais recicláveis	1	1,1%
Entregador por aplicativos	1	1,1%
Funcionário público	1	1,1%
Prostituição/Programa	1	1,1%
Trabalho rural	1	1,1%
Vigilante	1	1,1%
Respondentes	94	*

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar mais de uma atividade de trabalho.

Ao serem questionados sobre qual ocupação profissional atuam no momento, 48,8% dos entrevistados “na rua” disseram que estão sem trabalho e no caso dos acolhidos, 34,5% disseram estar nessa situação. Em segundo lugar, no caso dos entrevistados encontrados na rua, o público mencionou que está vivendo de “bicos”, no caso dos acolhidos, 27,6% estão trabalhando por conta própria e, em terceiro lugar, os entrevistados em acolhimento disseram que fazem “bico”, 24,1% e os entrevistados na rua disseram trabalhar por conta própria, 17,5%.

Tabela 54: Qual sua ocupação atualmente?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não está trabalhando	39	48,8%	10	34,5%	49	45,0%
Fazendo bicos	22	27,5%	7	24,1%	29	26,6%
Trabalhando por conta própria	14	17,5%	8	27,6%	22	20,2%
Empregado, com registro em carteira	3	3,8%	3	10,3%	6	5,5%
Empregado, sem registro em carteira	2	2,5%	1	3,4%	3	2,8%
Respondentes	80	100,0%	29	100,0%	109	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Para melhor entendimento sobre como o público tem conseguido uma renda neste contexto, foi perguntado o que os entrevistados têm feito para tal. No caso das pessoas entrevistadas na rua, a maioria disse mendigar, pedir dinheiro para outras pessoas, seguido da atividade de catador (a) de materiais recicláveis e em terceiro lugar, os entrevistados do grupo “na rua” disseram que atuam no comércio ambulante. Nos casos do grupo “em acolhimento”, os entrevistados disseram que atuam no comércio ambulante, 20,7%, seguido dos (as) catadores (as) de materiais recicláveis, 17,2%, e em terceiro lugar encontram-se: trabalhadores da construção civil, flanelinhas e pessoas que não souberam informar sua atividade com 10,3% das respostas em cada uma das situações.

Tabela 55: O que faz para ganhar dinheiro?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Pede/Mendicância	40	50,0%	2	6,9%	42	38,5%
Catador de materiais recicláveis	18	22,5%	5	17,2%	23	21,1%
Comércio ambulante	14	17,5%	6	20,7%	20	18,3%
Construção civil/pedreiro/pintor	11	13,8%	3	10,3%	14	12,8%
Ajudante geral	7	8,8%	2	6,9%	9	8,3%
Serviço de limpeza/faxina/cozinha	7	8,8%	1	3,4%	8	7,3%
Lava/guarda carro/flanelinha	4	5,0%	3	10,3%	7	6,4%
Não soube/não quis responder	2	2,5%	3	10,3%	5	4,6%
Carga e descarga/Chapa	3	3,8%	1	3,4%	4	3,7%
Venda de drogas/Tráfico	3	3,8%	1	3,4%	4	3,7%
Atividades artísticas na rua	1	1,3%	2	6,9%	3	2,8%
Prostituição/Programa	2	2,5%	1	3,4%	3	2,8%
Recebe ajuda de familiares e/ou amigos	2	2,5%	1	3,4%	3	2,8%
Autônomo	1	1,3%	1	3,4%	2	1,8%
Entregador de panfleto	-	-	2	6,9%	2	1,8%
Aposentadoria	-	-	1	3,4%	1	0,9%
Artesanato	-	-	1	3,4%	1	0,9%
Recebe benefícios do governo	1	1,3%	-	-	1	0,9%
Roubo/Assalto/Furto	1	1,3%	-	-	1	0,9%
Entregas por aplicativos	-	-	1	3,4%	1	0,9%
Respondentes	80	*	29	*	109	*

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar mais de uma resposta.

Em relação à renda das pessoas em situação de rua, na maioria dos casos, os entrevistados recebem uma renda entre R\$ 651,01 a R\$ 1.302,00, sendo que no caso dos acolhidos, 41,4% dos entrevistados recebem essa faixa de valor, e no caso dos entrevistados na rua, o percentual cai para 30% do público. Vê-se que muitas pessoas que atuam no mercado de trabalho informal buscam instituições de acolhimento por não terem como arcar com aluguéis, já que a renda média dessas atividades é muito

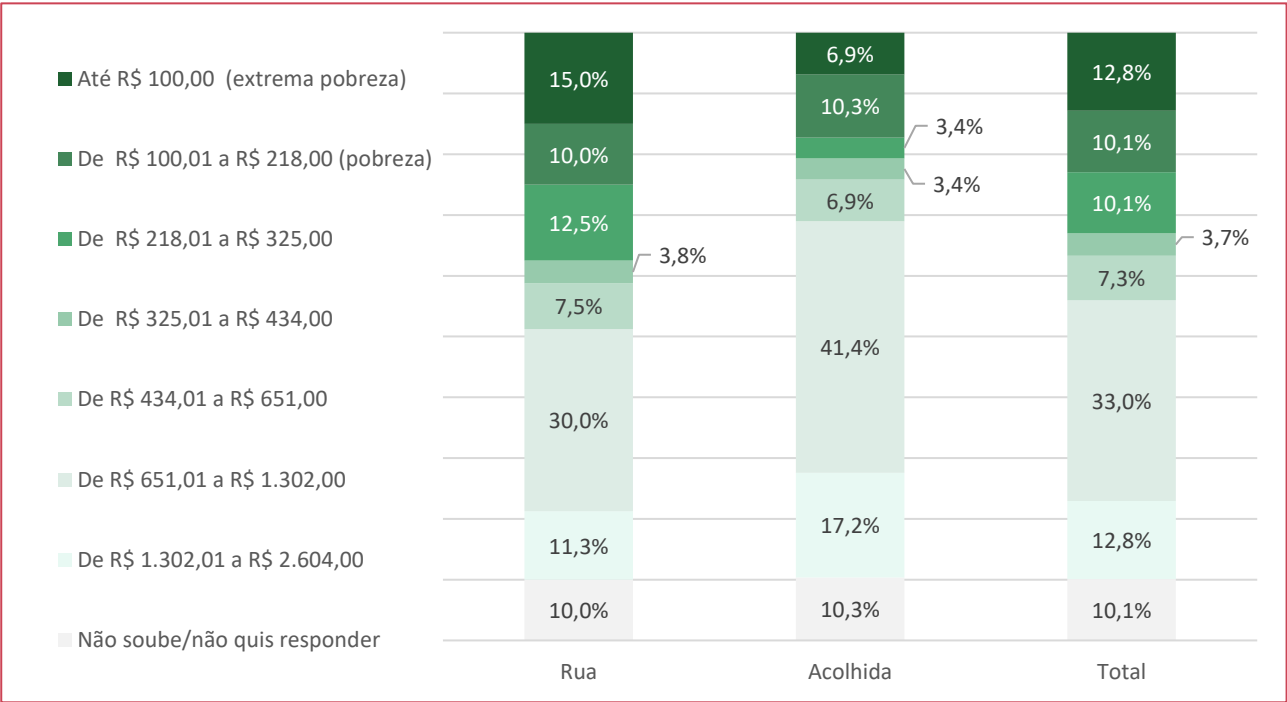
inferior ao salário-mínimo necessário, R\$ 6.547, 58, que atenda ao custo de vida de famílias brasileiras (DIEESE, 2023).

Tabela 56: Quanto você ganha por mês?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Até R\$ 100,00 (extrema pobreza)	12	15,0%	2	6,9%	14	12,8%
De R\$ 100,01 a R\$ 218,00 (pobreza)	8	10,0%	3	10,3%	11	10,1%
De R\$ 218,01 a R\$ 325,00	10	12,5%	1	3,4%	11	10,1%
De R\$ 325,01 a R\$ 434,00	3	3,8%	1	3,4%	4	3,7%
De R\$ 434,01 a R\$ 651,00	6	7,5%	2	6,9%	8	7,3%
De R\$ 651,01 a R\$ 1.302,00	24	30,0%	12	41,4%	36	33,0%
De R\$ 1.302,01 a R\$ 2.604,00	9	11,3%	5	17,2%	14	12,8%
Não soube/não quis responder	8	10,0%	3	10,3%	11	10,1%
Respondentes	80	100,0%	29	100,0%	109	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Gráfico 6: Quanto você ganha por mês?



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Referente aos gastos realizados nos últimos 15 dias, os entrevistados mencionaram, no geral, que gastam dinheiro com alimentação (67,9%), bebida alcoólica (57,8%) e droga (51,4%). Vê-se que os entrevistados, independente do grupo, costumam gastar mais dinheiro com bebidas alcoólicas e drogas do que com roupas ou produtos de higiene, por exemplo. Isso pode ter a ver com a dependência química

que atravessa os hábitos dessa população e, muitas vezes, torna-se a saída para suportar tamanha situação de desigualdade social e preconceito.

Tabela 57: Com o que gastou dinheiro nos últimos quinze dias?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Comida	55	68,8%	19	65,5%	74	67,9%
Bebida alcoólica	53	66,3%	10	34,5%	63	57,8%
Droga	46	57,5%	10	34,5%	56	51,4%
Refrigerante/água/suco	24	30,0%	11	37,9%	35	32,1%
Produtos para higiene	25	31,3%	9	31,0%	34	31,2%
Remédios	10	12,5%	7	24,1%	17	15,6%
Transporte (ônibus/trem)	7	8,8%	6	20,7%	13	11,9%
Cigarro	1	1,3%	1	3,4%	2	1,8%
Roupas	-	-	2	6,9%	2	1,8%
Respondentes	80	*	29	*	109	*

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*) O mesmo respondente poderia citar mais de uma resposta.

Sobre os benefícios sociais recebidos, a maioria dos trabalhadores entrevistados na rua disseram não receber nenhum auxílio (60%), diferente dos entrevistados em acolhimento que, em sua maioria, disseram ter acesso à benefícios (55,2%). O Bolsa Família, o auxílio emergencial e a aposentadoria ou pensão foram os benefícios mais citados, contabilizando 50%, 29,2% e 6,3%, respectivamente. Informar os entrevistados que pernoitam na rua sobre o recebimento dos benefícios pode ser uma estratégia interessante para o acesso à uma renda.

Tabela 58: Você recebe algum benefício governamental?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Sim	32	40,0%	16	55,2%	48	44,0%
Não	48	60,0%	13	44,8%	61	56,0%
Respondentes	80	100,0%	29	100,0%	109	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Tabela 59: Se sim, qual benefício?

Resposta	Quant.	(%)
Bolsa Família	24	50,0%
Auxílio emergencial	14	29,2%
Aposentadoria/Pensão	3	6,3%
BPC (Benefício de Prestação Continuada) / LOAS	3	6,3%
Auxílio-doença (está na caixa)	2	4,2%
Seguro-desemprego	2	4,2%
Respondentes	48	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023.

4.7. SAÚDE

Esta seção discute temas relacionados à saúde das pessoas em situação de rua: problemas de saúde, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, uso de substâncias psicoativas e dignidade menstrual.

4.7.1. Problemas de Saúde

Do total da amostra, 70,6% das pessoas revelaram ter problemas de saúde, contra 29,4% que disseram não ter. As pessoas que estão na rua apresentaram maior percentual de problemas, 72,5%, contra 65,5% entre os acolhidos.

Tabela 60: Você tem algum problema de saúde?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Sim	58	72,5%	19	65,5%	77	70,6%
Não	22	27,5%	10	34,5%	32	29,4%
Respondentes	80	100,0%	29	100,0%	109	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Os problemas de saúde relatados com maior frequência foram a dependência de álcool, 41,6%, sendo que a entre os que estão na rua este tipo de dependência é mais recorrente (50% dos casos relatados) em comparação aos acolhidos (15,8%). A dependência de outras drogas foi reportada em 37,7% dos casos e observada nos dois segmentos, sendo o percentual um pouco maior entre o segmento na rua (39,7%) do que no segmento dos acolhidos (31,6%). Há outras doenças como depressão que foram reportadas em 18,2% dos casos, apresentando-se em maior proporção entre o segmento de pessoas acolhidas (42,1%) e em menor proporção no segmento na rua (10,3%). As doenças respiratórias também foram reportadas em 16,9% dos casos de problemas de saúde, enquanto o HIV representa 13,0%.

Tabela 61: Quais problemas de saúde?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Dependência de álcool	29	50,0%	3	15,8%	32	41,6%
Dependência de outras drogas	23	39,7%	6	31,6%	29	37,7%
Depressão	6	10,3%	8	42,1%	14	18,2%
Doenças respiratórias	7	12,1%	6	31,6%	13	16,9%
HIV (AIDS)	8	13,8%	2	10,5%	10	13,0%
Dores crônicas	5	8,6%	2	10,5%	7	9,1%
Consequências de acidentes	5	8,6%	1	5,3%	6	7,8%
Doenças do aparelho digestivo	4	6,9%	2	10,5%	6	7,8%
Hipertensão arterial (pressão alta)	4	6,9%	2	10,5%	6	7,8%
Hepatite (doença do fígado)	2	3,4%	3	15,8%	5	6,5%
Diabetes	2	3,4%	2	10,5%	4	5,2%
Infecções Sexualmente Transmissíveis	2	3,4%	-	-	2	2,6%
Tuberculose	2	3,4%	-	-	2	2,6%
Problemas de saúde bucal	-	-	2	10,5%	2	2,6%
Alergias	-	-	1	5,3%	1	1,3%
AVC	-	-	1	5,3%	1	1,3%
Catarata	-	-	1	5,3%	1	1,3%
Doença cardíaca (sofre do coração)	1	1,7%	-	-	1	1,3%
Doença mental	1	1,7%	-	-	1	1,3%
Doença renal	1	1,7%	-	-	1	1,3%
Doenças de pele	1	1,7%	-	-	1	1,3%
Hérnia	1	1,7%	-	-	1	1,3%
Respondentes	58	*	19	*	109	*

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar mais de um problema de saúde.

Perguntados sobre os equipamentos acionados para resolver os problemas de saúde, nota-se que o Pronto Socorro/hospital, em primeiro lugar, e as UBS, em segundo, são os mais demandados por 52,3% e 50,5% das pessoas entrevistadas, respectivamente. O Consultório na Rua também é citado como um serviço importante para 21,1% dos respondentes, mas com percentual de acesso muito abaixo do Pronto Socorro/hospital. Também chama a atenção que apenas 14,7% dos respondentes tenham tido acesso ao CAPS Álcool e Drogas III, uma vez que se trata de um serviço especializado para o atendimento dos dois principais problemas de saúde identificados entre a população em situação de rua.

Em relação ao hospital, é importante mencionar que, em trabalho de campo, a equipe teve conhecimento de dificuldades no momento da desinternação das pessoas em situação de rua, de modo que no Abrigo não é possível acolher pessoas que necessitam de cuidados especializados (banho no leito, troca de fralda, sonda, curativos etc.). Do ponto de

vista da regulamentação, a OSC que faz a gestão do Abrigo não pode executar esse tipo de cuidado especializado, inclusive sob a pena de responder por alguma imperícia. Neste sentido, seria importante o trabalho da Saúde, especificamente dos hospitais, na mediação com a família da pessoa em situação de rua hospitalizada, provendo, inclusive, a reaproximação da pessoa com a família de origem. Trata-se de um trabalho transversal entre as áreas da Saúde e da Assistência Social.

No que se refere ao Consultório na Rua, este é vinculado à Coordenação de Saúde Mental da Unidade de Gestão de Promoção da Saúde (UGPS). A equipe do serviço conta com enfermeiros, médicos (clínicos e psiquiatras), agente comunitário de saúde e psicólogo. A atuação do serviço é parte do protocolo intersetorial para o atendimento da população em situação de rua, sobretudo nas regiões Central e em territórios caracterizados por cena de uso de álcool e outras drogas (de acordo com informações coletadas no site da Prefeitura Municipal). Têm-se a informação que “A proposta do novo protocolo é permitir que os diversos atores da rede possam articular o acesso dos usuários aos serviços oferecidos pelos Sistemas Únicos de Saúde (SUS) e de Assistência Social (SUAS)”.² Entretanto, tudo indica que o serviço não tem sido acessado por um contingente importante da população que afirma ser dependente de álcool e outras drogas. Nesse sentido, parece importante a ampliação das equipes do Consultório na Rua.

De acordo com as informações disponibilizadas no site da Prefeitura de Jundiaí, também participam do protocolo intersetorial o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD III), o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) e o Centro Pop, além da Guarda Municipal de Jundiaí (GMJ).

Aprofundando a reflexão sobre o acesso ao CAPS II Adulto / CAPS AD III (álcool e droga), vê-se na tabela a seguir que o segmento dos acolhidos informou procurar mais esses equipamentos (24,1%), o que pode indicar o atendimento mais frequente às pessoas acolhidas com depressão (42,1% entre os acolhidos, conforme Tabela 61) no CAPS II Adulto – voltado ao atendimento de pessoas com transtornos mentais severos e persistentes. Ao mesmo tempo, nota-se que o segmento na rua procura menos tais equipamentos, sobretudo o CAPS AD III, ainda que 39,7% dos casos de problemas de saúde entre o segmento tenham relação com

² Disponível em: <https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2021/11/03/consultorio-na-rua-atua-em-protocolo-intersetorial-de-atendimento-a-populacao-de-rua-no-municipio/> Acesso em 02 abr. 2023.

dependência de outras drogas. Esses dados chamam a atenção para a importância de avaliações mais aprofundadas sobre a eficácia do atendimento do CAPS AD III entre as pessoas em situação de rua, sobretudo as que pernoitam em logradouros públicos.

Tabela 62: Quais equipamentos você procura para resolver seus problemas de saúde?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Pronto Socorro /Hospital	43	53,8%	14	48,3%	57	52,3%
Posto de Saúde/UBS	36	45,0%	19	65,5%	55	50,5%
Consultório na Rua	19	23,8%	4	13,8%	23	21,1%
CAPS-Adulto / CAPS-AD (álcool e droga)	9	11,3%	7	24,1%	16	14,7%
Não procura atendimento	12	15,0%	3	10,3%	15	13,8%
Farmácia	1	1,3%	2	6,9%	3	2,8%
Amigos	1	1,3%	-	-	1	0,9%
Centro POP	1	1,3%	-	-	1	0,9%
Respondentes	80	*	29	*	109	*

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023
 Nota (*): O mesmo respondente poderia citar mais de uma resposta.

4.7.2. Prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis

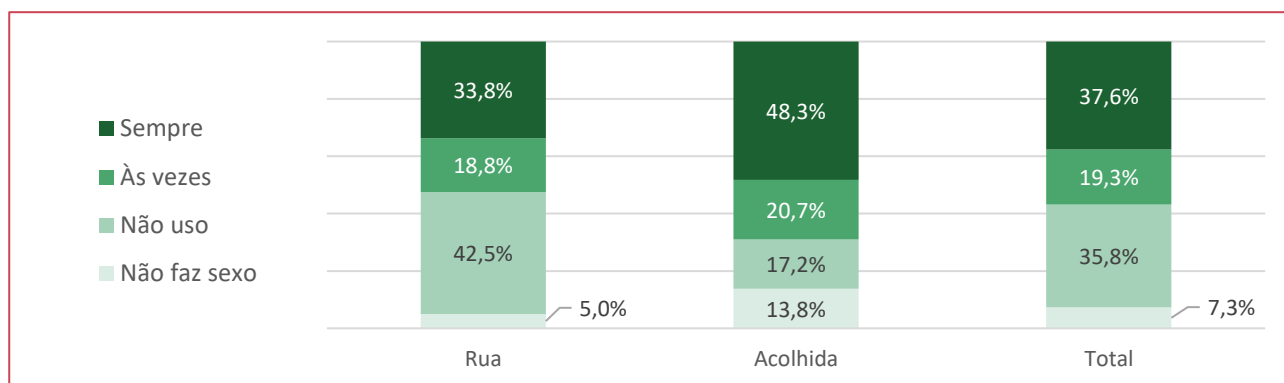
Quanto à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, 35,8% das pessoas em situação de rua não fazem uso de preservativo, 37,6% afirmaram sempre usar e 19,3% indicaram que usam às vezes. Trata-se, portanto, de uma importante questão a ser trabalhada por parte das instituições, serviços e equipamentos que atuam nas políticas de Saúde e Assistência Social que atendem as pessoas em situação de rua.

Tabela 63: Quando você faz sexo, usa preservativo/camisinha?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Sempre	27	33,8%	14	48,3%	41	37,6%
Às vezes	15	18,8%	6	20,7%	21	19,3%
Não uso	34	42,5%	5	17,2%	39	35,8%
Não faz sexo	4	5,0%	4	13,8%	8	7,3%
Respondentes	80	100,0%	29	100,0%	109	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Gráfico 7: Quando você faz sexo, usa preservativo/camisinha?



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

É importante mencionar que o principal motivo pelo qual as pessoas não usam preservativo é “não gostar” (79,5%) e não, necessariamente, a falta de acesso a preservativos, o que indica a relevância de trabalhos de sensibilização.

Tabela 64: Por que não usa preservativo?

Resposta	Quant.	(%)
Porque não gosto	31	79,5%
Porque minha (meu) parceira (o) não gosta	3	7,7%
Porque não tenho	3	7,7%
Não sei o porquê	2	5,1%
Respondentes	39	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

4.7.3. Uso de Substâncias Psicoativas

Em relação ao uso de substâncias psicoativas, o cigarro foi o mais reportado (73,4%), não tendo sido encontrada nenhuma evidência de que a situação de rua potencializada o tabagismo. Vê-se, na Tabela 65, que o cigarro era mais consumido. Inclusive, antes da situação de rua.

No caso do álcool, 68,8% das pessoas consumiam antes da situação de rua e o percentual se mantém atualmente. Entre o segmento na rua, há aumento do consumo, 73,8% das pessoas utilizavam antes de ir para a rua e 78,8% consomem atualmente (aumento de 5 pontos percentuais). Enquanto entre os entrevistados em acolhimento há diminuição do uso,

55,2% faziam uso de álcool antes da situação de rua e 41,4% das pessoas consomem atualmente (diminuição de quase 11 pontos percentuais).

Em relação ao consumo de cocaína, vê-se que o uso é anterior à situação de rua. Entre o segmento na rua, 51,3% faziam uso e 40,0% fazem uso atualmente. A diferença percentual menor para o uso atual desta substância também é verificada no caso do segmento acolhido, 55,2% faziam uso antes e 27,6% fazem uso atualmente.

Em relação ao crack, a tendência de uso antes da situação de rua e atualmente (durante a situação de rua) também se mantém. O uso do crack antes da trajetória de rua se mostrou uma realidade entre 42,2% dos indivíduos, enquanto o uso atual é de 40,4%. No caso do segmento na rua há um pequeno aumento percentual para o uso atual (46,3%) em comparação com o período anterior à trajetória na rua (45,0%). A diferença percentual não é relevante para que se possa afirmar que a situação de rua é indutora do uso de crack. Entre os acolhidos o uso antes alcançou maior percentual (34,5%) em comparação ao uso atual (24,1%).

A maconha também era uma substância mais utilizada antes do início da situação de rua entre os dois segmentos, sendo que a diferença percentual é maior entre os acolhidos. Antes da situação de rua, 56,9% fumavam maconha, contra 49,5% que fumam atualmente.

De modo geral, os dados indicam que o uso de substâncias psicoativas tem início antes da trajetória em situação de rua, e que apenas no caso do álcool entre as pessoas do segmento na rua há um aumento importante no uso. É possível que o uso dessas substâncias seja indutor da situação de rua, o que está em linha com dados apresentados anteriormente sobre os motivos do ingresso na situação de rua. Conforme indicamos, os conflitos familiares, seguido de dependência de drogas ilícitas e dependência ao álcool são os principais motivadores para a situação de rua. Também se nota que as pessoas em situação de rua acolhidas tendem a consumir menos substâncias psicoativas em relação às pessoas que pernoitam em locais públicos.

Tabela 65: Antes de morar na rua você usava alguma dessas substâncias? Você usa atualmente?

Substância	Na Rua				Em Acolhimento				Total			
	Antes		Atualmente		Antes		Atualmente		Antes		Atualmente	
	Sim	(%)	Sim	(%)	Sim	(%)	Sim	(%)	Sim	(%)	Sim	(%)
Cigarro	63	78,8%	60	75,0%	21	72,4%	20	69,0%	84	77,1%	80	73,4%
Álcool	59	73,8%	63	78,8%	16	55,2%	12	41,4%	75	68,8%	75	68,8%
Cocaína	41	51,3%	32	40,0%	16	55,2%	8	27,6%	57	52,3%	40	36,7%
Inalantes	21	26,3%	9	11,3%	6	20,7%	4	13,8%	27	24,8%	13	11,9%
Crack	36	45,0%	37	46,3%	10	34,5%	7	24,1%	46	42,2%	44	40,4%
Maconha	48	60,0%	43	53,8%	14	48,3%	11	37,9%	62	56,9%	54	49,5%
Respondentes	80	*	80	*	29	*	29	*	109	*	109	*

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar mais de uma substância.

Em relação à frequência de uso, o cigarro, o álcool e a maconha são as substâncias mais consumidas diariamente por 81,3%, 61,3% e 61,1% das pessoas, respectivamente.

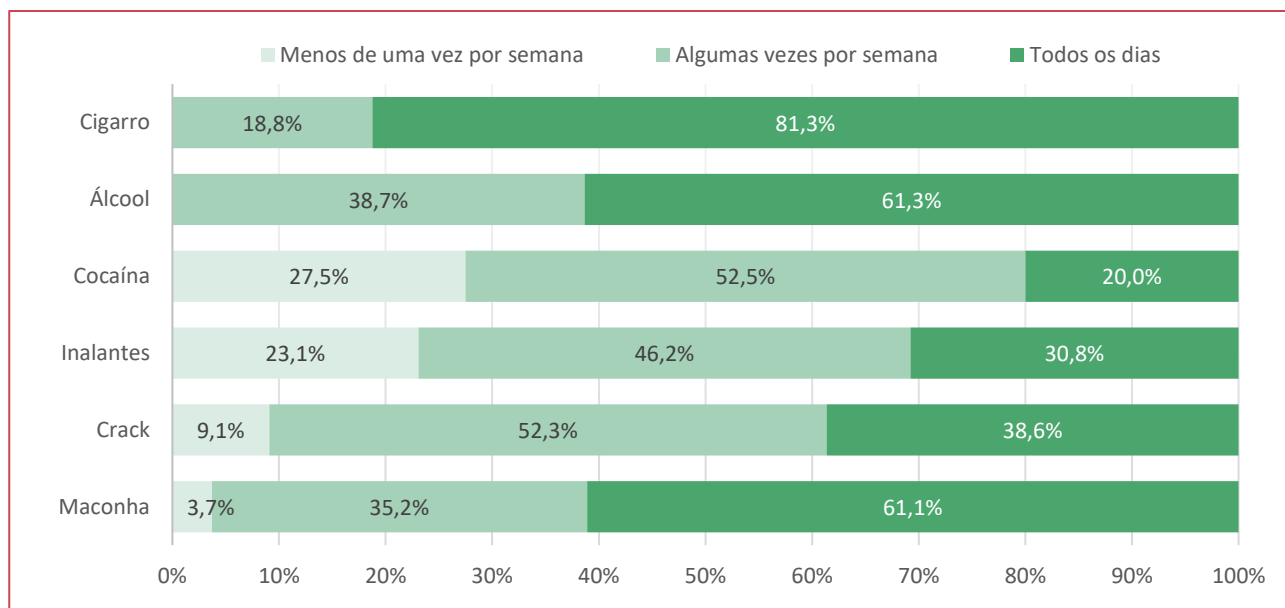
Entre os que consomem cocaína, 52,5%, a maioria, faz uso algumas vezes por semana e 27,5% utilizam menos de uma vez por semana. Inalantes e crack também são consumidos pela maioria algumas vezes por semana.

Tabela 66: Com que frequência você usa essas substâncias?

Substância	Menos de uma vez por semana		Algumas vezes por semana		Todos os dias		Total
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.
Cigarro	-	-	15	18,8%	65	81,3%	80
Álcool	-	-	29	38,7%	46	61,3%	75
Cocaína	11	27,5%	21	52,5%	8	20,0%	40
Inalantes	3	23,1%	6	46,2%	4	30,8%	13
Crack	4	9,1%	23	52,3%	17	38,6%	44
Maconha	2	3,7%	19	35,2%	33	61,1%	54

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Gráfico 8: Com que frequência você usa essas substâncias?



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

4.7.4. Dignidade Menstrual

A dignidade menstrual é assunto importante, pouco compreendido e negligenciado em nossa sociedade. Segundo CASSIMIRO et al. (2022), a pobreza menstrual não se refere apenas à escassez de recursos financeiros para a compra produtos de higiene, mas é reflexo da desigualdade social e de gênero. A ausência de infraestrutura adequada, acesso à sanitários dignos, sistemas de descarte e água e sabão são essenciais. Os autores indicam que são necessários projetos, programas e políticas públicas capazes de combater a precariedade menstrual e garantir dignidade menstrual às mulheres.

Entre as mulheres em situação de rua entrevistadas, 52,9% afirmaram que usam absorventes, mas que às vezes usam panos ou tecidos durante o período menstrual. Apenas 29,4% sempre usam absorventes e 17,6 não usam nada.

Tabela 67: No período menstrual você usa absorventes?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Sim, sempre uso absorvente	4	33,3%	1	20,0%	5	29,4%
Sim, mas às vezes uso panos/pedaços de tecido	7	58,3%	2	40,0%	9	52,9%
Não uso nada	1	8,3%	2	40,0%	3	17,6%
Respondentes	12	100,0%	5	100,0%	17	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

4.8. CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

4.8.1. Acesso à Documentação

A ausência de documentos constitui um empecilho importante para o acesso a diversos serviços providos por equipamentos públicos da rede de proteção social, além de impossibilitar o recebimento de benefícios socioassistenciais. A ausência de documentação tende, ainda, a dificultar o ingresso ao mercado de trabalho formal.

A maior parte das pessoas em acolhimento institucional possui documentos, 93,1%, e apenas duas afirmaram não possuir. Entre os que pernoitavam na rua, a proporção dos que possuem documentos é menor 77,5% e há parcela relevante de 22,5% de pessoas que não possuem qualquer tipo de documento.

É importante notar que o Centro POP é o equipamento público considerado a “porta de entrada” da pessoa em situação de rua nos serviços da política de Assistência Social, sendo o responsável pelo atendimento especializado a essa parcela da população. Entre os seus compromissos está a garantia do acesso à documentação civil, para além da garantia de necessidades básicas relacionadas à higiene, alimentação, atendimentos individuais e coletivos, oficinas e atividades de convívio e socialização, entre outras.

Tabela 68: Você possui algum documento?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Sim	(%)	Sim	(%)	Sim	(%)
Sim	62	77,5%	27	93,1%	89	81,7%
Não	18	22,5%	2	6,9%	20	18,3%
Respondentes	80	100,0%	29	100,0%	109	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Entre as pessoas que afirmaram possuir documentos, o RG (Registro Geral) e o CPF (Cadastro de Pessoa Física) são os documentos que a maior parte das pessoas na rua e em acolhimento possui. Considerando o total das pessoas na rua que possuem documentos, 92,1% possuem RG e 91,0% têm CPF. Entre os que estão acolhidos, as proporções dos que têm RG e CPF são idênticas, 92,6%. A proporção dos que têm Carteira de Habilitação, em que constam os números do RG e do CPF, além dos nomes dos genitores é bem menor: 22,2% para acolhidos e 19,4% para as pessoas na rua.

O Cartão SUS é um importante documento para o acesso à UBS (Unidades Básicas de Saúde), ao CAPS Adulto ou CAPS Álcool e Drogas. Chama a atenção que apenas 63% das pessoas em acolhimento que afirmaram ter documentos possuam esse cartão, e que apenas 64,5% das pessoas que têm documentos e estão na rua dispõem do Cartão SUS. Significa dizer que uma parcela importante das pessoas em situação de rua não dispõe de acesso à porta de entrada ao Sistema Único de Saúde, via UBS (Unidades Básicas de Saúde) e, portanto, não acessam por essa via ações de promoção, prevenção e tratamento relacionadas à saúde da mulher, saúde mental, prevenção a câncer e cuidado de doenças crônicas como diabetes e hipertensão. As UBS são ainda importantes para o encaminhamento a médicos especialistas e dentistas, o acesso às vacinas, a coleta de exames laboratoriais, além de recebimento de medicação básica e curativos.³ Não foi incomum, ao longo da pesquisa, encontrarmos pessoas com cortes e ferimentos em função, por exemplo, do manuseio de reciclagem.

Tabela 69: Se sim, quais documentos possui?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Sim	(%)	Sim	(%)	Sim	(%)
RG (Registro Geral)	57	91,9%	25	92,6%	82	92,1%
CPF (Cadastro de Pessoa Física)	56	90,3%	25	92,6%	81	91,0%
Cartão SUS	40	64,5%	17	63,0%	57	64,0%
Certidão de Nascimento	38	61,3%	14	51,9%	52	58,4%
Carteira de Trabalho	33	53,2%	17	63,0%	50	56,2%
Título de Eleitor	34	54,8%	15	55,6%	49	55,1%
Certificado de Reservista	33	53,2%	12	44,4%	45	50,6%
Carteira de Motorista	12	19,4%	6	22,2%	18	20,2%
Certidão de Casamento	6	9,7%	6	22,2%	12	13,5%
Certidão de Divórcio	5	8,1%	3	11,1%	8	9,0%
Passaporte	1	1,6%	2	7,4%	3	3,4%
Respondentes	62	*	27	*	89	*

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar mais de um documento.

A certidão de nascimento é um documento menos presente entre as pessoas em situação de rua do município de Jundiaí em comparação ao RG e CPF. Entre as pessoas na rua que têm documentos, 61,3% possuem este documento contra 51,9% das pessoas acolhidas.

³ Para as ações desenvolvidas pelas Unidades Básicas de Saúde, tomou-se como referências as notas do Ministério da Saúde na seção “O que tem na UBS”. Disponível em: <http://maismedicos.gov.br/o-que-tem-na-ubs> Acesso em: 22 de mar. 2023.

Quanto ao Título de Eleitor, um documento importante para a cidadania e o exercício do voto, apenas pouco mais da metade das pessoas acolhidas o possui, 55,6%. Entre os(as) que estão na rua e que possuem documentos, a proporção é de 54,8%.

A posse da Carteira de Trabalho indica que a pessoa em situação de rua esteve, em algum momento, inserida como força de trabalho no mercado formal, ou que estava empregada no momento da pesquisa. A proporção dos que tiveram tal experiência é maior entre os que estão acolhidos e têm documentos, 63%, e menor entre os que têm documentos e estão na rua, 53,2%.

Seria esperado que as pessoas em situação de acolhimento apresentassem maior proporção de experiência de trabalho, inclusive no momento da pesquisa, tendo em vista que organização dos serviços de acolhimento do município envolve, idealmente, mas não necessariamente, a progressão entre a Casa de Passagem, o Abrigo e a República. A Casa de Passagem é um equipamento que oferta o acolhimento imediato e emergencial de curto prazo, recebendo pessoas que estão à procura de emprego; o Abrigo recebe pessoas encaminhadas pelo Centro POP e atua no acolhimento de médio e longo prazo, visando garantir o acesso prioritário ao mercado de trabalho, entre outros acessos; enquanto a República recebe pessoas já ingressas no mercado de trabalho e é organizada em sistema de autogestão ou cogestão, por meio de despesas simbólicas divididas entre os moradores (atualmente, R\$ 200,00), visando à preparação para a condução de uma vida independente. Entretanto, conforme análise anterior (Tabela 54) sobre a ocupação dos(as) respondentes, apenas 3 pessoas em situação de acolhimento (10,3%) se autodeclaram “empregada, com carteira assinada”, enquanto a maior proporção dos respondentes do mesmo segmento (34,5%) indicou não estar trabalhando. Ressalta-se que a pesquisa amostral não entrevistou pessoas que vivem na República que, em tese, teriam maiores chances de estar empregadas e com Carteira Assinada.

4.8.2. Violação de Direitos

As situações de violação de direitos humanos envolvem experiências e eventos de supressão dos direitos civis e a liberdade de circulação nos espaços públicos ou públicos de uso coletivo, violência psicológica, violência física, preconceito, violência sexual e recolha de pertences. Além de violação dos direitos sociais, como o acesso e permanência aos serviços públicos da rede de proteção social.

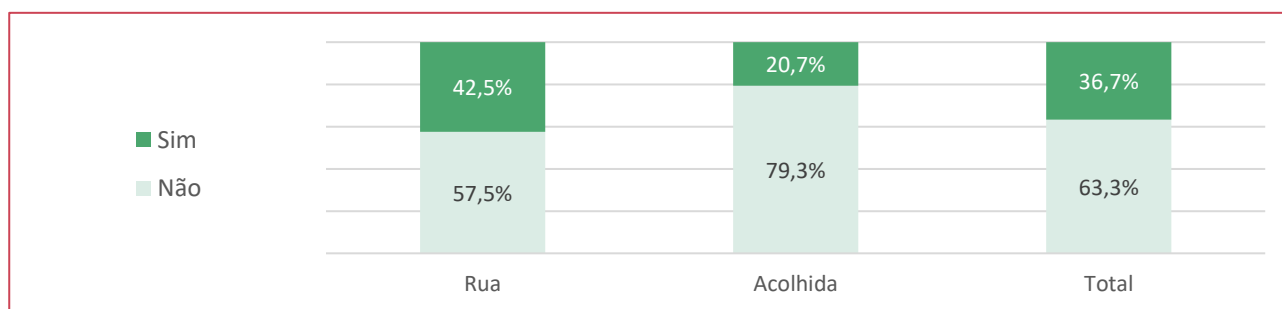
Quando perguntados sobre se já foram impedidos de entrar em algum estabelecimento, 36,7% dos respondentes afirmaram que sim, sendo que a proporção é maior entre os que estavam na rua, (42,5%), indicando que as restrições aos direitos civis são mais frequentes entre as pessoas de rua que pernoitam em logradouros públicos. Do total da amostra, 63,3% dos respondentes afirmaram que nunca foram impedidos de entrar em estabelecimentos.

Tabela 70: Você já foi impedido de entrar em algum estabelecimento?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Sim	(%)	Sim	(%)	Sim	(%)
Sim	34	42,5%	6	20,7%	40	36,7%
Não	46	57,5%	23	79,3%	69	63,3%
Respondentes	80	100,0%	29	100,0%	109	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Gráfico 9: Você já foi impedido de entrar em algum estabelecimento?



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Quanto aos tipos de estabelecimento que impedem a entrada de pessoas em situação de rua, os espaços privados de uso coletivo - que embora privados são abertos ao público e recebem grande circulação de pessoas - foram mais reportados que os órgãos públicos. Chama a atenção que 75% dos respondentes que afirmaram terem sido barrados mencionaram restaurante/bar/lanchonete, 42,5% indicaram que foram barrados em shopping e 32,5% em transporte coletivo.

Como já mencionado, a aparência das pessoas em situação de rua que pernoitam em logradouros públicos tende a provocar estigmas, tornando-as indesejáveis. A participação de representantes de estabelecimentos/serviços privados em Conselhos Municipais, por exemplo, pode contribuir para encontrar formas de apoio e interações mais positivas (e menos depreciativas ou centradas demandas por segurança pública e limpeza urbana), tais como no

âmbito de oportunidades de trabalho. Nota-se, na tabela abaixo, que as pessoas em acolhimento tendem a reportar menos situações de violação de direitos civis em comparação às pessoas que pernoitam nas ruas.

Os serviços da política de assistência social foram proporcionalmente menos citados, mas também compõem como equipamentos em que as pessoas são barradas (25%), e outros órgãos públicos foram citados com menor frequência (7,5%). Somando as duas categoriais, os equipamentos públicos do município de Jundiaí foram reportados por 32,5% das pessoas que afirmaram terem sido impedidas de entrar em algum estabelecimento. Os eventos de constrangimento e humilhação no interior de órgãos/equipamentos públicos são injustificáveis, uma vez que são os serviços que as pessoas devem recorrer.

Tabela 71: Se sim, em quais estabelecimentos?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Sim	(%)	Sim	(%)	Sim	(%)
Restaurante/Bar/Lanchonete	27	79,4%	3	50,0%	30	75,0%
Shopping	14	41,2%	3	50,0%	17	42,5%
Transporte coletivo (Trem/ônibus)	12	35,3%	1	16,7%	13	32,5%
Serviços de assistência social	9	26,5%	1	16,7%	10	25,0%
Banco	9	26,5%	-	-	9	22,5%
Igreja	2	5,9%	2	33,3%	4	10,0%
Órgãos públicos	3	8,8%	-	-	3	7,5%
Respondentes	34	*	6	*	40	*

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar mais de uma resposta.

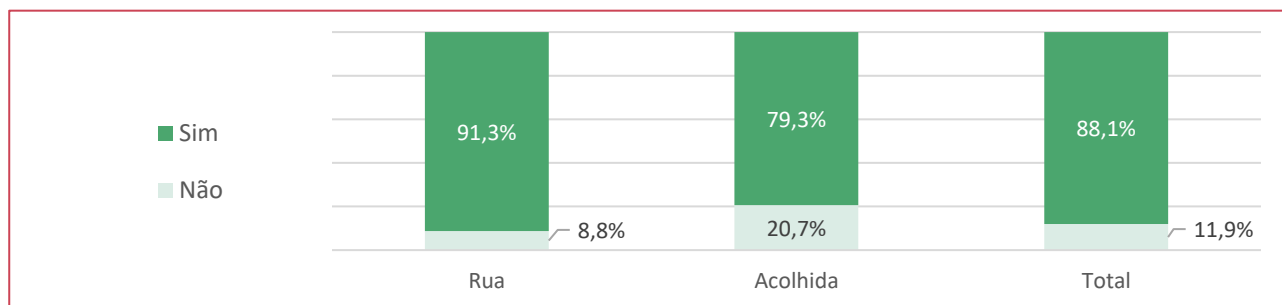
Para além das restrições aos direitos civis materializadas nos constrangimentos em espaços públicos e privados de uso coletivo, as pessoas em situação de rua são submetidas a diferentes tipos de violência. No levantamento, 88,1% informaram que sofreram situações de violência, tendo sido relatadas com maior frequência entre os entrevistados que estavam na rua, 91,3%, contra 79,3% dos entrevistados em instituições de acolhimento. Esses dados indicam que as pessoas em situação de rua estão submetidas a situações de violência de forma generalizada e recorrente.

Tabela 72: Você já sofreu alguma situação de violência?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Sim	(%)	Sim	(%)	Sim	(%)
Sim	73	91,3%	23	79,3%	96	88,1%
Não	7	8,8%	6	20,7%	13	11,9%
Respondentes	80	100,0%	29	100,0%	109	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Gráfico 10: Você já sofreu alguma situação de violência?



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

No conjunto da amostra dos que afirmaram ter sofrido violência, a violência física é ainda mais prevalente do que a violência psicológica, 51,4% e 46,8% respectivamente. Ainda, tudo indica que direito à segurança pública “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”, pautado pelo princípio de “preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas”, conforme o Art. 144 da Constituição Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), não tem se estendido às pessoas em situação de rua do município de Jundiaí, que não se sentem protegidas e seguras – haja vista os casos roubo, furto e recolha de pertences pessoais. Os casos de violência mais citados foram o roubo ou furto (62,4%), seguido da situação de recolha de pertences (53,2%). O preconceito foi sentido por 43,1% dos respondentes e a violência sexual foi reportada por 11,9%.

Tabela 73: Quais tipos de violência você sofreu?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Sim	(%)	Sim	(%)	Sim	(%)
Violência psicológica	40	50,0%	11	37,9%	51	46,8%
Violência física	40	50,0%	16	55,2%	56	51,4%
Preconceito	35	43,8%	12	41,4%	47	43,1%
Violência sexual	10	12,5%	3	10,3%	13	11,9%
Roubo ou furto	49	61,3%	19	65,5%	68	62,4%
Recolheram seus pertences	49	61,3%	9	31,0%	58	53,2%
Respondentes	80	*	29	*	109	*

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar mais de um tipo de violência.

As violências são perpetradas sobretudo na rua. Os respondentes mencionaram 293 situações de violência sendo que, destas, 88,4% ocorreram na rua. A casa também aparece como espaço de violências, o equivalente a 9,6%. Espaços como shopping, restaurante, supermercado também são citados por 3,1%. Chama a atenção que 4,8% das situações de violência ocorrem nos equipamentos da rede de proteção, seja aquela diretamente destinada ao acolhimento da população de rua, na Casa de Passagem (2,0%) e no Centro POP (1,4%), seja em hospital (1,4%).

Tabela 74: Onde ocorreram essas violências?

Resposta	Quant.	(%)
Na rua	259	88,4%
Em casa	28	9,6%
Outro equipamento público	10	3,4%
Shopping, restaurante, supermercado etc.	9	3,1%
Na Casa de Passagem	6	2,0%
No Centro Pop	4	1,4%
No hospital	4	1,4%
Total de situações de violência	293	*

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar mais de um local.

Em relação aos agentes da violência, a Tabela 75 revela os diversos agentes perpetradores. Como cada respondente pode ter sido vítima de diferentes agentes de violência, a resposta à pergunta aceitou múltiplas respostas. Situações que envolvem agressão de outras pessoas em situação de rua correspondem a 38,2% dos casos, transeuntes representaram 22,5%, familiares foram indicados em 8,5%, além de outra pessoa conhecida com 13,3%. Os seguranças também comparecem entre os perpetradores: os agentes da segurança privada em 2,0% e segurança do terminal de ônibus e das estações de trem reportados em 1,0%.

Destaca-se, na mesma tabela, a incidência dos órgãos públicos como agentes da violência. A Guarda Municipal de Jundiaí (GMJ) e a Polícia Militar foram reportadas em 23,9% e 8,5% dos casos, totalizando 32,4%. Os profissionais de Saúde – Hospitais e os profissionais de Saúde - outros equipamentos, correspondem a 0,7% e 0,3% dos casos, respectivamente; mas outros agentes de serviço públicos (não especificados) foram reportados em 35 casos, 11,9%. Significa dizer que os casos envolvendo agentes públicos correspondem a 45,3% dos casos e que os principais agentes da violência no município estão alocados nos serviços e equipamentos

públicos, alcançando percentual ainda mais elevado que os casos de violência perpetrados por outras pessoas em situação de rua.

Tabela 75: Quais foram os agentes agressores dessas violências?

Resposta	Quant.	(%)
Outras pessoas em situação de rua	112	38,2%
Guarda Municipal de Jundiaí (GMJ)	70	23,9%
Pessoas passando na rua/transeuntes	66	22,5%
Outra pessoa conhecida	39	13,3%
Outros agentes de serviço públicos	35	11,9%
Outros familiares	25	8,5%
Polícia Militar (PM)	25	8,5%
Zeladoria urbana	10	3,4%
Pais	6	2,0%
Segurança privada (loja, casa e prédio)	6	2,0%
Segurança do terminal de ônibus e das estações de trem	3	1,0%
Profissionais de Saúde – Hospitais	2	0,7%
Profissionais de Saúde - outros equipamentos	1	0,3%
Total de situações de violência	293	*

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar mais de um agente agressor.

Após a apresentação do quadro geral de violência, os locais em que ocorreram e os agentes da violência, as próximas seções apresentam a análise para cada tipo de violência.

- **Violência psicológica**

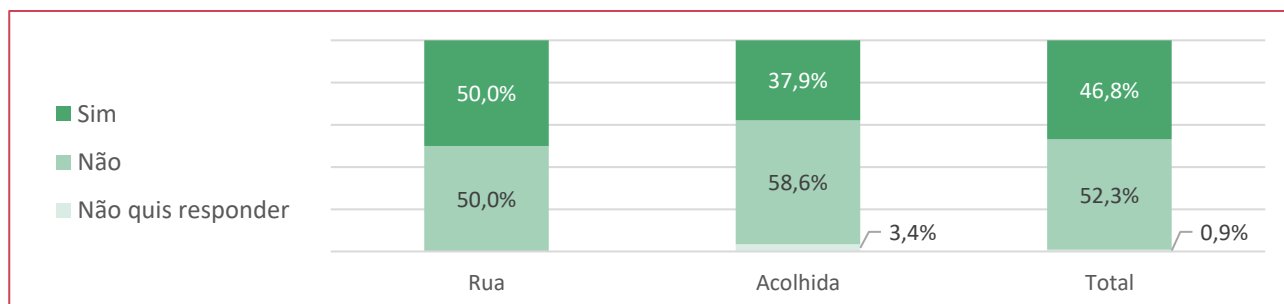
No que se refere à violência psicológica, esta foi reportada por 46,8% das pessoas em situação de rua entrevistadas, indicando um percentual elevado desse tipo de violência. Os usos linguísticos violentos são modos de ação que ferem a estrutura de afetos dos sujeitos (SILVA e ALENCAR, 2013) e desorientam o lugar do sujeito na comunidade (BUTLER, 1997). Assim, a violência psicológica não deve ser tratada como questão de menor relevância.

Tabela 76: Você já sofreu violência psicológica? (Ameaças, insultos, gritos etc.)

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Sim	(%)	Sim	(%)	Sim	(%)
Sim	40	50,0%	11	37,9%	51	46,8%
Não	40	50,0%	17	58,6%	57	52,3%
Não quis responder	-	-	1	3,4%	1	0,9%
Respondentes	80	100,0%	29	100,0%	109	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Gráfico 11: Você já sofreu violência psicológica? (Ameaças, insultos, gritos etc.)



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

A rua é o lugar em que a violência psicológica ocorre com maior frequência, tendo sido reportado em 80,4% dos casos. Em 17,6%, a casa foi o local em que a violência psicológica foi vivenciada. Os equipamentos públicos dos setores da Assistência Social, Saúde e outros correspondem a 7,9%. Entre os equipamentos públicos a Casa de Passagem e o hospital foram reportados em 2,0% cada e outros equipamentos públicos foram mencionados em 3,9% dos casos. Os espaços privados de uso coletivo, tais como shopping, restaurante, supermercado, foram reportados em apenas 2,0%.

Tabela 77: Onde sofreu violência psicológica?

Resposta	Quant.	(%)
Na rua	41	80,4%
Em casa	9	17,6%
Outro equipamento público	2	3,9%
Shopping, restaurante, supermercado etc.	1	2,0%
Na Casa de Passagem	1	2,0%
No hospital	1	2,0%
Respondentes	51	*

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar mais de uma resposta.

Entre os respondentes que afirmaram ter sofrido violência psicológica, a maior parte dos casos se refere a práticas perpetradas pelos agentes encarregados pela segurança Pública. A Guarda Municipal de Jundiaí (GMJ) foi reportada em 33,3% dos casos e a Polícia Militar foi mencionada em 13,7% dos casos, totalizando, portanto, 47,0% dos casos. Os agentes da segurança privada de estabelecimentos comerciais e dos terminais de ônibus/trem foram mencionados em 3,9% e 2,0%.

Outros agentes da violência psicológica destacados são pessoas em situação de rua, 37,3% dos casos. Entre familiares, os agentes deste tipo de violência envolvem o pai, 2,0% dos casos e 21,6% de casos em que os agentes foram outros familiares.

Entre os profissionais dos serviços públicos, os profissionais de saúde foram mencionados em 2,0% dos casos e outros agentes de serviço públicos correspondem a 3,9%, perfazendo 5,9% dos casos.

Nota-se, portanto, que a prevalência dos agentes da violência psicológica está no grupo composto por agentes da segurança pública, quando se agrega a Guarda Municipal de Jundiaí (GMJ) e Polícia Militar.

Tabela 78: Quem foi o autor da violência psicológica?

Resposta	Quant.	(%)
Outras pessoas em situação de rua	19	37,3%
Guarda Municipal de Jundiaí (GMJ)	17	33,3%
Outros familiares	11	21,6%
Pessoas passando na rua/transeuntes	10	19,6%
Outra pessoa conhecida	7	13,7%
Polícia Militar (PM)	7	13,7%
Outros agentes de serviço públicos	2	3,9%
Segurança privada (loja, casa e prédio)	2	3,9%
Pais	1	2,0%
Profissionais de Saúde – outros equipamentos	1	2,0%
Segurança do terminal de ônibus e das estações de trem	1	2,0%
Zeladoria urbana	1	2,0%
Respondentes	51	*

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar mais de uma resposta.

• Violência física

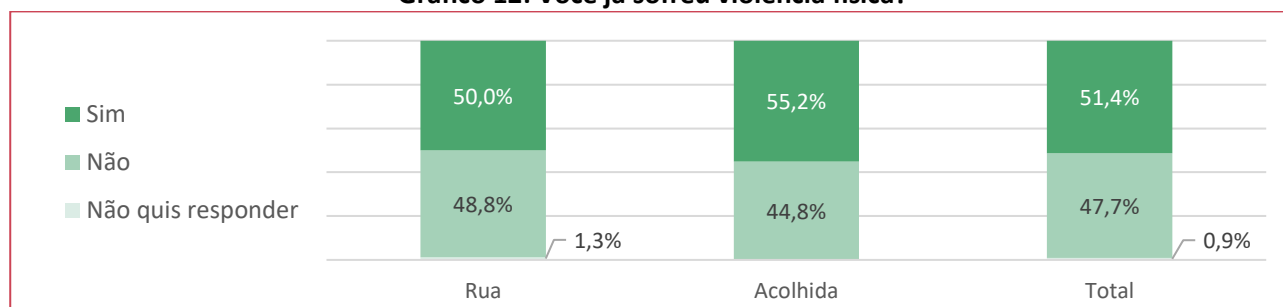
A maior parte da população em situação de rua do município afirmou ter sofrido violência física, 51,4%. A proporção de pessoas que afirmaram não ter sofrido é ligeiramente menor, 47,7%. Nota-se que a violência física atinge os dois grupos, na rua e em acolhimento, com percentuais próximos. As situações de violência física envolvem brigas, surras e espancamentos etc. A representação das pessoas em situação de rua como vagabundas, sujas, loucas, perigosas e coitadas, tendem a legitimar a violência física contra elas (MATTOS e FERREIRA, 2004).

Tabela 79: Você já sofreu violência física?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Sim	(%)	Sim	(%)	Sim	(%)
Sim	40	50,0%	16	55,2%	56	51,4%
Não	39	48,8%	13	44,8%	52	47,7%
Não quis responder	1	1,3%	-	-	1	0,9%
Respondentes	80	100,0%	29	100,0%	109	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Gráfico 12: Você já sofreu violência física?



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Tal como no caso da violência psicológica, a violência física ocorre em maior frequência na rua, 87,5% dos casos. E a casa segue sendo o segundo local mais frequente para a ocorrência da violência física, 14,3%, dos casos, tal como ocorre no caso da violência psicológica. Os equipamentos públicos somam 7,2% dos casos, tendo sido reportados em 3,6% no Centro POP e 3,6% em outro equipamento público. Os espaços privados de uso coletivo (shopping, restaurante, supermercado etc.) são citados de modo residual, com apenas um caso em que a violência física ocorreu.

Tabela 80: Onde sofreu violência física?

Resposta	Quant.	(%)
Na rua	49	87,5%
Em casa	8	14,3%
No Centro Pop	2	3,6%
Outro equipamento público	2	3,6%
Shopping, restaurante, supermercado etc.	1	1,8%
Respondentes	56	*

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar mais de uma resposta.

Quando perguntados sobre os agentes da violência física, 48,2% dos casos envolvem outras pessoas em situação de rua.

Os agentes da ordem pública representam os perpetrados da violência em 37,5% dos casos, dos quais 25,0% envolvem a GMJ e 12,5% a Polícia Militar. A literatura especializada é abundante no relato e análise da violência policial praticada contra pessoas em situação de rua, seja marcando as ações dos movimentos sociais e relatando casos de homicídios (RIBAS, 2019) ou perfilando doutrinas jurídicas ou tratamento legal, nacional e internacional sobre as pessoas em situação de rua (RIBAS, 2019 e ROSI, 2015). Segundo NONATO e RAIOL (2018, p.90), “as pessoas em situação de rua são alvo preferencial de um processo de higienização urbana e criminalização da pobreza levado a efeito pelos órgãos de segurança pública”.

O grupo de seguranças privado e segurança do terminal de ônibus e das estações de trem perfazem 5,4% e 1,8%, respectivamente, totalizando 7,2% dos casos.

Entre os familiares, os pais foram reportados em 5,4% dos casos e outros familiares foram mencionados em 14,3% das situações de violência física. Outras pessoas conhecidas representam 19,6% e transeuntes 12,5%.

Tabela 81: Quem foi o autor da violência física?

Resposta	Quant.	(%)
Outras pessoas em situação de rua	27	48,2%
Guarda Municipal de Jundiaí (GMJ)	14	25,0%
Outra pessoa conhecida	11	19,6%
Outros familiares	8	14,3%
Pessoas passando na rua/transeuntes	7	12,5%
Polícia Militar (PM)	7	12,5%
Pais	3	5,4%
Segurança privada (loja, casa e prédio)	3	5,4%
Segurança do terminal de ônibus e das estações de trem	1	1,8%
Respondentes	56	*

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar mais de uma resposta.

- **Preconceito**

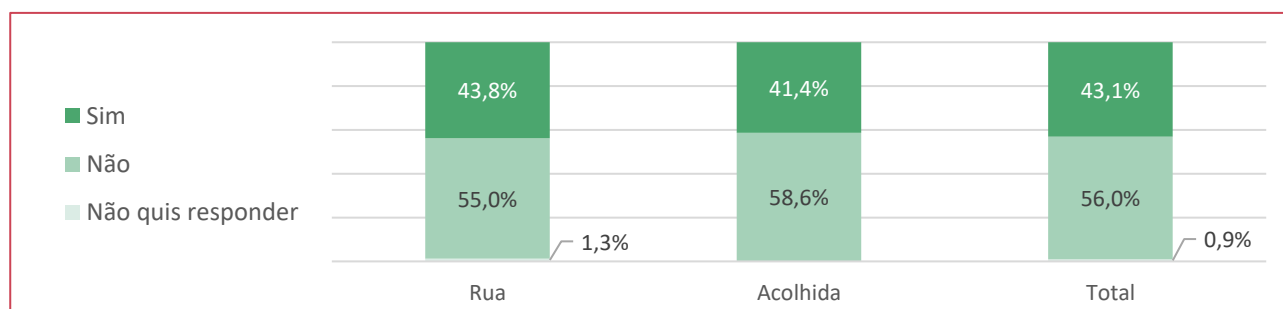
No total da amostra, 43,1% afirmaram ter sofrido preconceito, enquanto 56,0% não sofreram esse tipo de violência moral. As porcentagens são semelhantes nos dois segmentos (na rua/em acolhimento).

Tabela 82: Você já foi vítima de preconceito?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Sim	(%)	Sim	(%)	Sim	(%)
Sim	35	43,8%	12	41,4%	47	43,1%
Não	44	55,0%	17	58,6%	61	56,0%
Não quis responder	1	1,3%	-	-	1	0,9%
Respondentes	80	100,0%	29	100,0%	109	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Gráfico 13: Você já foi vítima de preconceito?



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

O preconceito foi sofrido com maior frequência no contexto da rua, com 83% dos casos. Os casos de preconceito em equipamentos públicos representam 12,8% dos casos, tendo sido reportados em 3 casos no hospital (6,4%) e em 3 casos em outros equipamentos públicos (6,4%). Os espaços privados de uso coletivo (shopping, restaurante, supermercado) também são espaços em que as pessoas em situação de rua experienciam essa forma de rebaixamento social, e foram mencionados em 10,6% dos casos.

Tabela 83: Onde sofreu preconceito?

Resposta	Quant.	(%)
Na rua	39	83,0%
Shopping, restaurante, supermercado etc.	5	10,6%
Em casa	4	8,5%
No hospital	3	6,4%
Outro equipamento público	3	6,4%
Respondentes	47	*

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar mais de uma resposta.

Quanto aos autores do preconceito, os transeuntes foram citados em 40,4% dos casos, acima apenas da Guarda Municipal de Jundiaí, reportada em 31,9% dos casos. Entretanto, a Polícia Militar foi reportada em 14,9% dos casos. Assim, os agentes da segurança pública perfazem 46,8% dos casos de preconceitos citados. Esses dados dão a ver que a experiência da pessoa em situação de rua é marcada por tensões permanentes, seja na interação com o cidadão comum, seja na interação com os agentes encarregados da ordem pública.

Como esperado, na medida em que as pessoas tendem a interiorizar as visões depreciativas que outros fazem delas, reproduzindo a violência, os respondentes mencionaram que 23,4% das situações de preconceito partiram de outras pessoas em situação de rua. Outras pessoas conhecidas representam 10,6% dos casos.

Entre os autores reportados em menor frequência estão os pais (4,3%) e outros familiares (4,3). Os profissionais da saúde - hospitais, a zeladoria urbana e outros agentes de serviços públicos foram mencionados em 4,3%, 4,3% e 8,5% dos casos, respectivamente, totalizando 17,1%. E os seguranças privados e de terminal de ônibus de trem totalizaram 4,2% menções.

Tabela 84: Quem foi o autor do preconceito?

Resposta	Quant.	(%)
Pessoas passando na rua/transeuntes	19	40,4%
Guarda Municipal de Jundiaí (GMJ)	15	31,9%
Outras pessoas em situação de rua	11	23,4%
Polícia Militar (PM)	7	14,9%
Outra pessoa conhecida	5	10,6%
Outros agentes de serviço públicos	4	8,5%
Outros familiares	2	4,3%
Pais	2	4,3%
Profissionais de Saúde - Hospitais	2	4,3%
Zeladoria urbana	2	4,3%
Segurança do terminal de ônibus e das estações de trem	1	2,1%
Segurança privada (loja, casa e prédio)	1	2,1%
Respondentes	47	*

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar mais de uma resposta.

- **Violência sexual**

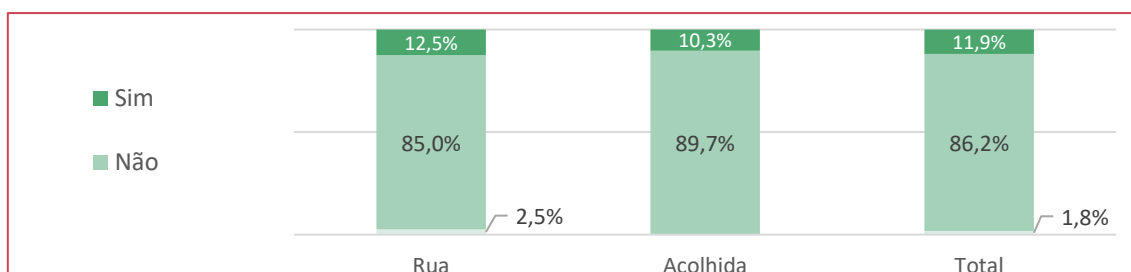
A violência sexual foi perpetrada contra 11,9% da população em situação de rua do município, sem variação significativa nos percentuais entre os segmentos da pesquisa (na rua/em acolhimento). Embora esse tipo de violência tenha sido menos reportado, trata-se de uma violação gravíssima que tem sido abordada na literatura especializada. Os estudos sublinham a violência sexual perpetrada contra mulheres em situação de rua praticada por homens, em situação de rua ou não, e os danos físicos e mentais que acarretam (ROSA e BRÊTAS, 2015; BISCOTTO et al., 2016; VALLE, FARAH e JUNIOR, 2020).

Tabela 85: Você já sofreu violência sexual?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Sim	(%)	Sim	(%)	Sim	(%)
Sim	10	12,5%	3	10,3%	13	11,9%
Não	68	85,0%	26	89,7%	94	86,2%
Não quis responder	2	2,5%	-	-	2	1,8%
Respondentes	80	100,0%	29	100,0%	109	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Gráfico 14: Você já sofreu violência sexual?



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

A rua, mais uma vez, é o lugar em que esse tipo de violência ocorre em maior frequência, 84,6% dos casos, mas a casa também está presente em 38,5% das menções.

Tabela 86: Onde sofreu violência sexual?

Resposta	Quant.	(%)
Na rua	11	84,6%
Em casa	5	38,5%
Respondentes	13	*

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar mais de uma resposta.

Quanto aos perpetradores da violência sexual, chama a atenção que a prevalência de autores é de transeuntes, 38,5% dos casos reportados; seguido por outras pessoas conhecidas em 30,8%; familiares (excluindo pais) em 30,8% das menções e outras pessoas em situação de rua, em último lugar, como 23,1% dos casos.

Tabela 87: Quem foi o autor da violência sexual?

Resposta	Quant.	(%)
Pessoas passando na rua/transeuntes	5	38,5%
Outra pessoa conhecida	4	30,8%
Outros familiares	4	30,8%
Outras pessoas em situação de rua	3	23,1%
Respondentes	13	*

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar mais de uma resposta.

• Roubo ou furto

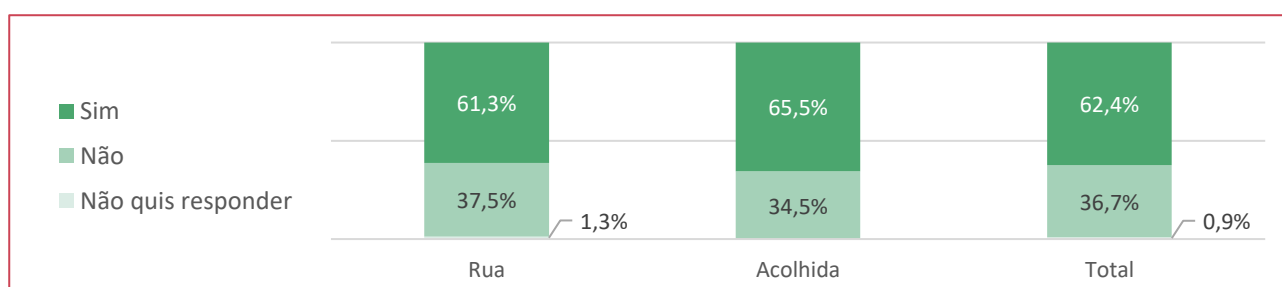
As situações de roubo e furto de objetos pertencentes às pessoas em situação de rua são frequentes, conforme a tabela abaixo. Entre os respondentes, 62,4% já tiveram seus pertences subtraídos sem ameaça (furto) ou com ameaça ou grave ameaça à pessoa (roubo), conforme os artigos 155 e 157 do Código Penal brasileiro. Os percentuais encontrados entre os segmentos (na rua/em acolhimento) apresentam pouca variação.

Tabela 88: Já roubaram ou furtaram algo de você?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Sim	(%)	Sim	(%)	Sim	(%)
Sim	49	61,3%	19	65,5%	68	62,4%
Não	30	37,5%	10	34,5%	40	36,7%
Não quis responder	1	1,3%	-	-	1	0,9%
Respondentes	80	100,0%	29	100,0%	109	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2023

Gráfico 15: Já roubaram ou furtaram algo de você?



Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2023

A rua foi o local em que roubos e furtos foram praticados com maior frequência, em 92,6% dos casos. As instituições de acolhimento também foram reportadas - a Casa de Passagem foi mencionada em 4,4% dos casos, o Centro POP foi indicado em 2,9% dos roubos/furtos e outros equipamentos públicos foram citados em 2,9% dos casos - totalizando 10,2% dos eventos. A casa e os equipamentos privados de uso coletivo foram mencionados de modo residual.

Tabela 89: Onde ocorreu o furto ou roubo?

Resposta	Quant.	(%)
Na rua	63	92,6%
Na Casa de Passagem	3	4,4%
No Centro Pop	2	2,9%
Outro equipamento público	2	2,9%
Em casa	1	1,5%
Shopping, restaurante, supermercado etc.	1	1,5%
Respondentes	68	*

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar mais de uma resposta.

Entre os autores dos roubos e furtos, as outras pessoas em situação de rua prevalecem em 64,7% das situações. Em segundo lugar estão os transeuntes em 32,4% das menções. E outras pessoas conhecidas foram reportadas como autoras em 10,3% dos casos. Os agentes encarregados pela ordem pública foram apontados como autores em 7,4% das situações, sendo os agentes da Guarda Municipal de Jundiaí (GMJ) os mais citados (5,9%) e um agente da Polícia Militar (1,5%). A zeladoria urbana comparece na amostra com um caso.

Tabela 90: Quem foi o autor do roubo ou furto?

Resposta	Quant.	(%)
Outras pessoas em situação de rua	44	64,7%
Pessoas passando na rua/transeuntes	22	32,4%
Outra pessoa conhecida	7	10,3%
Guarda Municipal de Jundiaí (GMJ)	4	5,9%
Outros agentes de serviço públicos	2	2,9%
Polícia Militar (PM)	1	1,5%
Zeladoria urbana	1	1,5%
Respondentes	68	*

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar mais de uma resposta.

- **Recolheram seus pertences**

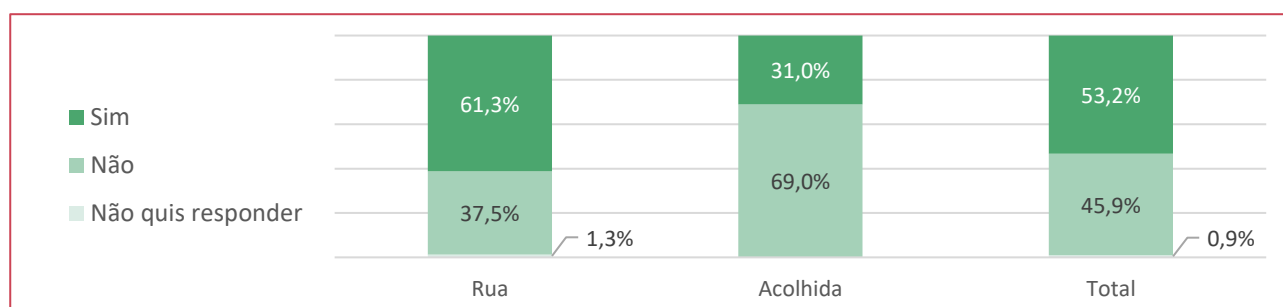
A recolha de pertences é uma violação aos direitos citada em diversos trabalhos acadêmicos que tematizam a garantia de direitos das pessoas em situação de rua (KUNH, HECKERT e CARVALHO, 2014; PIMENTA, 2019; RIBAS, 2019). Em comum, esses trabalhos enfatizam ações das áreas de segurança pública e da zeladoria urbana que, nas palavras de KUNH, HECKERT e CARVALHO (2014, p. 933) usurpam “bens’ de valor afetivo, fotos de familiares, documentos pessoais, alvará de soltura, resultados de exames médicos, kit de higiene pessoal, algumas mudas de roupa, e outros ‘apetrechos’ que à noite se transformam em leito para acomodar o corpo”. Os mesmos autores marcam, no caso da cidade do Espírito Santo/ES, ações truculentas por parte dos agentes da segurança pública e as dinâmicas dos serviços de limpeza urbana que tratam as pessoas como “entulho, ao despejar nos locais em que dormem jatos de água com carro-pipa, utilizando-se também de caminhão basculante e varredeiras para recolher seus pertences pessoais” (op. cit., p. 938).

Tabela 91: Já recolheram seus pertences?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Sim	(%)	Sim	(%)	Sim	(%)
Sim	49	61,3%	9	31,0%	58	53,2%
Não	30	37,5%	20	69,0%	50	45,9%
Não quis responder	1	1,3%	-	-	1	0,9%
Respondentes	80	100,0%	29	100,0%	109	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Gráfico 16: Já recolheram seus pertences?



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

A rua é lugar mais frequente em que a prática da recolha de pertences ocorre, 96,6% dos casos reportados. A Casa de Passagem foi mencionada em 2 casos, perfazendo 3,4%, e outro

equipamento público também foi citado em um caso. A casa e os espaços privados de uso coletivo foram pouco citados.

Tabela 90: Onde ocorreu a recolha dos pertences?

Resposta	Quant.	(%)
Na rua	56	96,6%
Na Casa de Passagem	2	3,4%
Em casa	1	1,7%
Shopping, restaurante, supermercado etc.	1	1,7%
Outro equipamento público	1	1,7%
Respondentes	58	*

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar mais de uma resposta.

Quanto aos autores da recolha de pertences, as respostas das pessoas em situação de rua de Jundiaí vão na mesma direção das análises da literatura, apontando a participação de agentes da segurança pública e da zeladoria urbana. A Guarda Municipal de Jundiaí (GMJ) e a Polícia Militar são citadas em 34,5% e 5,2% dos casos, respectivamente, 39,7% do total. A zeladoria urbana comparece na amostra em 10,3% dos casos. Entretanto, chama a atenção a participação de outros agentes dos serviços públicos, que aparecem em primeiro lugar como autores, perfazendo 46,6% dos casos. A categoria “outros agentes de serviços públicos” pode envolver profissionais das áreas da Assistência Social e demais áreas de políticas públicas, excluindo-se os profissionais da segurança pública, zeladoria urbana e saúde.

Tabela 92: Quem recolheu seus pertences?

Resposta	Quant.	(%)
Outros agentes de serviço públicos	27	46,6%
Guarda Municipal de Jundiaí (GMJ)	20	34,5%
Outras pessoas em situação de rua	8	13,8%
Zeladoria urbana	6	10,3%
Outra pessoa conhecida	5	8,6%
Pessoas passando na rua/transeuntes	3	5,2%
Polícia Militar (PM)	3	5,2%
Respondentes	58	*

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar mais de uma resposta.

- **Violências sofridas por perfil**

Esta seção permite cruzar os tipos de violência sofridos por sexo, faixa etária e cor/raça, utilizando-se o teste χ^2 (seção 3.4), buscando compreender se há associação entre as diferentes variáveis.

A tabela abaixo indica que não há associação significativa entre sexo (masculino e feminino) e a maioria dos tipos de violência sofridas ($P > 0.05$). Entretanto, há associação entre roubo/furto e sexo ($P = 0,041$). Significa dizer que 63,0% dos homens e 58,8% das mulheres foram vítimas de roubo e furto, sendo que ser homem aumenta em 1.07 vezes a chance de sofrer esse tipo de violência em algum momento de sua trajetória.

Ainda que não haja amostra significativa para a análise da relação entre violência sexual e sexo biológico, chama a atenção do total de violência sexual identificado na pesquisa amostral, 69,2% são mulheres. Tudo indica que as mulheres em situação de rua do município têm chances muito altas de serem vítimas de violência sexual.

Tabela 93: Violências sofridas, por sexo do entrevistado

Violência	Masculino		Feminino		Total	p-valor teste χ^2	Análise
	Sim	(%)	Sim	(%)			
Sofreu violência psicológica	39	42,4%	12	70,6%	51	2,438	Não significativo
Sofreu violência física	45	48,9%	11	64,7%	56	0,697	Não significativo
Sofreu preconceito	35	38,0%	12	70,6%	47	3,525	Não significativo
Sofreu violência sexual	4	4,3%	9	52,9%	13	28,408	*
Sofreu roubo ou furto	58	63,0%	10	58,8%	68	0,041	1,07
Recolheram seus pertences	47	51,1%	11	64,7%	58	0,500	Não significativo
Respondentes	92	100,0%	17	100,0%	109		

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2023

Quanto a relação entre violência sofridas e faixas etárias não se nota associação significativa entre as variáveis ($P > 0,05$) e não tivemos citação na amostra significativa para o teste.

Entretanto, nota-se que entre pessoas da faixa etária de 18 a 29 anos, 61,9% já sofreram violência psicológica e 66,7% já sofreram roubo e furto. O furto ou roubo também vitimou 60,7% das pessoas de 40 a 49 anos. E 69,2% das pessoas de 50 a 59 anos.

A recolha de pertences vitimou 28 pessoas na faixa de 30 a 39 anos, 66,7%, sendo que a incidência desse tipo de violência também afetou mais da metade das pessoas de 50 a 59 anos.

Tabela 94: Violências sofridas, por faixa etária do entrevistado

Violência	De 18 a 29		De 30 a 39		De 40 a 49		De 50 a 59		De 60 ou mais		Total	p-valor teste χ^2	Análise
	Sim	(%)	Sim	(%)	Sim	(%)	Sim	(%)	Sim	(%)			
Sofreu violência psicológica	13	61,9%	19	45,2%	12	42,9%	6	46,2%	1	20,0%	51	1,908	*
Sofreu violência física	11	52,4%	24	57,1%	13	46,4%	5	38,5%	3	60,0%	56	0,904	*
Sofreu preconceito	10	47,6%	20	47,6%	10	35,7%	5	38,5%	2	40,0%	47	0,729	*
Sofreu violência sexual	2	9,5%	7	16,7%	1	3,6%	3	23,1%	-	-	13	4,483	*
Sofreu roubo ou furto	14	66,7%	26	61,9%	17	60,7%	9	69,2%	2	40,0%	68	0,575	*
Recolheram seus pertences	9	42,9%	28	66,7%	13	46,4%	7	53,8%	1	20,0%	58	3,132	*
Respondentes	21	100,0%	42	100,0%	28	100,0%	13	100,0%	5	100,0%	109		

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2023

No que se refere a relação entre violências sofridas e raça/cor (parda, preta, branca e indígena), não foi encontrada associação significativa ($P > 0,05$) e não tivemos citação na amostra significativa para o teste.

De todo modo, destaca-se que a violência psicológica é distribuída entre pessoas em situação de rua de todas as cores. A violência física atingiu mais da metade das pessoas de cor preta (52%), brancas (58,35) e indígena (100%). O preconceito, entretanto, foi sofrido apenas por mais da metade das pessoas pretas e pela pessoa indígena (100%). As pessoas pardas e pretas estão mais propensas a sofrer roubo e furto, 71,2% e 68%, respectivamente.

Tabela 95: Violências sofridas, por raça ou cor

Violência	Parda		Preta		Branca		Indígena		Total	p-valor teste χ^2	Análise
	Sim	(%)	Sim	(%)	Sim	(%)	Sim	(%)			
Sofreu violência psicológica	25	42,4%	11	44,0%	14	58,3%	1	100,0%	51	1,576	*
Sofreu violência física	28	47,5%	13	52,0%	14	58,3%	1	100,0%	56	0,865	*
Sofreu preconceito	22	37,3%	14	56,0%	10	41,7%	1	100,0%	47	2,189	*
Sofreu violência sexual	9	15,3%	3	12,0%	1	4,2%	-	-	13	1,879	*
Sofreu roubo ou furto	42	71,2%	17	68,0%	8	33,3%	1	100,0%	68	4,333	*
Recolheram seus pertences	29	49,2%	13	52,0%	15	62,5%	1	100,0%	58	0,990	*
Respondentes	59	100,0%	25	100,0%	24	100,0%	1	100,0%	109		

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2023

4.8.3. Relação Com os Serviços Públicos

As perguntas sobre a relação das pessoas em situação de rua com os serviços públicos fornecem um importante indicativo sobre a satisfação, ou não, dos usuários. E pode contribuir para o aprimoramento dos serviços providos pelos equipamentos públicos do município.

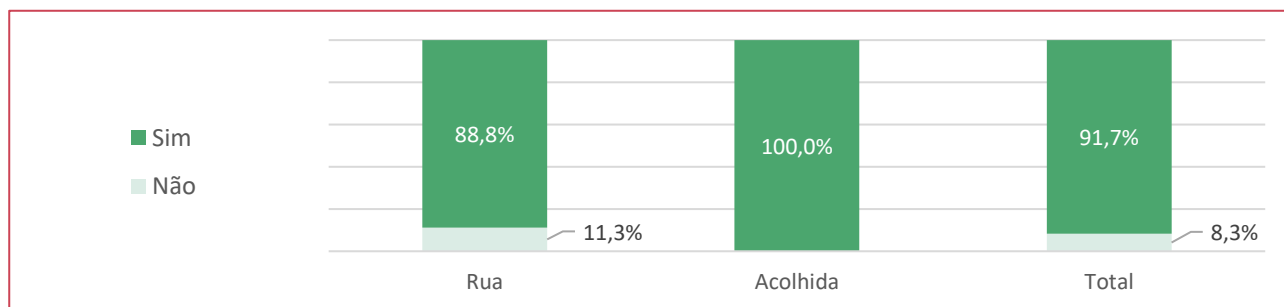
Inicialmente, perguntou-se se nos últimos 6 meses a pessoa havia sido atendida por algum serviço público. Entre os segmentos, 88,8% dos respondentes na rua afirmaram que “sim”. Entre os respondentes entrevistados em instituições de acolhimento, 100% estavam em atendimento no momento da pesquisa. Os dados indicam que a grande maioria das pessoas em situação de rua acessa a rede de proteção social do município.

Tabela 96: Nos últimos seis meses você foi atendido por algum serviço público?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Sim	71	88,8%	29	100,0%	100	91,7%
Não	9	11,3%	-	-	9	8,3%
Respondentes	80	100,0%	29	100,0%	109	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2023

Gráfico 17: Nos últimos seis meses você foi atendido por algum serviço público?



Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2023

Como esperado, o Centro POP foi o serviço mais reportado em 70% dos casos, sendo 74,6% das menções realizadas pelo segmento na rua e 59,6% em acolhimento. Trata-se da “porta de entrada” dos serviços para a população em situação de rua, responsável por encaminhamentos aos demais serviços como o Abrigo, a Casa de Passagem, a República e as políticas de saúde, educação e trabalho. A Casa de Passagem esteve presente 43,0% das situações. O SEAS foi menos mencionado, perfazendo 37,0% dos casos de atendimento, percentual próximo do Abrigo, 36,0%, e em apenas em 43,2% dos casos entre os entrevistados na rua. Considera-se o percentual baixo tendo em vista o caráter do serviço, que atua na busca

ativa (inclusive em período noturno) para identificar situações de violação de direitos, incluindo as pessoas em situação de rua. A equipe de abordagem social tem por objetivo a identificação e resolução de necessidades imediatas, como o cadastro e inserção do indivíduo na rede de serviços socioassistenciais, benefícios sociais e políticas de garantia de direitos. Além dos citados, destaca-se a República, que aparece na amostra de forma bastante residual, 2.0%.

A UBS foi o segundo equipamento mais mencionado, 48% dos casos, e comparativamente mais utilizada pelo segmento em instituição de acolhimento, 58,6%, contra 43,7% dos casos mencionados pelos respondentes na rua. O hospital foi mencionado na sequência, 45,0%, sendo mais utilizado entre os acolhidos. O CAPS AD II foi reportado em 20% dos casos, e está voltado ao atendimento de adultos com problemáticas relacionadas ao uso de álcool e outras drogas. Os CAPS II e III foram mencionados em apenas 4,0% dos casos, cada um.

O atendimento direto no CRAS foi mencionado em 20% dos casos e o atendimento direto no CREAS em 9% das situações reportadas.

Tabela 97: Se sim, quais serviços?

Serviço	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Sim	(%)	Sim	(%)	Sim	(%)
CRAS	13	18,3%	7	24,1%	20	20,0%
CREAS	6	8,5%	3	10,3%	9	9,0%
Centro Pop	53	74,6%	17	58,6%	70	70,0%
SEAS	30	42,3%	7	24,1%	37	37,0%
Abrigo	19	26,8%	17	58,6%	36	36,0%
República	1	1,4%	1	3,4%	2	2,0%
Casa de Passagem	21	29,6%	22	75,9%	43	43,0%
Consultório na Rua	28	39,4%	9	31,0%	37	37,0%
Hospital	29	40,8%	16	55,2%	45	45,0%
UBS	31	43,7%	17	58,6%	48	48,0%
CAPS AD II	12	16,9%	8	27,6%	20	20,0%
CAPS II	3	4,2%	1	3,4%	4	4,0%
CAPS III	2	2,8%	2	6,9%	4	4,0%
Respondentes	71	*	29	*	100	*

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar mais de um equipamento.

As pessoas em situação de rua foram convidadas a avaliar os serviços, indicando se gostaram ou não. A variável “gostou” indica se a pessoa foi bem acolhia, ouvida e cuidada, enquanto a variável “não gostou” denota situações em que a pessoa foi mal acolhida, que provocaram medo ou em que se sentiu maltratada.

A tabela abaixo indica que as pessoas avaliam positivamente os serviços. Entre os serviços mais bem avaliados estão o CREAS, a República, o CAPS II Adulto e o CAPS AD III, mas é importante ressaltar que os atendimentos nestes serviços foram reportados em poucos casos. Assim, é possível afirmar que poucas pessoas frequentaram tais serviços, sendo que as que frequentaram avaliaram positivamente. Entre os serviços piores avaliados estão o SEAS, 32,4%; Abrigo, 22,2% e o CAPS AD II, 20,0%.

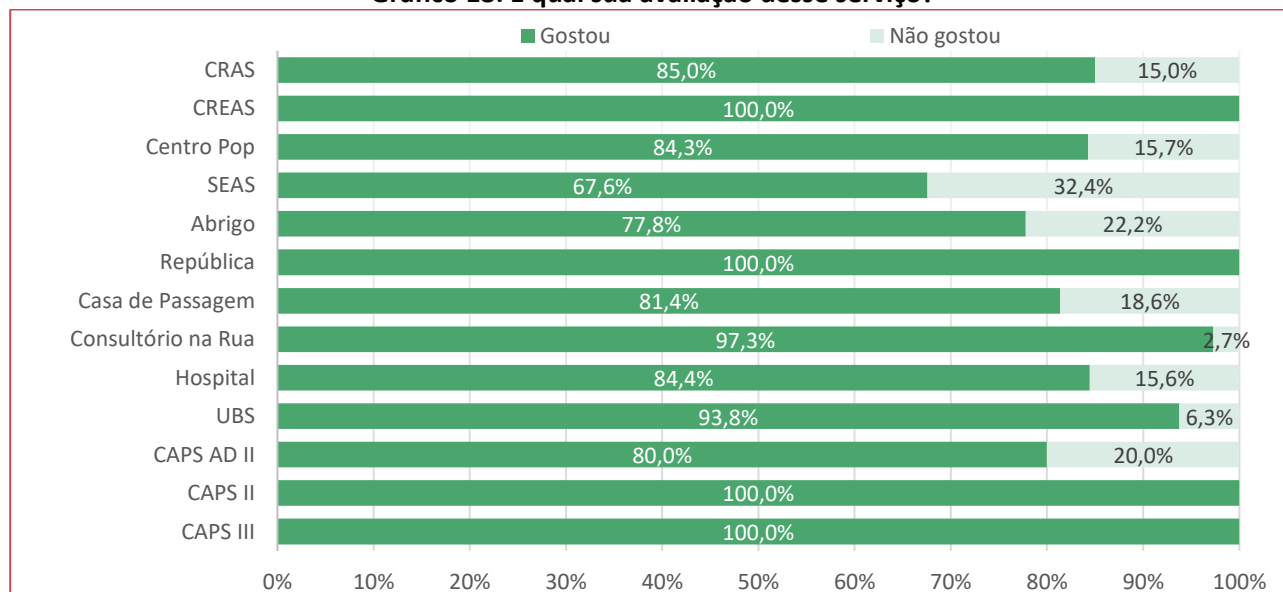
Entre os serviços onde foram reportados mais casos de atendimentos, as avaliações estão acima de 80%: a UBS aparece com 93,8% de avaliações positivas; o Centro POP com 84,3% e o hospital com 84,4%.

Tabela 98: E qual sua avaliação desse serviço?

Serviço	Gostou		Não gostou		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
CRAS	17	85,0%	3	15,0%	20	20,0%
CREAS	9	100,0%	0	0,0%	9	9,0%
Centro Pop	59	84,3%	11	15,7%	70	70,0%
SEAS	25	67,6%	12	32,4%	37	37,0%
Abrigo	28	77,8%	8	22,2%	36	36,0%
República	2	100,0%	0	0,0%	2	2,0%
Casa de Passagem	35	81,4%	8	18,6%	43	43,0%
Consultório na Rua	36	97,3%	1	2,7%	37	37,0%
Hospital	38	84,4%	7	15,6%	45	45,0%
UBS	45	93,8%	3	6,3%	48	48,0%
CAPS AD II	16	80,0%	4	20,0%	20	20,0%
CAPS II	4	100,0%	0	0,0%	4	4,0%
CAPS III	4	100,0%	0	0,0%	4	4,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Gráfico 18: E qual sua avaliação desse serviço?



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023.

O cruzamento entre o acesso a serviços públicos e ter ou não documentação indica que mesmo os que não possuem documentos tem acesso a algum tipo de serviço público. O número absoluto dos que não possuem documentos é baixo, 20 pessoas, e entre elas o acesso é de 90%. É provável que o Centro POP, por ser a porta de entrada aos demais serviços, tenha relevância explicativa no processo.

Tabela 99: Acesso a serviços públicos com documentação

Resposta	Possui documento		Não possui documento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Acessou serviços públicos	82	92,1%	18	90,0%	100	91,7%
Não acessou serviços	7	7,9%	2	10,0%	9	8,3%
Respondentes	89	100,0%	20	100,0%	109	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

4.8.4. Participação Social

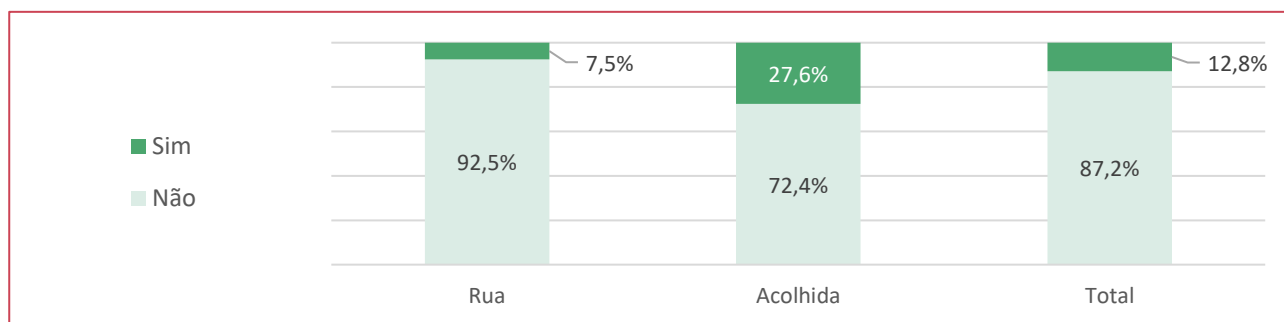
No que se refere à participação social, nota-se que as pessoas em situação de rua de Jundiá possuem pouca interlocução com movimentos, associações e organizações religiosas. No total da amostra, apenas 12,8% das pessoas têm algum tipo de participação, contra 87,2% que não participam. a participação social é maior entre as pessoas acolhidas, 27,6%, em comparação às pessoas na rua, 7,5%.

Tabela 100: Você participa de algum grupo ou movimento social?

Resposta	Na Rua		Em Acolhimento		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Sim	6	7,5%	8	27,6%	14	12,8%
Não	74	92,5%	21	72,4%	95	87,2%
Respondentes	80	100,0%	29	100,0%	109	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Gráfico 19: Você participa de algum grupo ou movimento social?



Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Entre as pessoas que participam, o Movimento de luta por moradia e o Movimento da população de rua foram os mais citados por 35,7% indivíduos em ambos os casos. Em ter terceiro lugar está a participação em Movimento LGBTQIA+, 14,3%. Outros espaços de participação social (associação, igreja e Movimento antimanicomial) foram reportados em 1 caso cada, 7,1%.

Tabela 101: Se sim, qual?

Resposta	Quant.	(%)
Movimento de luta por moradia	5	35,7%
Movimento de população de Rua	5	35,7%
Movimento LGBTQIA+	2	14,3%
Associação	1	7,1%
Igreja	1	7,1%
Movimento Antimanicomial	1	7,1%
Respondentes	14	*

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar mais de uma resposta.

4.9. COMENTÁRIOS E SUGESTÕES

O questionário da pesquisa amostral incluiu a seguinte pergunta aberta: Se você pudesse dar uma sugestão para a Prefeitura, o que você gostaria que fosse feito para melhorar a situação de vida das pessoas em situação de rua?

A Tabela 102 indica que a “construção de mais abrigos” é a principal demanda da população em situação de rua, 19,2%, juntamente com aqueles que não tem sugestão. Atualmente, o município conta apenas com 30 vagas em Abrigo, sendo que o número de vagas ofertas costumava ser 60 até o encerramento do contrato com a organização social que fazia a gestão do segundo Abrigo existente no município. A UGADS informou que uma nova OSC já está em processo de assinatura do termo de colaboração, regulado pelo MROSC, para atuar como organização parceirizada, e espera-se que possa estar em funcionamento em breve.

De todo modo, o dado indica que as pessoas necessitam de instituição de acolhimento de médio e longo prazo, além do apoio a uma nova perspectiva de vida, inclusive de oportunidade de trabalho, um dos objetivos dos Abrigos. A centralidade deste equipamento da rede socioassistencial pode ser observada em outras categoriais que surgiram com menor frequência, mas que também mencionam os Abrigos para além da infraestrutura física, tais como: “aumentar vagas dos abrigos”; “mais segurança em abrigos”; “construir abrigos na zona rural”; “melhorar infraestrutura dos abrigos”; “vagas fixas em centro de acolhida”; “um abrigo específico para mulheres”. Há outras categoriais que dialogam com a gestão e funcionamento dos Abrigos (além de outros equipamentos e serviços), e que se referem à melhoria das práticas e métodos dos educadores sociais que acolhem diretamente a população, o que fica evidente nas seguintes sugestões: “fiscalização e treinamento para os funcionários dos acolhimentos”; “atividade para POP Rua no acolhimento”; “acolhimento específico para pessoas trans”; “mais respeito no acolhimento”; “oficinas de artesanato para a população em situação de rua”.

A “oportunidade de trabalho” é a segunda sugestão das pessoas em situação de rua, o que está em consonância com as situações de desemprego e informalidade da população em situação de rua.

Há menção direta à diminuição das violências e necessidade de “mais igualdade, respeito e empatia”. Outros temas relevantes são a diminuição da violência policial e as ações da zeladoria urbana: “mais segurança para a pessoa em situação de rua”; “acabar com o ‘rapa’”; “parar de recolher objetos das pessoas”, além de “capacitar a polícia para trabalhar com a população de rua”.

Tabela 102: Categorização dos comentários feitos pelos entrevistados

Resposta	Quant.	(%)
Construir mais abrigos	21	19,3%
Sem sugestão	21	19,3%
Oportunidade de trabalho	19	17,4%
Mais igualdade, respeito e empatia	11	10,1%
Diminuir a violência policial	8	7,3%
Acesso a moradia	3	2,8%
Aumentar vagas dos abrigos	3	2,8%
Mais auxílios da prefeitura	3	2,8%
Mais respeito no acolhimento	3	2,8%
Acabar com a rapa	2	1,8%
Acesso a alimentação	2	1,8%
Acolhimento para casais	2	1,8%
Capacitar a polícia para trabalhar com a população de rua	2	1,8%
Fiscalização e treinamento para os funcionários dos acolhimentos	2	1,8%
Parar com fotos sem consentimento e recolher objetos das PSR	2	1,8%
Promover a volta para a cidade natal	2	1,8%
Tratamento para vícios em álcool e outras drogas	2	1,8%
Aceitar cachorro no abrigo	1	0,9%
Acesso a saúde	1	0,9%
Ações de reinserção social	1	0,9%
Acolhimento específico para pessoas trans	1	0,9%
Atividade para POP Rua no acolhimento	1	0,9%
Aumentar as vagas dos abrigos	1	0,9%
Aumentar serviços para o POP Rua	1	0,9%
Banheiros nas praças	1	0,9%
Centro dia para a População de Rua	1	0,9%
Centro POP poderia ser um centro escola	1	0,9%
Construir abrigos na zona rural	1	0,9%
Construir banheiros públicos	1	0,9%
Construir uma fábrica de reciclados no galpão abandonado da CPTM	1	0,9%
Diminuir violências	1	0,9%
Mais estrutura para a POP Rua	1	0,9%
Mais locais para entretenimento	1	0,9%
Mais segurança em abrigos	1	0,9%
Mais segurança para as pessoas em situação de rua	1	0,9%
Melhor acesso a saúde nos acolhimentos	1	0,9%
Melhorar infraestrutura dos abrigos	1	0,9%
Melhorar sistema para vendedores ambulantes	1	0,9%
Nada presta na cidade	1	0,9%
Nada vai mudar	1	0,9%
Não maltratar os cachorros	1	0,9%
Oficinas de artesanato para a POP Rua	1	0,9%
Oportunidade de estudos	1	0,9%
Políticas públicas para a população em situação de rua	1	0,9%
Prefeitura deveria fazer a interlocução do acolhido e sua família	1	0,9%
Programa de redução de danos	1	0,9%
Um abrigo específico para mulheres	1	0,9%
Vagas fixas em centros de acolhida	1	0,9%
Respondentes	109	*

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota (*): O mesmo respondente poderia citar mais de uma sugestão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta seção tem por objetivo destacar os achados mais relevantes na pesquisa amostral e não pretender sumarizar o conjunto dos dados já discutidos ao longo de relatório.

No que se refere à **Saúde**, a pesquisa amostral identificou que a dependência de álcool é o principal problema de saúde entre o segmento na rua, a depressão atinge o segmento em acolhimento em maior proporção e a dependência de outras drogas está distribuída entre os dois segmentos. Chama a atenção a baixa procura do segmento na rua ao CAPS AD III e ao Consultório na Rua *vis-à-vis* aos altos percentuais de problemas de saúde destacados, para os quais o atendimento compete, justamente, a esses serviços. Esses dados chamam a atenção para: (a) a importância de avaliações mais aprofundadas sobre a eficácia do atendimento do CAPS AD III entre as pessoas em situação de rua, sobretudo as que pernoitam em logradouros públicos e (b) a importância da ampliação das equipes do consultório na Rua.

Os dados ainda indicam que o uso de substâncias psicoativas tem início antes da trajetória em situação de rua - e que apenas no caso do álcool entre as pessoas do segmento na rua há um aumento importante no uso após o início da trajetória na situação de rua. Portanto, de maneira geral, a situação de rua não parece ter grande impacto na ampliação ou início do consumo de outras drogas (cigarro, cocaína, inalantes, crack e maconha), tendo sido identificado que o uso de substâncias lícitas e ilícitas é um dos motivos que levam as pessoas para a situação de rua, juntamente com conflitos familiares que muito provavelmente encontram raízes nesses mesmos usos.

Outros assuntos que merecem destaque na área da Saúde são a importância do reforço de campanhas para essa população sobre prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e a necessidade de maior atenção à questão da dignidade menstrual por meio de projetos voltados às mulheres em situação de rua.

Sobre o tema **Cidadania e Direitos Humanos**, ressalta-se que a maioria das pessoas em situação de rua afirmou não ter sido barrada em estabelecimentos. Entretanto, entre os que foram barrados, chama a atenção que os equipamentos públicos do município de Jundiaí tenham sido reportados por 32,5% das pessoas que afirmaram terem sido impedidas de entrar em algum estabelecimento. Os eventos de constrangimento e humilhação no interior de órgãos/equipamentos públicos são injustificáveis, uma vez que são os serviços que as pessoas

devem recorrer, e apontam para a importância de maior diálogo na rede de proteção social sobre a garantia de direitos de pessoas em situação de rua.

A porcentagem das pessoas que afirmaram ter sofrido algum tipo de violência é bastante alta (88,1%) e maior entre o segmento na rua em oposição ao segmento acolhido. A violência física se mostrou mais prevalente do que a violência psicológica. Os casos de violência mais citados foram o roubo ou furto e recolha de pertences. Mas o preconceito se mostrou também bastante presente.

Um dos pontos mais importantes quanto ao tema dos direitos humanos é o fato de que os agentes de segurança pública (Guarda Municipal de Jundiaí e Polícia Militar, somados) foram apontados como agentes da violência em grande proporção, ao lado de outras pessoas em situação de rua. Quando o cidadão comum é agente da insegurança, o fato já é suficientemente grave. Mas o fato de os agentes da ordem pública serem os perpetradores preferenciais aponta que ações urgentes devem ser tomadas: formação, treinamento, maior articulação qualificada com a rede etc. Há prevalência de agentes da segurança pública no caso da violência psicológica e do preconceito. E os mesmos agentes ocupam o segundo lugar entre os perpetradores no caso da violência física e da recolha de pertences.

No caso do roubo e furto, outras pessoas em situação de rua e transeuntes são os perpetradores mais citados. As pessoas pardas e pretas estão mais propensas a sofrer roubo e furto, 71,2% e 68%, respectivamente.

Destaca-se, ainda, que a grande maioria das mulheres entrevistadas já sofreu violência sexual e que tudo indica que a chance de ser mulher em situação de rua em Jundiaí e ser vítima de estupro é muito alta.

No caso da recolha de pertences. A categoria “outros agentes dos serviços públicos” aparece como os principais agentes deste tipo de violência. A categoria envolve profissionais das áreas da Assistência Social e demais áreas de políticas públicas, excluindo-se os profissionais da segurança pública, zeladoria urbana e saúde. Mas os agentes da segurança pública, sobretudo da Guarda Municipal de Jundiaí, aparecem como frequência muito alta.

Quanto à **relação com os serviços públicos**, os serviços que possuem pior avaliação são o SEAS (32,4%); Abrigo (22, 2%) e o CAPS AD II (20%).

De um modo geral, um fator que pode contribuir para mitigar as questões relacionadas à situação de rua é a inserção das pessoas no mercado de trabalho e o acesso aos

programas para a concessão de benefícios ou para a concessão de moradias populares, já que a construção de novos abrigos pode não atingir o resultado esperado visando a diminuição da população em situação de vulnerabilidade. Para a melhor inserção dessas pessoas no mercado de trabalho, pode ser importante considerar o estímulo às empresas de criarem ações afirmativas, não apenas para cargos que possibilitam baixa remuneração, mas também para cargos de chefia de modo que as pessoas negras, maioria da população em situação de rua, possa acessar bens e serviços negados historicamente para esse público.

6. REGISTROS FOTOGRÁFICOS

Pesquisadores em Campo – etapa amostral



Foto: João De Aquino, 2023



Foto: João De Aquino, 2023



Equipe de Campo - etapa amostral, 2023

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BISCOTTO, P. R. et al. Compreensão da vivência de mulheres em site **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)** Situação de rua. **Revista Escola de Enfermagem**, São Paulo, v. 50, n. 5, p. 750-756, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v50n5/pt_0080-6234-reeusp-50-05-0750.pdf. Acesso em: 31 mar. 2023.

BULLA, L.; MENDES, J.; PRATES, J. **As múltiplas formas de exclusão social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BUTLER, J. **Excitable speech**: a politics of the performative. London: Routledge, 1997.

BRASIL. **Constituição de República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de setembro de 1993. Brasília, 1993.

_____. Decreto nº 7.053: **Política Nacional para a População em Situação de Rua**. Brasília, 2009a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: Aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua** Brasília, DF: 2009b.

_____. Ministério do Planejamento, orçamento e gestão. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social (LOAS). Brasília, 2011.

CASSIMIRO, J. C; CRUZ, B. C. P; MOREIRA, C. B; DOS SANTOS, M. C. T; PEIXOTO, M. C. Desafios no combate à pobreza menstrual: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Revista de Saúde**, v. 5, n. 2, p. 5181–5193, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/45562>. Acesso em: 2 abr. 2023.

COSTA, A. P. M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 4, dez. 2005.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. A reforma trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil. **Nota técnica nº178**. São Paulo: maio, 2017. link: <file:///dominios/documentosPOSS/8120109/Meus%20Documentos/notaTec178reformaTrabalhista.pdf>. Acesso em: 13/02/2023.

FLORES, M. **Parasitas da sociedade?** Uma análise sobre a reestruturação destrutiva de parcela do “serviço público” brasileiro [Tese de doutorado]. Rio de Janeiro, 2021. 397 f

_____. **Salário-mínimo necessário**. Link: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 15/03/2023.

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE. **Pesquisa Censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo**. Produto V, São Paulo: 2015.

HIMELEIN, K; ECKMAN, S; MURRAY, S. Sampling Nomads: A New Technique for Remote, Hard-to-Reach, and Mobile Populations. In: **Journal of Official Statistics**. V. 30, jun- 2014. Acesso em: [10.2478/jos-2014-0013](https://doi.org/10.2478/jos-2014-0013).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Cidades**. Link: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/jundiai/panorama>. (2021a) Acesso em: 26/03/2023.

_____. **Cidades**. Link: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama> (2021b) Acesso em: 26/03/2023.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. São Paulo, 2022. Link: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NT_103_Disoc_Estimativa_da_Populacao.pdf. Acesso em: 30 mar. 2023.

KUNZ, G. S.; HECKERT, A. L.; CARVALHO, S. V. Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 26, n. 3, p. 919–942, set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/fractal/a/k3SQD6TLfjtDVhWrMgmyWcg/abstract/?lang=pt#> Acesso em 31 mar. 2023.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. Quem vocês pensam que (elas) são? - Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, n. Psicol. Soc., 2004 16(2), p. 47–58, maio 2004.

NONATO, D. do N.; RAIOL, R. W. G. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E VIOLÊNCIA: Entrelaçados em Nome da Suposta Garantia de Segurança Pública. **Revista Direito em Debate**, [S. l.], v. 27, n. 49, p. 90–116, 2018. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/7505> . Acesso em: 31 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 27 de março. 2023.

PIMENTA, M. DE M. Pessoas em situação de rua em Porto Alegre: Processos de estigmatização e invisibilidade social. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 19, n. 1, p. 82–104, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/fractal/a/k3SQD6TLfjtDVhWrMgmyWcg/abstract/?lang=pt#> Acesso em: 31 mar. 2023.

QUALITEST. **Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua de São Paulo**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJoiYzY4MDJmNTAtNzhIMi00NzliLTk4MzYtY2MzN2U5ZDE>

[1YzI3liwidCI6ImEOZTA2MDVjLWUzOTUtNDZIYS1iMmE4LThINjE1NGM5MGUwNyJ9](https://doi.org/10.11606/D.6.2019.tde-29102019-160346). Acesso em 01/06/2022. SITE RUM SITUAÇÃO DE RUA

QUALITEST. **Pesquisa Censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo.** Produto V, São Paulo: 2021.

SILVA, D. N.; ALENCAR, C. N. de. A propósito da violência na linguagem. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 55, n. 2, p. 129–146, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637294> . Acesso em: 30 mar. 2023.

RIBAS, L. M. **A pessoa em situação de rua como sujeito de direito: elementos críticos de uma política pública.** Tese – Programa de Pós - Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2019.

ROSA, A. S. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. **Interface**. Botucatu, SP, v. 19. n. 53, p. 275 – 285, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/icse/2015.v19n53/275-285/pt/> . Acesso em 31 mar. 2023.

ROSSI, L. B. A violência policial como infração a dignidade da pessoa em situação de rua. **UNISANTA - Law and Social Science**. Santos, SP, v. 4, n.1, p. 49 – 65, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unisanta.br/index.php/lss/article/view/328> , Acesso em: 31 mar. 2023.

SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo.** São Paulo: Cortez, 2011. 624 p.

SIQUEIRA, P. M. **(Des)Aprendências nômades com os viventes da rua:** sobre os modos outros de estar na vida. 2019. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/D.6.2019.tde-29102019-160346. Acesso em: 2023-04-03.

THOMPSON, S. K. **Adaptive Cluster Sampling.** In: Journal of the American Statistical Association, 1990. Acesso em: <https://doi.org/10.2307/2289601>.

UGADS/ TOMARA! EDUCAÇÃO & CULTURA. **Relatório final do Projeto “Consultoria para análise dos dados (quantitativos e qualitativos) coletados durante o Censo de População de Rua do município de Jundiaí”.** São Paulo, 2019.

VALLE, F. A. L., FARAH, B. F.; JUNIOR, N. C. As vivências na rua que interferem na saúde: perspectiva da população em situação de rua. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, RJ, v. 44, n. 124, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/Jbg5jB3yFMBQjnyJkcTfy3f/abstract/?lang=pt> Acesso em: 31 mar. 2023.

VILELA, R. A. G. Saúde do trabalhador. Do diagnóstico à intervenção formativa. In: VILELA, R. A. et. Al (org.). **Desenvolvimento Colaborativo para a Prevenção de Acidentes e Doenças**

Relacionadas ao Trabalho: Laboratório de Mudança na Saúde do Trabalhador. São Paulo: Exlibris, 2020. 346 p.



Jundiaí

Censo da População
em Situação de Rua

painel
Pesquisas e Consultoria
Uma empresa do grupo 3 Elemento.

Idealização:



**Prefeitura
de Jundiaí**